

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO  
DE CIDADES

FABRICIO BORELLI

**O *CLUSTER* TURÍSTICO COMO ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO PÓLO  
CAPARAÓ (ES)**

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2007

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES - UCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO  
DE CIDADES

Fabricao Borelli

**O *CLUSTER* TURÍSTICO COMO ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO PÓLO  
CAPARAÓ (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do grau de MESTRE em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

Orientador: Prof. Leonardo Marco Muls, D.Sc.

CAMPOS DO GOYTACAZES – RJ

ABRIL, 2007

FABRICIO BORELLI

**O *CLUSTER* TURÍSTICO COMO ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO PÓLO  
CAPARAÓ (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do grau de MESTRE em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

Aprovada em, 18 de Dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leonardo Marco Muls  
(Universidade Cândido Mendes – Campos/Universidade Federal Fluminense)

---

Prof. Dra. Roberta de Sousa Ramalho  
(CEFET – Campos)

---

Prof. Dr. Robson Antônio Grassi  
(Universidade Federal do Espírito Santo)

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ  
2006

## **AGRADECIMENTOS**

*Ao meu amor, pela compreensão e apoio em toda a jornada deste mestrado.*

*Ao professor Dr. Leonardo Marco Muls, pela competente, criteriosa e dedicada orientação, de modo a me conceder um rico aprendizado durante todo o processo de pesquisa e formatação deste estudo.*

*Ao professor Dr. José Luis Vianna, pelas considerações feitas em meu trabalho durante a qualificação, enriquecendo o estudo com relevantes contribuições.*

*Ao professor Dr. Robson Antônio Grassi e à Professora Dra Roberta de Sousa Ramalho, por aceitarem em participar desta seleta banca examinadora, contribuindo diretamente na consolidação desta dissertação.*

*Aos professores do curso, pela significativa contribuição para o meu crescimento pessoal e profissional.*

*Aos colegas de turma, pela convivência e trocas de experiências em sala de aula.*

*Aos secretários e gestores públicos do turismo, em especial à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Espírito Santo, pela cooperação em tornar possível a coleta de dados que enriqueceu o trabalho.*

*Ao amigo Rodrigo Simões Alves, pela sua colaboração em fornecer informações e material publicado relevante para a consolidação deste estudo.*

*À minha família, pelo apoio e companheirismo nas horas difíceis, me dando suporte para mais uma conquista.*

*Ao colega José Anacleto, pela amizade e convivência durante todo o curso, considerada por muitos uma relação de pai e filho.*

“A transformação de nossa cultura e de nossa sociedade teria de ocorrer em diversos níveis. Caso ocorresse só nas mentes dos indivíduos (como, em certa medida, já aconteceu) não teria força alguma. Se partisse exclusivamente da iniciativa do Estado, seria tirânica. A transformação pessoal em múltiplos níveis é essencial, e não deve ocorrer apenas em termos de consciência, mas implicar ação individual. Contudo, os indivíduos necessitam do apoio de grupos que carreguem consigo uma tradição moral capaz de reforçar suas próprias aspirações.”

Robert Bellah et al, Habits of the Heart

## RESUMO

### O *CLUSTER* TURÍSTICO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES)

A dissertação de mestrado teve por objetivo defender a idéia de formação de cluster turístico como alternativa de desenvolvimento regional para a Microrregião Pólo Caparaó (ES), e apresentar a formação de um consórcio intermunicipal, criado desde 1995, como um dos mecanismos adotados pelos seus municípios para promover este desenvolvimento. Esta Microrregião, composta por 10 municípios, tem a economia baseada na agropecuária. Entretanto, os governantes municipais têm, por meio da formação do Consórcio do Caparaó, buscado alternativas para o desenvolvimento econômico regional. Por se tratar de uma região com muitas áreas naturais e patrimônios históricos, rico em folclore e artesanato, e detentor de um atrativo bem conhecido em todo o Brasil (o Pico da Bandeira), surge uma proposta de desenvolver o turismo na região. O turismo tem sido uma das alternativas de desenvolvimento econômico regional, favorecendo o dinamismo econômico e a geração de emprego e renda. Portanto, esta atividade pode vir a exercer um efeito multiplicador para a microrregião impulsionando: o desenvolvimento econômico por meio da aglomeração de empresas especializadas neste setor, do provimento de infra-estruturas pelo governo (infra-estrutura urbana) e pelos empresários (infra-estrutura turística como: hospedagens, restaurantes, centros de lazer, entre outros) e pela absorção de mão de obra qualificada e não qualificada da própria região. A economia regional seria incrementada pela visita e permanência dos turistas na região e pela crescente geração de emprego e renda. Considerando que todos os municípios possuem características semelhantes e potenciais para a exploração de turismo rural e ecoturismo, avalia-se a possibilidade da constituição de um *cluster* turístico. O *cluster* seria a alavanca para o desenvolvimento econômico regional endógeno. Entretanto, para se obter o esperado desenvolvimento nesta microrregião, há que ocorrer o fortalecimento das instituições e organismos locais que promovem o turismo, o que requer uma maior sinergia entre os poderes públicos locais, o tecido produtivo da região e os representantes da sociedade civil que se beneficiarão com as externalidades econômicas geradas. O lócus de articulação e de integração desses atores em torno de um projeto comum de desenvolvimento deve ser por meio de seu consórcio intermunicipal, com ações planejadas, discutidas e aceitas pelos seus maiores interessados, a população, que deverão estar engajados e sensibilizados com esta nova economia.

Palavras-chaves: desenvolvimento regional, consórcio intermunicipal, turismo, microrregião e *cluster* turístico.

## ABSTRACT

### THE TOURIST CLUSTER AS ALTERNATIVE OF REGIONAL DEVELOPMENT IN MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES)

The master's degree dissertation had for objective to defend the idea of formation of tourist cluster as alternative of regional development for Microrregião Pólo Caparaó (ES), and to present the formation of a consortium intermunicipal, servant since 1995, as one of the mechanisms adopted by their municipal districts to promote this development. This Microrregião, composed by 10 municipal districts, it has the economy based in the farming. However, the municipal rulers have, through the formation of the Consortium of Caparaó, looked for alternatives for the regional economical development. For treating of an area with many natural areas and historical patrimonies, rich in folklore and craft, and holder of a very known attraction throughout Brazil (Pico da Bandeira), a proposal appears of developing the tourism in the area. The tourism has been one of the alternatives of regional economical development, favoring the economical dynamism and the job generation and income. Therefore, this activity can come to exercise an effect multiplier for the microrregião impelling: the economical development through the gathering of specialized companies in this section, of the provision of infrastructures for the government (urban infrastructure) and for the entrepreneurs (tourist infrastructure as: lodgings, restaurants, leisure centers, among other) and for the absorption of hand of qualified and unqualified work of the own area. The regional economy would be increased by the visitation and the tourists' permanence in the area and for the growing job generation and income. Considering that all of the municipal districts possess similar characteristics and potentials for the exploration of rural tourism and ecoturismo, the possibility of the constitution of a tourist cluster is evaluated. The cluster would be the lever for the regional economical development endogenous. However, to obtain the expected development in this microrregião, there is the invigoration of the institutions and local organisms that promote the tourism to happen, what requests a larger synergy among the powers local publics, the productive fabric of the area and the representatives of the civil society that will benefit with the generated economical externalidades. The articulation locus and of those actors' integration around a project common of development should be through its consortium intermunicipal, with planned actions, discussed and you accept for their largest interested parties, the population, that they should be engaged and touched with this new economy.

Word-key: regional development, consortium intermunicipal, tourism, microrregião and tourist cluster.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Divisão regional do Espírito Santo microrregiões de planejamento	23
FIGURA 2 – Anéis concêntricos do <i>cluster</i> turístico	103
FIGURA 3: Cachoeira da Fumaça, no município de Alegre	110
FIGURA 4: Parque Nacional do Caparaó	110
FIGURA 5: Cristo Redentor, no município de Guaçuí	111
FIGURA 6: Igreja Matriz, no município de Alegre	111
FIGURA 7: Tecnotruta, no município de Ibitirama	112
GRÁFICO 1 – Evolução do PIB do setor agropecuário, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003	37
GRÁFICO 2 – Evolução do PIB do setor indústria, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003.	38
GRÁFICO 3 – Evolução do setor de serviços, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003	39



## LISTA DE TABELAS

QUADRO 1: Divisão regional do Espírito Santo em macrorregiões de planejamento e microrregiões administrativas de gestão	22
QUADRO 2: Classificação de serviços de acordo com definição da ONU	72
QUADRO 3: Características das atividades de serviços	74
QUADRO 4: Impactos do turismo	102
QUADRO 5: Classificação dos atrativos turísticos	109
QUADRO 6: Quadro dos órgãos públicos de turismo dos municípios da microrregião Pólo Caparaó	138
TABELA 1: Evolução populacional do Brasil, das Regiões e do Estado do Espírito Santo no período 1991-2005	24
TABELA 2: Evolução populacional das macrorregiões do Estado do Espírito Santo entre o período 1991-2005.	24
TABELA 3: Evolução populacional nas microrregiões do Estado do Espírito Santo entre o período 1991-2005	24
TABELA 4: Evolução da população nos municípios da microrregião Pólo Caparaó no período 1991-2005	26
TABELA 5: Distribuição setorial da população ocupada na microrregião Pólo Caparaó (2000)	27
TABELA 6: População ocupada segundo atividades na microrregião Pólo Caparaó (2000)	28
TABELA 7: Distribuição percentual do número de trabalhadores por setor de atividade econômica na microrregião Pólo Caparaó no período 1991-2000	29
TABELA 8: Evolução do PIB estadual e do PIB da microrregião Pólo Caparaó no período 1999-2003	30
TABELA 9: Composição do PIB, por valor agregado, na microrregião Pólo Caparaó no período entre 1999-2003	31
TABELA 10: Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 1999	32
TABELA 11: Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000	33
TABELA 12: Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2001	34

TABELA 13: Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2002	35
TABELA 14: Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião do Pólo Caparaó no ano 2003	36
TABELA 15: Volume total de empregos formais, por grande setor de atividade econômica, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003	40
TABELA 16: Distribuição setorial da população ocupada nos município da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000	56
TABELA 17: Distribuição do volume de empregos formais por setor de atividade econômica nos municípios da microrregião Pólo Caparaó em 1991-2000-2004	57
TABELA 18: Dados comparativos entre empregos formais e mercado de trabalho e renda, nos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000	59
TABELA 19: Evolução do número de empregos formais nas atividades de alimentação e bebidas, transportes e comunicação, alojamento e comunicação na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1991-2004	62
TABELA 20: Evolução do número de estabelecimentos nas atividades de alimentação e bebidas, transportes e comunicação, alojamento e comunicação na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1995-2004	63
TABELA 21: Participação das atividades ligadas diretamente ao turismo no mercado de trabalho formal, na microrregião Pólo Caparaó, no período 1991-2004	64
TABELA 22: Estruturação ocupacional no Brasil – 1980/1993/2001	76
TABELA 23: Evolução das receitas totais do turismo no mundo entre o período 1950-2000	83
TABELA 24: Faixa etária dos turistas que freqüentaram a Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	115
TABELA 25: Estado de origem dos turistas da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	115
TABELA 26: Renda mensal individual dos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	116

TABELA 27: Com quem os turistas viajaram na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	116
TABELA 28: Meios de transporte utilizados pelos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	117
TABELA 29: Meios de hospedagem utilizados pelos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	117
TABELA 30: Gastos com alimentação pelos turistas durante a estadia na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	118
TABELA 31: Gastos totais dos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	118
TABELA 32: Tempo de permanência dos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	119
TABELA 33: Motivo da viagem dos turistas à Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	120
TABELA 34: O que mais atraiu o turista na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	121
TABELA 35: Avaliação dos atrativos naturais da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	122
TABELA 36: Avaliação dos monumentos históricos da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	122
TABELA 37: Avaliação da hospitalidade praticada na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	123
TABELA 38: Avaliação da hospedagem da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	123
TABELA 39: Avaliação da alimentação na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	124
TABELA 40: Avaliação da sinalização turística na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	124
TABELA 41: Avaliação do posto de informação turística na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	125
TABELA 42: Avaliação do transporte público na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	126

TABELA 43: Avaliação da localidade Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006	126
TABELA 44: Número de hospedagens na microrregião Pólo Caparaó em 2006	134
TABELA 45: Número de estabelecimentos voltados para a atividade de alimentação e bebidas na microrregião Pólo Caparaó no período 1995-2004	135
TABELA 46: Nível de instrução da população da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000	142
TABELA 47: Número de estabelecimentos de saúde e leitos nos municípios da microrregião Pólo Caparaó no período 2002	144
TABELA 48: População residente por situação urbana e rural na microrregião Pólo Caparaó no ano 2000	145
TABELA 49: Volume total de emprego por setor de atividade econômica no município de Alegre (ES), no período 1991-2004	163
TABELA 50: volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Alegre (ES), no período 1995-2004	164
TABELA 51: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Divino de São Lourenço (ES), no período 1991-2004	165
TABELA 52: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Divino de São Lourenço (ES), no período 1995-2004	166
TABELA 53: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Dores do Rio Preto (ES), no período 1991-2004	167
TABELA 54: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Dores do Rio Preto (ES), no período 1995-2004	168
TABELA 55: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Guaçuí (ES), no período 1991-2004	169
TABELA 56: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Guaçuí (ES), no período 1995-2004	170
TABELA 57: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Ibatiba (ES), no período 1991-2004	171
TABELA 58: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Ibatiba (ES), no período 1995-2004	172

TABELA 59: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Ibitirama (ES), no período 1991-2004	173
TABELA 60: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Ibitirama (ES), no período 1995-2004	174
TABELA 61: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Irupi (ES), no período 1995-2004	175
TABELA 62: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Irupi (ES), no período 1995-2004	176
TABELA 63: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Lúna (ES), no período 1991-2004	177
TABELA 64: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Lúna (ES), no período 1995-2004	178
TABELA 65: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Muniz Freire (ES)	179
TABELA 66: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Muniz Freire (ES)	180
TABELA 67: Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de São José do Calçado (ES)	181
TABELA 68: Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de São José do Calçado (ES)	182

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2. CAPÍTULO 1 – A MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ (ES)</b> .....	20
2.1 A MICRORREGIÃO.....	20
2.2 OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO.....	41
2.2.1 O município de Alegre.....	41
2.2.2 O município de Divino de São Lourenço.....	42
2.2.3 O município de Dores do Rio Preto.....	43
2.2.4 O município de Guaçuí.....	44
2.2.5 O município de Ibatiba.....	45
2.2.6 O município de Ibitirama.....	46
2.2.7 O município de Irupi.....	47
2.2.8 O município de Lúna.....	48
2.2.9 O município de Muniz Freire.....	49
2.2.10 O município de São José do Calçado.....	50
2.3 O CONSÓRCIO E O QUADRO INSTITUCIONAL REGIONAL.....	50
2.4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE PREMILINAR DO SETOR DE SERVIÇOS NA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES).....	54
2.5 CONCLUSÃO.....	64
<b>3. CAPÍTULO 2 – SERVIÇOS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	66
3.1 A ATIVIDADE DE SERVIÇOS.....	66
3.1.1 A evolução da importância dos serviços.....	66
3.1.2 O aspecto informal dos serviços.....	77
3.1.3 O setor de serviços e suas contribuições para o desenvolvimento econômico.....	79
3.2 A ATIVIDADE DO TURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	81
3.2.1 A evolução do turismo.....	81
3.2.2 O desenvolvimento regional.....	87
3.2.2.1 Distrito Industrial.....	95
3.2.2.2 <i>Millieu Innovateur</i> .....	97
3.2.2.3 <i>Cluster</i> .....	98
3.2.3 A importância do turismo como pólo de desenvolvimento regional...	99

3.2.4 O cluster turístico como proposta de desenvolvimento regional.....	100
3.2.4.1 A estrutura do <i>cluster</i> turístico.....	103
3.3 CONCLUSÃO.....	105
<b>4. CAPÍTULO 3 – O CLUSTER TURÍSTICO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES).....</b>	<b>106</b>
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	106
4.1.1 Tipo de estudo.....	106
4.1.2 Cenário de estudo.....	107
4.1.3 Sujeitos da amostra.....	107
4.1.4 Instrumentos.....	107
4.1.5 Coleta e análise de dados.....	107
4.2 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ.....	108
4.2.1 Vocação turística da microrregião Pólo Caparaó (ES).....	108
4.2.2 Perfil do turista na microrregião Pólo Caparaó.....	114
4.2.3 Entrevistas com responsáveis pelas secretarias de turismo nos municípios.....	127
4.2.4 Análise da estrutura de <i>cluster</i> turístico na microrregião Pólo Caparaó.....	134
4.3 CONCLUSÃO.....	146
<b>5. CONCLUSÃO FINAL.....</b>	<b>150</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
ANEXOS.....	164

## 1. INTRODUÇÃO

Kon (2004) cita que a visão ainda mais aceita na atualidade é a de que as atividades terciárias são tidas como atividades complementares para alocarem o capital e mãos-de-obra excedentes, os quais não encontraram oportunidades nos outros setores. Entretanto, a autora discute em sua obra a importância da economia de serviços na geração de renda e riqueza das economias na modernidade, havendo uma mudança na economia dos países industrializados, em que estes se tornaram economias de serviços.

A contribuição dos serviços no desenvolvimento das economias, de acordo com Kon (2004), tem características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento, mas é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, se considerado como a maior fonte de geração de empregos e renda na atualidade.

O turismo, atividade de serviço, pode ser visto a partir da teoria do efeito-renda, em que esta teoria defende a hipótese de que os serviços possuem demanda com elasticidade-renda positiva e superior à elasticidade-renda da demanda por bens primários ou secundários. Esta explicação sobre a teoria do efeito-renda é dada pela condição de que as atividades terciárias têm a capacidade de se desenvolver mais rapidamente do que os outros dois setores, seja por questões técnicas ou por mudanças de preferências do consumidor.

Este serviço é considerado como um dos negócios que mais crescem no mundo. Segundo dados da OMT (Organização Mundial do Turismo) (apud SEDETUR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo,



2004), o turismo movimenta no mundo cerca de US\$ 3,4 trilhões, correspondendo a 10,9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. As atividades turísticas, segundo a OMT (apud PNT – Plano Nacional de Turismo, 2003), são responsáveis por um em cada nove empregos gerados no mundo. Segundo Vaz (1999) é uma atividade que mobiliza mais de 50 setores produtivos de bens e serviços, requerendo o trabalho de inúmeras categorias técnicas e profissionais.

No Brasil, várias regiões e municípios têm a atividade turística inserida em seu conjunto macroeconômico, incrementando seu orçamento mensal. Para confirmar esta realidade, o Brasil, de acordo com dados da OMT (apud SEDETUR, 2004), no ano de 2002 foi classificado em 34º no ranking mundial, entre os países que mais atraíram turistas, totalizando, segundo dados do PNT (2003), 3,8 milhões de turistas, gerando uma receita de US\$ 3,12 bilhões de dólares.

Boa parte desta receita se destinou à Região Sudeste, que no ano de 2003 ficou com 40,8% do total da receita gerada com o turismo no Brasil. E, dentre os estados da Região Sudeste encontra-se o Espírito Santo, que em 2001, de acordo com o Embratur (apud SEDETUR, 2004) encontrava-se na 10ª posição no ranking dos estados brasileiros mais visitados, com 4,3% do fluxo total de turistas. O Embratur constatou que, em 2001, no Estado do Espírito Santo foram gerados 23.407 empregos formais relacionados às atividades turísticas, e um PIB de R\$ 1,38 bilhão (SEDETUR, 2004). Considerando que o estado do Espírito Santo teve um PIB de R\$ 22.538.119 bilhões (IBGE, 2006), podemos dizer que o turismo representou 6,12% de participação no PIB.

Além do fator econômico, o turismo, segundo Trigueiro (2001) é visto como uma atividade que contribui para o desenvolvimento de uma localidade no que diz respeito ao meio ambiente. A atividade turística promove a preservação de áreas naturais, monumentos históricos e arqueológicos com o intuito de conquistar os turistas. Mas nem sempre ocorrem impactos positivos. Se o turismo não for bem planejado os resultados em uma região podem ser negativos, caracterizados por Mamberti e Braga (2004) como efeitos perversos do turismo, como: desqualificação dos empregos, degradação ambiental, prostituição, entre outros.

Em suma, o turismo é uma atividade que vem despertando interesse de empreendedores, municípios e munícipes, devido à sua articulação com diversos setores, proporcionando um efeito multiplicador na economia, podendo se traduzir em benefícios para uma comunidade ou toda uma região, seja economicamente (PIB) e/ou na geração de emprego e renda. O turismo pode ser uma alternativa econômica para o desenvolvimento local/regional, que, segundo Coelho (1996), consiste em identificar os setores econômicos que podem ser potencializados e qualificar e quantificar sua capacidade de atração.

Neste caso, como objeto deste estudo, o turismo foi escolhido para a Microrregião Pólo Caparaó como uma das economias a serem exploradas na região, mediante suas características, pela formação do consórcio entre os 10 municípios envolvidos e pelo plano de desenvolvimento elaborado pelo governo estadual.

Portanto, a dissertação tem por objetivo verificar se o turismo pode se constituir numa atividade propulsora de desenvolvimento regional (geração de emprego e renda e seus efeitos multiplicadores do turismo sobre outras atividades) na Microrregião Pólo Caparaó (ES).

Para que o turismo possa se constituir em uma alternativa de desenvolvimento, o estudo buscou identificar se há uma sinergia entre os atores relevantes envolvidos e interagidos por meio de consórcio intermunicipal, que envolva as municipalidades, o poder público local e o tecido empresarial e a sociedade civil, e que estes organismos e instituições locais consigam formular um projeto comum de desenvolvimento, permitindo que esta articulação entre os atores engendre um processo de desenvolvimento endógeno.

A metodologia de pesquisa utilizada no estudo foi do tipo descritiva, bibliográfica e documental, descrevendo as características de cada município pertencente à microrregião Pólo Caparaó, coletando dados a respeito do volume de empregos formais e número de estabelecimentos existentes na microrregião entre o período 1991-2004, o PIB de cada município e o crescimento populacional. Utilizou-se também de pesquisa realizada pela SEDETUR, em 2005 (baixa temporada) e 2006 (alta temporada), cujos dados refletiram a opinião de turistas, que puderam

avaliar a infra-estrutura turística da microrregião Pólo Caparaó. Outra fonte documental foi a publicação feita pela Agência 21, relatando todo o cenário sócio-econômico da microrregião.

Como estudo de caso foi verificada a atuação do Consórcio Intermunicipal do Caparaó e a composição de estruturas que viabilizem a formação de *Cluster* Turístico como alternativa para o desenvolvimento microrregional. Houve também aplicação de questionário (conforme anexo II) aos secretários de turismo de cada município buscando o parecer e o posicionamento do poder público municipal em relação ao planejamento, ao consórcio e as ações planejadas e em execução que viabilizem o turismo como atividade econômica para a localidade.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao conhecimento sobre a microrregião Pólo Caparaó, fazendo-se conhecer a divisão regional do Estado do Espírito Santo, descrevendo detalhadamente a Microrregião Pólo Caparaó. A descrição dos municípios vem acompanhada de dados e informações a respeito da economia, do mercado de trabalho, seguidos da caracterização peculiar de cada cidade, incluindo comentários sobre sua história, seu povo e o seu despertar turístico, objeto de estudo desta dissertação. O capítulo 1 foi dividido em quatro seções. Na primeira seção fazemos a apresentação conceitual sobre microrregião e dados sobre a microrregião Pólo Caparaó. Na segunda seção apresentamos dados e informações sobre os 10 municípios que formam a microrregião Pólo Caparaó. A terceira seção trata da questão sobre os consórcios intermunicipais, o consórcio do Caparaó e outras instituições atuantes na microrregião. Na quarta e última seção fazemos uma análise preliminar sobre a microrregião Pólo Caparaó.

No capítulo 2 apresentamos as bases conceituais desta dissertação. Para buscarmos um bom entendimento sobre o estudo, dividimos o capítulo em duas seções. Na primeira seção apresentamos bases conceituais sobre o setor de serviços. Os serviços visto pelos economistas como uma atividade que vêm ganhando mais espaço no cenário econômico global, apresentando um crescimento anual do seu PIB superior aos setores primário e secundário, além de ser caracterizado como o setor com maior capacidade de geração de emprego (formais

ou informais). Na segunda seção abordamos a atividade do turismo e o desenvolvimento regional, classificada neste estudo como uma atividade de serviços, e vista como uma das alternativas para o desenvolvimento local e/ou regional, através de formação de *cluster* turístico.

E finalmente o capítulo 3, dividido em três seções. A primeira seção refere-se aos procedimentos metodológicos da pesquisa. Nela está contida o tipo de estudo, o cenário, os sujeitos da amostra, os instrumentos, a coleta e a análise de dados.

Na segunda seção é analisado e discutido o objeto de estudo da dissertação. Discutimos a vocação turística, as opiniões dos atores locais (secretários de turismo) ligados ao desenvolvimento turístico nos municípios da microrregião, o perfil do turista na microrregião e a caracterização das estruturas de *cluster* turístico mediante a identificação de instituições, dentre elas o Consórcio Intermunicipal, e demais estruturas necessárias à formação do *cluster*. Para a devida análise, o estudo de caso revela a infra-estrutura turística atual, a pré-existência de potencialidade para o desenvolvimento turístico, as instituições de apoio existentes na região, as considerações feitas pelos Secretários Municipais de Turismo e finalmente a possibilidade de estruturação de um *cluster* turístico.

Na terceira seção faremos as conclusões a respeito dos resultados obtidos. A conclusão será embasada nas bases conceituais dissertadas no capítulo 2, de forma a contribuir para a averiguação dos resultados obtidos na análise da Microrregião, revelando o nível de desenvolvimento turístico deste Pólo e que tipo de modelo se está desenvolvendo, e se está havendo o devido envolvimento dos atores locais da microrregião.

## **2. CAPÍTULO 1 – A MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES)**

Neste capítulo conheceremos a microrregião Pólo Caparaó (ES), através de seus 10 municípios. Cada um dos municípios será dissertado com sua história e características (geográficas e demográficas), que em conjunto formam uma das doze microrregiões administrativas do Espírito Santo.

### **2.1 A MICRORREGIÃO**

Segundo Clemente e Higachi (2000), em 1968, o IBGE publicou um estudo intitulado “Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas” e, em 1990, a “Divisão do Brasil em Meso e Micro Regiões”. Estes autores citam que as mesorregiões são formadas em relação ao conceito de organização espacial e, em seguida desmembradas em microrregiões. O conceito de mesorregião é, conforme Clemente e Higachi (2000: 18)

uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinantes, o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicações e de lugares, como elemento de articulação espacial.

Cria-se assim uma identidade regional construída pela própria sociedade que se relaciona em uma determinada região. E, por sua vez, as microrregiões são resultados da subdivisão das mesorregiões em espaços que apresentam especificidades, basicamente relacionadas à produção, o que inclui, conforme

Clemente e Higachi (2000), a distribuição, a troca, o consumo e atividades tanto urbanas quanto rurais.

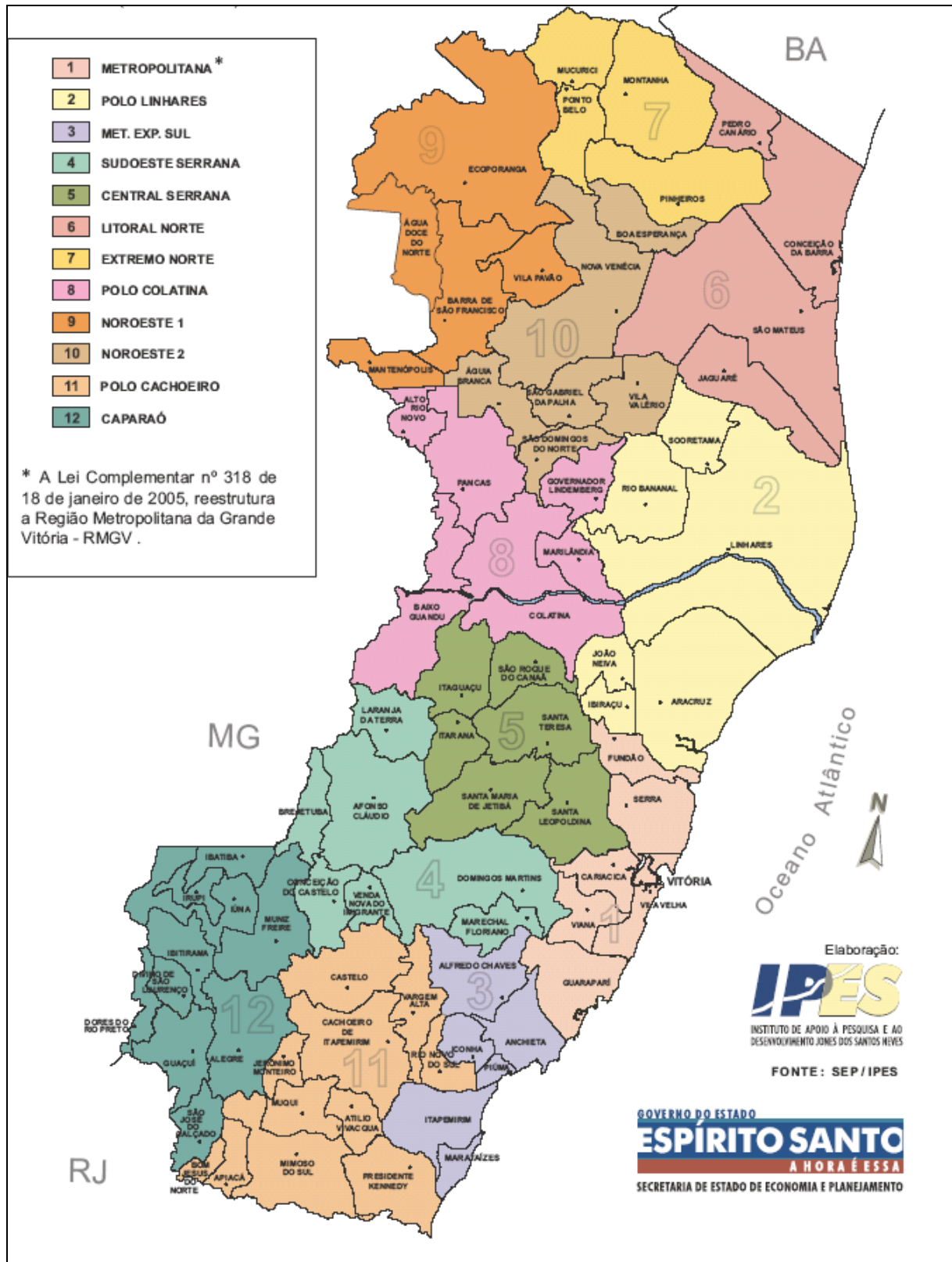
De acordo com o IPES (2005), o estado do Espírito Santo está dividido em 4 (quatro) macrorregiões (mesorregiões) e 12 (doze) microrregiões. As macros e microrregiões do estado do Espírito Santo foram criadas pelas leis: Lei 5.120 de 30/11/95 (DOE 01/12/95) alterada pelas leis: Lei nº 5.469 de 22/09/97 (DOE 23/09/97), Lei 5.849 de 17/05/99 (DOE 18/05/99) e Lei 7.721 (DOE 14/01/04). E a Lei Complementar nº. 318 de 18 de janeiro de 2005 reestrutura a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A divisão regional do Espírito Santo por macrorregiões é apresentada no Quadro 1, a seguir.

Macrorregiões de planejamento	Microrregiões Administrativas de Gestão	Municípios
1 Metropolitana	1 - Metropolitana	Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.
	2 - Pólo Linhares	Aracruz, Ibraçu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama.
	3 – Metrópole Expandida Sul	Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Piúma.
	4 – Sudoeste Serrana	Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante.
	5 – Central Serrana	Itaguaçu, Itarana, Santa Tereza, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e São Roque do Canaã.
2 Norte	6 - Litoral Norte	Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário e São Mateus.
	7 - Extremo Norte	Montanha, Mucurici, Pinheiros e Ponto Belo.
	8 - Pólo Colatina	Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Pancas e Governador Lindenberg.
3 Noroeste	9 - Noroeste I	Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis e Vila Pavão.
	10 - Noroeste II	Águia Branca, Boa Esperança, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, São Domingos do Norte e Vila Valério.
4 Sul	11 - Pólo Cachoeiro	Apiacá, Atílio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Vargem Alta.
	12 - Caparaó	Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado.

**Quadro 1.** Divisão regional do Espírito Santo em macrorregiões de planejamento e microrregiões administrativas de gestão.  
Fonte: IPES (2005)

Nesse contexto de meso e microrregiões, o estudo tem seu espaço delimitado na Microrregião Pólo Caparaó (ES), sendo, conforme o IPES (2005), uma das 12 microrregiões do Estado do Espírito Santo. Conforme visualizamos no Quadro 1, a microrregião Pólo Caparaó, faz parte da macrorregião de planejamento Sul em

conjunto com a microrregião do Pólo Cachoeiro. A Figura 1 a seguir, mostra o mapa do Espírito Santo com seus 78 municípios e suas delimitações microrregionais.



**Figura 1.** Divisão regional do Espírito Santo em microrregiões de planejamento.  
Fonte: IPES (2005)



O estado do Espírito Santo, pertencente à região Sudeste do país, teve uma evolução populacional, entre o período de 1991-2005, de aproximadamente 31,2%, passando de 2.600.618 para 3.411.365 habitantes, acima da média do país, que apresentou um crescimento no mesmo período de 25,54%, crescendo de 146.825.475 (1991) para estimados 184.184.264 (2005), e acima da média da região a qual faz parte (Sudeste), que apresentou crescimento de 25,07%, passando de 62.740.401 (1991) para 78.472.017 (2005) conforme podemos observar na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Evolução populacional do Brasil, das Regiões e do Estado do Espírito Santo no período 1991-2005

Brasil, Regiões e Espírito Santo	1991	1996	2000	2005	% de crescimento
Brasil	146.825.475	157.070.163	169.799.170	184.184.264	25,54
Norte	10.030.556	11.288.851	12.900.704	14.698.878	46,54
Nordeste	42.497.540	44.766.851	47.741.711	51.019.091	20,05
Sudeste	62.740.401	67.000.738	72.412.411	78.472.017	25,07
Sul	22.129.377	23.513.736	25.107.616	26.973.511	21,89
Centro-Oeste	9.427.601	10.500.579	11.636.728	13.020.767	38,11
Espírito Santo	2.600.618	2.802.707	3.097.232	3.411.365	31,2

Fonte: IBGE (2006).

Conforme já mencionado, o Espírito Santo possui 4 (quatro) macrorregiões. Dentre elas, a macrorregião metropolitana é a que mais se destaca com 38,21% de crescimento no período entre 1991-2005, seguida da macrorregião Sul com 24,93%, onde se localiza a microrregião Pólo Caparaó em conjunto com o Pólo Cachoeiro, conforme podemos observar pela Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução populacional das macrorregiões do Estado do Espírito Santo entre o período 1991-2005

Macrorregiões do Espírito Santo	Nº. de municípios	1991	1996	2000	2005	% de crescimento
Metropolitana	32	1.635.281	1.800.901	2.016.720	2.260.043	38,21
Norte	14	356.816	367.779	387.020	410.229	14,97
Noroeste	11	186.953	195.042	209.161	214.443	14,7
Sul	21	421.568	438.985	484.331	526.650	24,93
Espírito Santo	78	2.600.618	2.802.707	3.097.232	3.411.365	31,2

Fonte: IBGE (2006).

Comparando os dados entre todas as microrregiões do Estado do Espírito Santo, verificamos que a microrregião Pólo Caparaó apresenta baixo crescimento populacional. Conforme observamos na Tabela 3, a microrregião apresenta um crescimento de 19% entre o período de 1991-2005, sendo o 8º em escala de crescimento populacional, sendo abaixo inclusive de sua macrorregião, que apresentou 24,93%, conforme vimos na Tabela 2. Vale destacar que esta microrregião é a segunda maior em números de municípios (10), ficando atrás apenas do Pólo Cachoeiro (11), em que ambos pertencem à mesma macrorregião.

Tabela 3 – Evolução populacional nas microrregiões do Estado do Espírito Santo entre o período 1991-2005

Microrregião	Nº. de municípios	1991	1996	2000	2005	% de crescimento
Metropolitana	7	1.136.842	1.267.423	1.438.596	1.627.651	43,17
Pólo Linhares	6	210.428	224.769	237.291	258.466	22,83
Metrópole Expandida Sul	6	91.675	105.004	117.984	134.467	46,68
Sudoeste Serrana	7	108.803	112.161	124.675	134.618	23,73
Central Serrana	6	87.533	91.544	98.174	104.841	19,77
Litoral Norte	4	134.583	148.102	158.454	173.627	29,01
Extremo Norte	4	50.771	51.878	50.746	50.730	0,0
Pólo Colatina	6	171.462	167.799	177.820	185.872	8,4
Noroeste I	5	86.806	92.216	94.858	94.818	9,23
Noroeste II	6	100.147	102.826	114.303	119.625	19,45
Pólo Cachoeiro	11	273.742	283.969	321.063	350.710	28,12
Pólo Caparaó	10	147.826	155.016	163.268	175.940	19

Fonte: IBGE (2006).

Para visualizarmos o baixo crescimento populacional da 2ª maior microrregião capixaba, em números de municípios (10), ocupando apenas a 8ª colocação, apresentamos a Tabela 4, que demonstra a evolução populacional nos municípios da microrregião Pólo Caparaó, entre o período 1991-2005.

Tabela 4 – Evolução da população nos municípios da microrregião Pólo Caparaó no período 1991-2005

Municípios	1991	1996	2000	2005	% Crescimento
Alegre	30.422	31.832	31.714	32.523	6,91
Divino de São Lourenço	4.090	4.385	4.817	5.272	28,9
Dores do Rio Preto	5.265	5.649	6.188	6.766	28,51
Guaçuí	21.964	23.820	25.492	27.702	26,1
Ibatiba	15.558	16.558	19.210	21.498	38,2
Ibitirama	7.655	7.998	9.211	10.186	33,0
Irupi	-	10.050	10.354	10.866	8,1
Lúna	32.508	24.558	26.112	28.079	-13,6
Muniz Freire	20.156	19.734	19.689	19.396	-3,8
São José do Calçado	10.208	10.432	10.481	10.652	4,4
Total	147.826	155.016	163.268	175.940	19,0

Fonte: IBGE (2006). Irupi não apresenta dados populacionais para o ano de 1991 porque este foi criado em 15 de janeiro de 1991, pela Lei nº 4.520, tendo sido desmembrado do município de Lúna. O município de Irupi foi instalado em 1º de janeiro de 1993).

Podemos verificar, a partir dos dados da Tabela 4, que há municípios que vêm apresentando declínio, como é o caso de Muniz Freire (-3,8%) de seu volume populacional. O município de Lúna apresentou uma queda do volume populacional entre 1991-1996 por ter parte de seu território desmembrado para a formação do município de Irupi. Ao longo do período 1991-2005 os dados revelam um declínio de 13,6%, mas, se analisarmos o período 1996-2005, Lúna apresentou um crescimento de 14,34%. Apenas cinco dos 10 municípios apresentam um crescimento próximo da taxa apresentada pelo estado do Espírito Santo (31,2%) e da macrorregião Sul (24,93%). São os municípios: Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba e Ibitirama.

A microrregião Pólo Caparaó, de acordo com o IPES (2006) e a Agência 21 (2006), tem sua economia alicerçada no setor agropecuário, sendo seu carro-chefe a cafeicultura, especializada no tipo arábica, além de atividades como: pecuária leiteira, fruticultura, criação animal (gado de corte, suínos, piscicultura, avicultura). Despontam também na região atividades como: olericultura, fomento florestal, turismo, além de culturas de subsistência e/ou complementação de renda, tais como: o milho, o arroz e o feijão.

O setor agropecuário é um importante gerador de trabalho e renda, conforme, podemos observar através da Tabela 5, que demonstra a distribuição setorial da população ocupada na microrregião Pólo Caparaó no ano 2000, espalhada nesta estrutura fundiária, caracterizada por pequenas propriedades familiares, na sua maioria, com menos de 50 hectares.

Tabela 5 – Distribuição setorial da população ocupada na microrregião Pólo Caparaó (2000)

Atividades agrupadas	Participação %
Atividades agropecuárias	57,2
Atividades industriais	8,9
Comércio e reparação	9,2
Atividades de prestação de serviço	24,3
Atividades mal especificadas	0,5

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000 apud IPES (2005). Classificação segundo as atividades agrupadas.

De fato, os dados apresentados pelo IBGE comprovam a predominância do setor agropecuário como principal gerador de trabalho e renda (57,2%), seguido da atividade de prestação de serviço (24,3%) e da indústria (8,9%). Se caracterizarmos em apenas três setores (agropecuária, indústria e serviços) teríamos os serviços com 33,5% (prestação de serviço e comércio e reparação).

Fazemos a ressalva de que, os dados apresentados na Tabela 5, não se referem à empregos formais (carteira assinada). Os indicadores apresentados são constituídos de pessoas de qualquer faixa etária, trabalhando formal ou informalmente, independente de ser empregado ou empregador. Portanto, os dados identificam a geração de trabalho e renda.

Para termos um conhecimento mais detalhado desta distribuição setorial, apresentamos na Tabela 6 o volume da população ocupada por atividades econômicas, segundo classificação da CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas).

Tabela 6 – População ocupada segundo atividades na microrregião Pólo Caparaó (2000)

Atividade – Seção CNAE	População Ocupada
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	43.237
Pesca	56
Indústrias extrativas	148
Indústrias de transformação	3.073
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	150
Construção	3.345
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais	6.944
Alojamento e alimentação	1.903
Transporte, armazenagem e comunicações	1.410
Intermediação financeira	250
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1.327
Administração pública, defesa e seguridade social	4.020
Educação	3.009
Saúde e serviços sociais	1.305
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1.347
Serviços domésticos	3.789
Atividades mal especificadas	356
Total	75.669

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000 apud IPES (2005). Classificação segundo atividades da seção CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas)

Este quadro apresentado, a respeito da população ocupada por atividades econômicas, vem se mostrando em distribuição semelhante ao longo de uma década (1991-2000) como podemos comprovar pela Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Distribuição percentual do número de trabalhadores por setor de atividade econômica na microrregião Pólo Caparaó no período 1991-2000

Atividades Compatibilizadas	1991 (%)	2000 (%)
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	58,9	57,1
Indústria de transformação	2,2	4,1
Indústria da construção civil	4,3	4,4
Outras atividades industriais	1,3	0,4
Comércio de mercadorias	6,9	7,8
Prestação de serviços (alojamento e alimentação, reparação e conservação, pessoais, domiciliares e diversões)	11,5	10,3
Transporte e telecomunicação	1,4	1,9
Outras atividades	0,9	0,9
Administração pública	4,1	5,3
Social	7,3	6,1
Serviços auxiliares da atividade econômica	1,3	1,8

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 1991-2000 apud IPES (2005)

Quanto ao fato da microrregião ser predominantemente agrícola, a Agência 21 (2006) menciona que:

a dependência do setor primário e a pouca diversidade (basicamente café e pecuária) levam a uma maior instabilidade frente aos ciclos econômicos, quebras de safra e choques de oferta (redução/aumento nos preços destes produtos).

E os estudos da Agência 21 (2006) afirmam que a produtividade básica da agropecuária da microrregião é de apenas R\$ 1.800,00, enquanto que o índice apresentado pelo estado do Espírito Santo é de R\$ 2.280,00, e que mais da metade dos trabalhadores estão ocupados em atividades primárias de baixíssima produtividade<sup>1</sup> e com pouca geração de renda. Segundo a Agência 21 (2006), a economia da região do Caparaó ainda é pouco expressiva dentro do Espírito Santo. Apesar da população desta microrregião representar 5,15% da população do Estado, a riqueza gerada na região representa, apenas 2% da riqueza total do PIB

<sup>1</sup> A produtividade pode ser medida pela quantidade (ou valor) do produto gerado por cada trabalhador empregado em uma atividade. Quanto maior a quantidade ou o valor da produção de um empregado maior a sua produtividade. Uma alta produtividade está associada a um maior dinamismo econômico, com a utilização de técnicas modernas, mão de obra qualificada, e utilização de instalações e equipamentos avançados.

estadual. Podemos verificar esses números através da Tabela 8, com dados comparativos entre a evolução do PIB estadual e o PIB da microrregião Pólo Caparaó, no período 1999-2003, identificando o percentual de participação desta economia regional na economia do Estado.

Tabela 8 – Evolução do PIB estadual e do PIB da microrregião Pólo Caparaó no período 1999-2003

Anos	PIB Estadual	PIB Microrregião Pólo Caparaó	
	R\$	R\$	%
1999	16.044.869	483.323	3,01
2000	18.429.748	584.332	3,17
2001	19.026.241	504.762	2,65
2002	21.616.260	501.476	2,31
2003	25.085.336	514.094	2,04

Fonte: IBGE (2006) e IPES (2006). Valores expressos em reais (mil).

Verificamos, através da Tabela 8, que realmente a economia da microrregião Pólo Caparaó vem perdendo representatividade no PIB estadual, em que, em 1999, tinha uma participação de 3,01%, e, a partir de 2003, passou a representar apenas 2,04%. De acordo com a Agência 21 (2006),

o Caparaó Capixaba apresentou nos últimos anos um quadro de regressão devido à baixa diversificação e produtividade de sua base econômica somada à escassez de recursos humanos e infra-estrutura. A superação deste quadro passa pelo adensamento das cadeias produtivas agropecuárias e urbanas e pelo desenvolvimento do capital humano regional.

Portanto, estes fatos contribuem para o entendimento dos estudos da ONU, quando foi afirmado que entre os 10 municípios da microrregião Pólo Caparaó, quatro deles podiam ser caracterizados como bolsões de pobreza por estagnação econômica, a saber: Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí e São José do Calçado. (A Gazeta, 1º de fevereiro de 2005).

Entretanto, apesar do IPES e da Agência 21 (2006) considerarem a base econômica desta microrregião alicerçada na agropecuária, e mesmo que o PIB apresente um indicador de estagnação econômica, observamos, pela Tabela 9 a seguir, que entre os três setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços), o

setor de serviços é o de maior relevância, quanto à composição do PIB, sendo este, portanto, o de maior faturamento na microrregião, entre o período 1999-2003.

Tabela 9 – Composição do PIB, por valor agregado, na microrregião Pólo Caparaó no período entre 1999-2003

SETORES DE ATIVIDADES	1999		2000		2001		2002		2003	
	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%
Agropecuária	135.937	28,13	174.256	29,82	90.720	17,97	74.293	14,81	61.857	12,03
Indústria	64.863	13,42	91.346	15,63	85.426	16,92	70.362	14,03	75.646	14,71
Serviços	282.524	58,45	318.730	54,55	328.616	65,10	356.821	71,15	376.591	73,26
Total	483.324	100	584.332	100	504.762	100	501.476	100	514.094	100

Fonte: IBGE (2006). Valores correntes expressos em reais (mil).

Os dados da Tabela 9 demonstram que o setor de serviços, foco central da nossa discussão, vem crescendo, de R\$ 282.524 mil (1999) para R\$ 376.591 mil (2003), aumentando sua participação de 58,45% para 73,26% no período analisado, enquanto a agropecuária, apontada como principal atividade econômica em todos os municípios da microrregião, que apresentava 28,13% passou, a partir de 2003, a representar apenas 12,03%, o que significa um declínio de 57,49% deste setor.

Podemos notar ainda, que o setor industrial, a partir de 2003, passou a ser o segundo setor de maior faturamento, mesmo que esta atividade (indústria) seja considerada, conforme a Agência 21 (2006), como sendo um setor incipiente, de baixa produtividade, desprovido de conhecimento e de tecnologia.

A seguir apresentamos, por meio de tabelas, a composição do PIB de cada município da microrregião Pólo Caparaó, por valor agregado de cada setor (agropecuário, indústria e serviços), no período entre 1999-2003<sup>2</sup>, com a finalidade de demonstrarmos a importância econômica de cada setor.

<sup>2</sup> Os dados discutidos referem-se somente ao período 1999-2003, por não haver dados disponíveis sobre os anos anteriores.



Tabela 10 – Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 1999

Municípios	Ano 1999							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%
Alegre	16.923	19,2	13.684	15,5	57.541	65,3	88.148	100
Divino de São Lourenço	4.959	36,9	1.067	7,9	7.421	55,2	13.447	100
Dores do Rio Preto	5.967	32,2	2.629	14,2	9.938	53,6	18.534	100
Guaçuí	12.020	16,0	11.188	14,8	52.151	69,2	75.359	100
Ibatiba	12.834	26,1	5.373	10,9	30.874	62,9	49.081	100
Ibitirama	10.172	43,6	1.540	6,6	11.635	49,8	23.347	100
Irupi	14.993	44,4	2.759	8,2	16.001	47,4	33.753	100
Íluna	22.147	29,4	8.301	11,0	44.807	59,5	75.255	100
Muniz Freire	29.087	42,1	7.883	11,4	32.052	46,4	69.022	100
São José do Calçado	6.835	18,3	10.438	27,9	20.104	53,8	37.377	100
Total Microrregião	135.937	28,1	64.863	13,4	282.524	58,5	483.324	100

Fonte: IBGE (2006). Valores correntes expressos em reais (mil).

Na Tabela 10, ao analisarmos o ano 1999, pudemos verificar que o setor de serviços apresenta o maior faturamento em todos os municípios. Entretanto, destacamos o percentual de participação do setor da agropecuária em três municípios: Ibitirama (43,6%), Irupi (44,4%) e Muniz Freire (42,1%). Nestas três cidades o setor da agropecuária esteve próximo à participação do setor de serviços que respectivamente apresentou, nestes mesmos municípios, 49,8%, 47,4% e 46,4%.

A seguir, apresentamos os dados referentes ao ano 2000, através da Tabela 11, onde podemos verificar alterações econômicas em algumas localidades. Neste caso, destacamos as alterações ocorridas nos municípios de Ibitirama, Irupi e Muniz Freire, que, em 1999, tiveram uma média de 43,36% de sua economia baseada na agropecuária, apresentando, a partir de 2000, uma média de 45,16% de participação, representando um pequeno crescimento no período.

Tabela 11 – Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000

Municípios	Ano 2000							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%
Alegre	20.490	20,3	15.778	15,6	64.712	64,1	100.980	100
Divino de São Lourenço	4.755	34,8	1.202	8,8	7.689	56,3	13.646	100
Dores do Rio Preto	6.096	30,0	3.785	18,6	10.454	51,4	20.335	100
Guaçuí	12.479	14,5	13.129	15,2	60.549	70,3	86.157	100
Ibatiba	18.962	31,6	6.124	10,2	34.901	58,2	59.987	100
Ibitirama	11.196	46,6	1.339	5,6	11.499	47,8	24.034	100
Irupi	16.311	44,6	3.384	9,2	16.898	46,2	36.593	100
Lúna	45.726	42,0	9.741	8,9	53.469	49,1	108.936	100
Muniz Freire	30.998	44,3	4.768	6,8	34.159	48,9	69.925	100
São José do Calçado	7.242	11,4	32.096	50,4	24.400	38,3	63.738	100
Total Microrregião	174.256	29,8	91.346	15,6	318.730	54,5	584.332	100

Fonte: IBGE (2006). Valores correntes expressos em reais (mil).

Comparando o período 1999-2000, constatamos que o setor de agropecuária dos municípios de Ibitirama, Irupi e Muniz Freire, tinha uma participação de 43,6%, 44,4% e 42,1% respectivamente. No ano 2000 estes indicadores se alteraram positivamente para Ibitirama (46,6%) e Muniz Freire (44,3%), enquanto que Irupi praticamente permaneceu com o mesmo índice de participação (44,6%). Acrescenta-se neste ano, o município de Lúna que, em relação ao setor da agropecuária, em 1999, participava com apenas 29,4% do PIB, neste ano de 2000 a participação cresceu consideravelmente, passando a participar com 42% do faturamento municipal.

Outro indicador que se destacou no ano de 2000, foi o setor da indústria no município de São José do Calçado. Em 1999, o faturamento da indústria era de R\$ 10.438.000,00, com participação de 27,9% no PIB. No ano 2000, ele cresceu para R\$ 32.096.000,00, ou seja, triplicou o faturamento, passando a representar 50,4% do PIB municipal. Esse crescimento se deve às indústrias voltadas para as atividades de extração mineral, minerais não-metals e indústria metalúrgica.

No ano 2001, analisado pela Tabela 12, podemos observar que o município de São José do Calçado é o único que mantém o setor da indústria com maior faturamento municipal, e portanto de maior representatividade. Já os municípios de Ibitirama, Irupi, Lúna e Muniz Freire, que no ano anterior apresentaram uma alta participação do setor da agropecuária, sendo, inclusive, próxima ao do setor de serviços, neste ano de 2001, os indicadores sofrem quedas, como podemos averiguar a seguir.

Tabela 12 – Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2001

Municípios	Ano 2001							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%
Alegre	11.899	12,6	14.941	15,8	67.862	71,7	94.702	100
Divino de São Lourenço	2.928	24,1	1.082	8,9	8.145	67,0	12.155	100
Dores do Rio Preto	4.065	18,3	6.426	29,0	11.680	52,7	22.171	100
Guaçuí	6.815	8,5	12.158	15,1	61.315	76,4	80.288	100
Ibatiba	7.884	15,5	5.528	10,9	37.467	73,6	50.879	100
Ibitirama	7.043	32,6	1.175	5,4	13.356	61,9	21.574	100
Irupi	9.822	32,4	2.833	9,3	17.653	58,2	30.308	100
Lúna	17.567	23,0	9.279	12,1	49.597	64,9	76.443	100
Muniz Freire	19.132	33,5	4.067	7,1	33.959	59,4	57.158	100
São José do Calçado	3.565	6,0	27.937	47,3	27.582	46,7	59.084	100
Total Microrregião	90.720	18,0	85.426	16,9	328.617	65,1	504.763	100

Fonte: IBGE (2006). Valores correntes expressos em reais (mil).

Através da Tabela 12, constatamos que o faturamento de serviços cresceu, e sua representatividade média que era de 54,5%, na microrregião, passou a 65,1% neste ano de 2001. Enquanto que o setor da agropecuária apresentou queda, média, de 29,8% (2000) para 18% de participação do PIB. Como ressaltamos anteriormente, a representatividade da agropecuária nos quatro municípios em destaque no ano 2000, Ibitirama (46,6%), Irupi (44,6%), Lúna (42,0%) e Muniz Freire (44,3%), que resultava em uma média de 44,38%, sofreram quedas no faturamento deste setor.

Neste ano (2001) a participação do setor da agropecuária em cada município era respectivamente 32,6%, 32,4%, 23,0% e 33,5%, reduzindo a média para 30,38%, enquanto que o setor de serviços que detinha, em média, 48%, nestes quatro municípios, aumentou para 61,1% a sua participação no PIB municipal, se aproximando da média regional. Neste momento, o setor de serviços já começa a ser a maior representatividade em quase todos os municípios, com exceção de São José do Calçado, que manteve maior representatividade do PIB baseada na indústria (47,3%), sendo apenas 0,6% maior que o setor de serviços, que em 2000 participava com 38,3%, e cresceu para 46,7% neste ano de 2001.

Já em 2002, podemos observar pela Tabela 13, que o setor de serviços assumiu a maior representatividade em todos os municípios, apresentando uma média de 71,2% do faturamento do PIB na microrregião Pólo Caparaó (ES).

Tabela 13 – Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2002

Municípios	Ano 2002							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%
Alegre	9.282	10,1	12.058	13,1	70.609	76,8	91.949	100
Divino de São Lourenço	2.301	18,6	1.025	8,3	9.068	73,2	12.394	100
Dores do Rio Preto	3.278	13,4	6.262	25,7	14.843	60,9	24.383	100
Guaçuí	6.595	7,7	10.599	12,3	68.951	80,0	86.145	100
Ibatiba	7.808	14,7	4.866	9,2	40.501	76,2	53.175	100
Ibitirama	5.001	24,3	1.232	6,0	14.358	69,7	20.591	100
Irupi	9.026	28,8	2.917	9,3	19.414	61,9	31.357	100
Lúna	14.737	18,5	10.062	12,6	55.031	68,9	79.830	100
Muniz Freire	13.061	25,2	3.702	7,2	34.995	67,6	51.758	100
São José do Calçado	3.203	6,4	17.639	35,4	29.051	58,2	49.893	100
Total Microrregião	74.293	14,8	70.362	14,0	356.820	71,2	501.475	100

Fonte: IBGE (2006). Valores correntes expressos em reais (mil).

O que se destaca na Tabela 13, além do crescimento do faturamento dos serviços em todos os municípios, é a queda acentuada do setor da indústria em São José do Calçado, que chegou a ter 50,4% de representatividade, em 2000, declinou para 47,3% (2001), e no ano de 2002 continuou seu declínio, passando a participar com apenas 35,4% do PIB municipal. Destacamos também a crescente queda do

faturamento do setor da agropecuária que, em 1999, representava uma média de 28,1% na composição do PIB da microrregião Pólo Caparaó (ES) e, em 2002, passou a representar apenas 14,8%.

A última tabela da série (1999-2003) do PIB regional, a Tabela 14, apresenta a composição do PIB no ano 2003, onde constatamos que o setor de serviços, finalmente, se consolida como o principal setor da microrregião, e em todos os municípios.

Tabela 14 – Composição do PIB, por valor agregado, dos municípios da microrregião do Pólo Caparaó no ano 2003

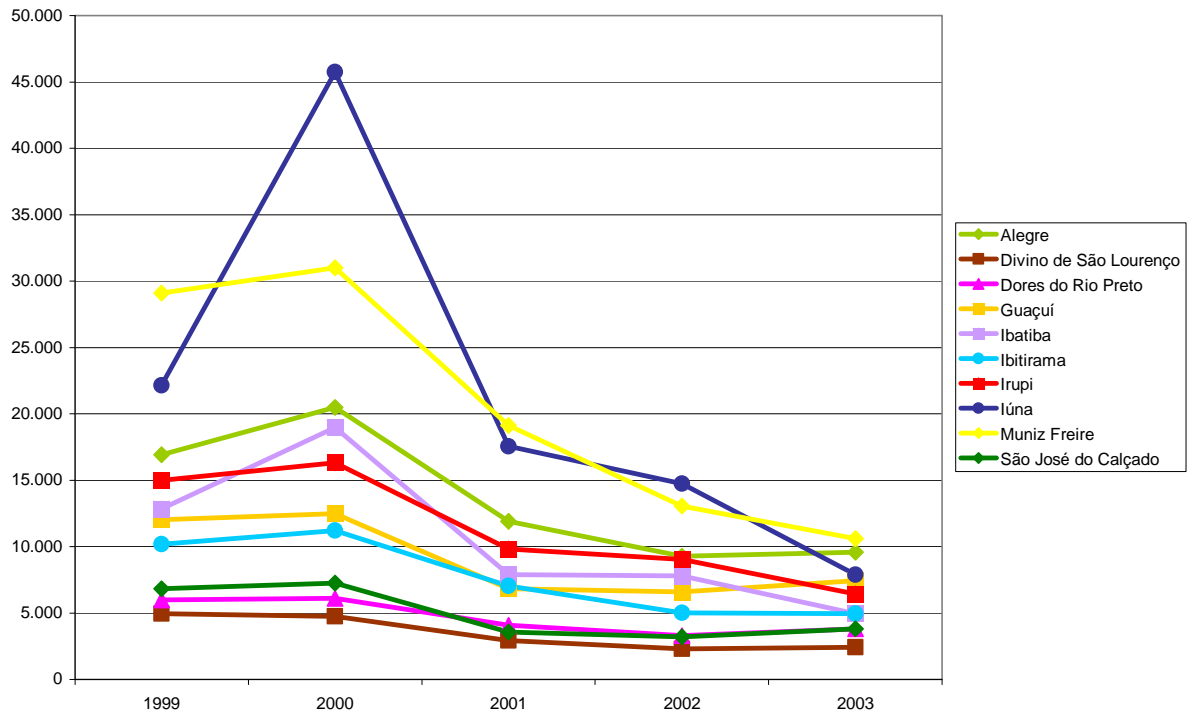
Municípios	Ano 2003							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%	Reais (mil)	%
Alegre	9.566	9,4	14.054	13,9	77.671	76,7	101.291	100
Divino de São Lourenço	2.403	18,3	1.182	9,0	9.536	72,7	13.121	100
Dores do Rio Preto	3.804	16,1	6.379	27,0	13.436	56,9	23.619	100
Guaçuí	7.421	7,8	13.439	14,2	73.730	77,9	94.590	100
Ibatiba	4.965	9,5	5.684	10,8	41.752	79,7	52.401	100
Ibitirama	4.945	22,6	1.221	5,6	15.727	71,8	21.893	100
Irupi	6.439	22,1	3.214	11,0	19.498	66,9	29.151	100
Lúna	7.898	10,2	9.522	12,3	59.742	77,4	77.162	100
Muniz Freire	10.614	20,6	4.468	8,7	36.471	70,7	51.553	100
São José do Calçado	3.802	7,7	16.483	33,4	29.028	58,9	49.313	100
Total Microrregião	61.857	12,0	75.646	14,7	376.591	73,3	514.094	100

Fonte: IBGE (2006). Valores correntes expressos em reais (mil).

Claramente, através dos dados da Tabela 14, podemos confirmar que o setor de serviços manteve crescimento, aumentando sua participação na composição do PIB regional, passando a partir deste ano (2003) a representar 73,3%, sendo que esta representação, em 1999, era de 58,5%.

A partir dos dados da série 1999-2003, da composição do PIB nos municípios da microrregião, construímos gráficos que ilustram a evolução de cada setor econômico nos municípios, tornando mais explícito o crescimento ou declínio de cada um destes setores ao longo do período.

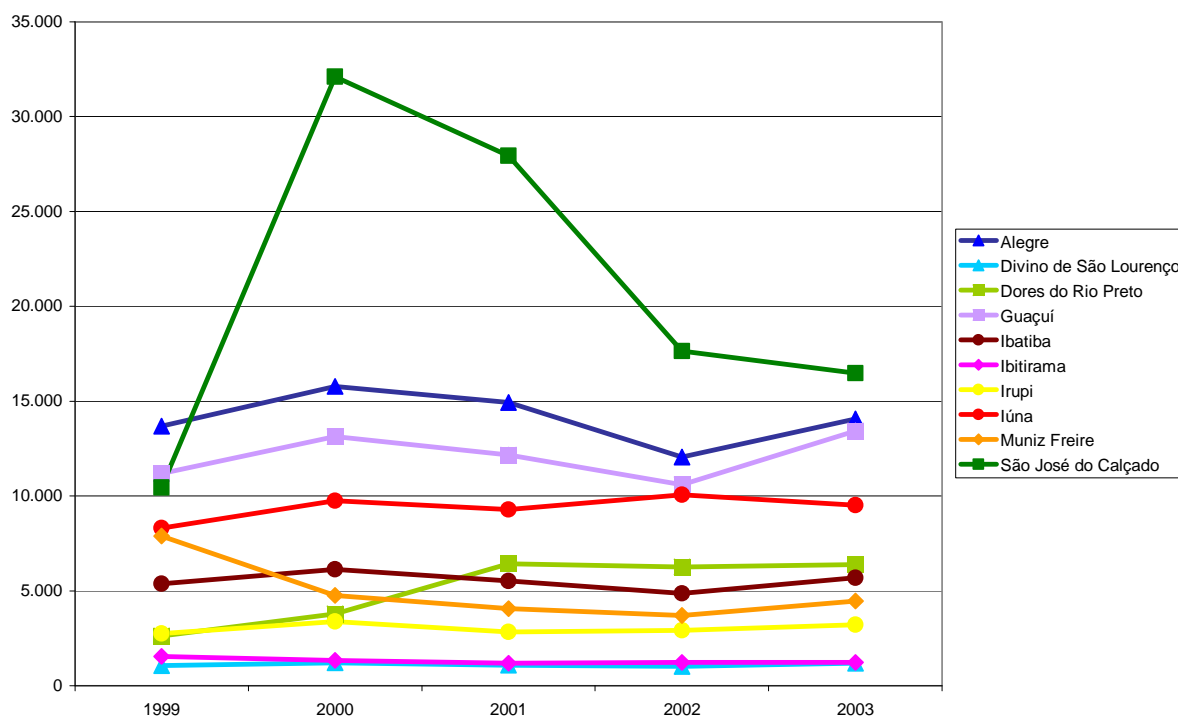
O Gráfico 1 a seguir demonstra a variação do setor agropecuário entre os anos de 1999 a 2003. Nota-se que, em todos os municípios, o único ano que o setor agropecuário cresceu ou se manteve estável foi no período 1999-2000.



**Gráfico 1.** Evolução do PIB do setor agropecuário, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003

Verificamos que o município de maior faturamento no ano de 1999 era Muniz Freire (R\$ 29.087.000), enquanto que o município de menor faturamento era Divino de São Lourenço (R\$ 4.959.000). Destaque para o município de Lúna, que, em 2000, seu faturamento cresceu para R\$ 45.276.000, sendo o maior da região neste ano e Muniz Freire também teve crescimento, sendo o segundo maior (R\$ 30.998.000). A partir de 2001, constatamos que houve uma queda contínua do faturamento na agropecuária em todos os municípios, com destaque para os municípios de Muniz Freire e Lúna, que apresentaram um faturamento de apenas R\$ 10.614.000 e R\$ 7.898.000 respectivamente.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do setor da indústria. Podemos verificar que, na maioria dos municípios, o faturamento é praticamente estável, com pequenas oscilações.

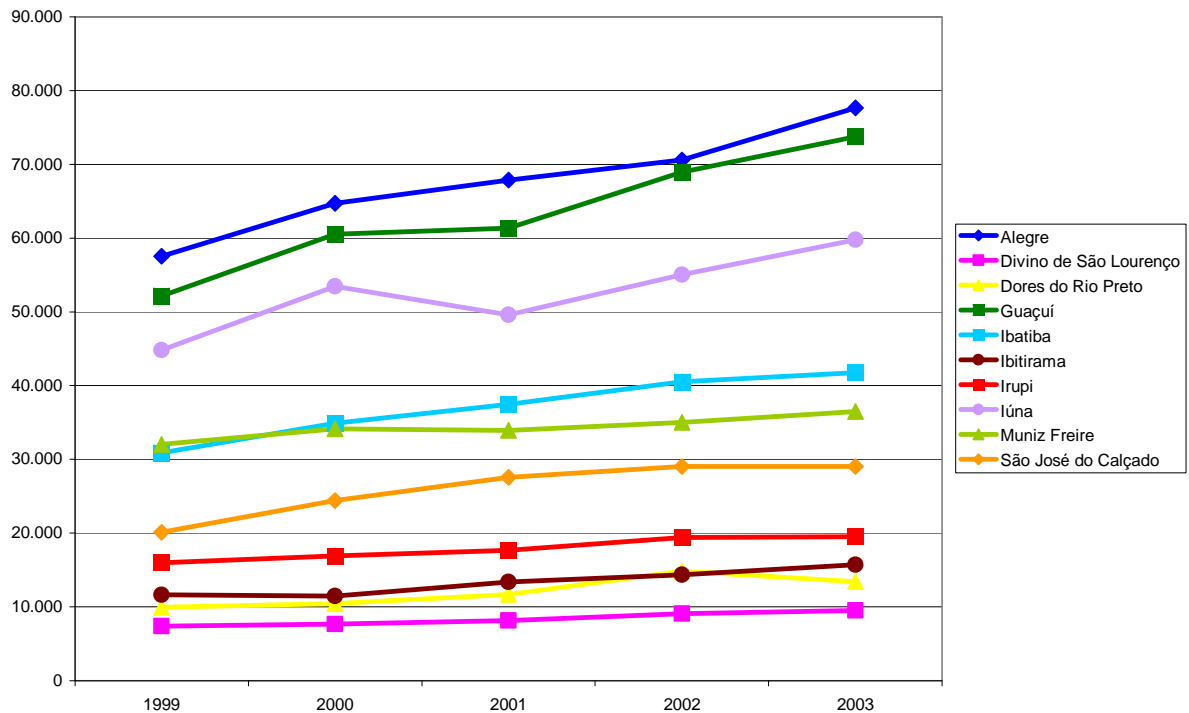


**Gráfico 2.** Evolução do PIB do setor indústria, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003

Ressaltamos que entre os três setores de composição do PIB, a indústria é o menos representativo em toda a microrregião, entre o período 1999-2002, com exceção, já discutido anteriormente, do município de São José do Calçado que teve este setor (indústria) como de maior representatividade no período 2000-2001, como pode comprovar pelo Gráfico 2.

Destacamos, nesta interpretação do Gráfico 2, que, em 2002, o setor da indústria participava com 14,03% na composição do PIB da microrregião Pólo Caparaó, praticamente se igualando ao setor agropecuário (14,81%), e que a partir de 2003, passou a ser o segundo setor com maior faturamento e participação (14,71%) enquanto a agropecuária decresceu para 12,03%.

E por último temos a análise do setor de serviços no Gráfico 3. Verifica-se que este setor apresentou resultados crescentes (faturamento) a cada ano, em praticamente todos os municípios. Se observarmos a série de tabelas apresentadas anteriormente, sobre a evolução do PIB (1999-2003), constataremos que este setor tem sido ao longo do período analisado, o mais representativo em termos de faturamento e participação na composição do PIB regional.



**Gráfico 3.** Evolução do setor de serviços, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003

Nesta crescente evolução do setor de serviços na microrregião Pólo Caparaó, três municípios apresentaram um crescimento bem acentuado. Temos por ordem de grandeza, o município de Alegre (R\$ 77.671.000), Guaçuí (R\$ 73.730.000) e Lúna (R\$ 59.742.000), em que, somando o faturamento do PIB destes três municípios, representavam juntos, em 2003, 56% do PIB de serviços da microrregião Pólo Caparaó.

Entretanto, apesar do setor terciário apresentar o maior PIB em todos os municípios no período entre 1999-2003 e sua evolução ser crescente a cada ano, conforme visto pelo Gráfico 3, observamos que não se obtém resultados semelhantes quanto à geração de postos de trabalho formais. Isto se comprova ao observarmos os dados relativos ao número de trabalhadores empregados, classificados em 6 grandes setores de atividade econômica, no mesmo período (1999-2003), onde o resultado revela que a composição setorial da população ocupada na microrregião Pólo Caparaó não se alterou significativamente no mesmo período.



Tabela 15 – Volume total de empregos formais, por grande setor de atividade econômica, na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1999-2003

Setor	1999	2000	2001	2002	2003
Indústria	973	924	904	868	940
Construção civil	499	237	141	200	165
Comércio	1.880	2.195	2.595	2.310	2.676
Serviços	7.046	5.043	5.392	6.122	6.219
Agropecuária	1.145	1.582	1.256	1.323	1.307
Outros/Ignoradas	-	-	-	-	-
Total	11.543	9.981	10.288	10.823	11.307

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação por grande setor de atividade econômica segundo IBGE (6 categorias).

Podemos observar pela Tabela 15 que o volume total de emprego formal praticamente não se alterou. Somente os setores é que apresentaram movimentações. O comércio e a agropecuária se destacaram por apresentarem crescimento no período. Analisando o ano de 2003 em relação à 1999, verificamos que o comércio cresceu 42,3% e a agropecuária cresceu 14,1%.

O setor de serviços, considerado o de maior faturamento do PIB dos municípios da microrregião Pólo Caparaó (ES), se destacou por apresentar uma queda nos empregos gerados, de aproximadamente 28,3%, entre 1999-2000, voltando a crescer ao longo do período (2000-2003), mas permanecendo, em 2003, cerca de 11,7% abaixo do número de empregos gerados em 1999.

Portanto, a partir dos indicadores até o momento apresentados, evoca-se neste estudo o despertar para o desenvolvimento de uma das atividades de serviços, que tem como característica principal a geração de trabalho (formal e/ou informal) e renda e que apresenta um dos maiores PIB mundiais. Esta atividade é o turismo, que, através de seu efeito multiplicador, movimenta toda uma economia regional, podendo criar uma nova realidade econômica para os atores (municípios, empresariado e as instituições públicas) de determinado território.

## 2.2 OS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO

A microrregião Pólo Caparaó (ES), pertencente à Macrorregião Sul é formada por 10 (dez) municípios: Alegre, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Lúna, Muniz Freire e São José do Calçado. Esta microrregião totaliza, de acordo com dados estimados pelo IBGE (2005), 175.940 habitantes.

Esta microrregião é conhecida por suas atividades agropecuárias, principalmente pela cafeicultura, seguida do leite e outras atividades do meio rural. Havendo a necessidade de se desenvolver novas economias, um dos setores que mais despertou interesse dos governantes, empresários e sociedade civil, foi o turismo, considerando que a região possui áreas naturais e muitas riquezas culturais, sendo possível a exploração deste segmento por todas as cidades no entorno.

Um dos principais atrativos desta microrregião é o Pico da Bandeira<sup>3</sup>. O Entorno do Caparaó possui diversos outros atrativos turísticos (como cachoeiras e sítios históricos), o que caracteriza a localidade como uma região de forte potencial para a promoção do turismo de natureza (ecoturismo) e do turismo rural.

### 2.2.1 O município de Alegre

O município de Alegre é chamado pelos seus 32.523 habitantes (IBGE, 2006), de “Cidade Jardim”. A cidade, de 773 Km<sup>2</sup>, se destaca pela grande quantidade de universitários devido ao Campus da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), faculdade particular e estudantes da Escola Agrotécnica Federal de Alegre (EAFA). Alegre se destacou no cenário nacional, tendo como principal atrativo turístico, o famoso festival de música popular, o FAMA, criado desde 1991, atraindo pessoas de todo o Brasil.

---

<sup>3</sup> Está localizado na Serra da Mantiqueira na região do Caparaó, possui 2.897m de altitude, com acessos por cidades mineiras e capixabas.

Conforme o Guia Estrada (2004), até 1920 o município viveu dias dourados com o ciclo do café. Esta riqueza gerada na cidade propiciou a construção de muitas obras de arte em arquitetura e muitas fazendas (gerando nos dias atuais atrativos patrimoniais). Além de atrativos patrimoniais, a localidade possui cachoeiras, propícias para a prática de esportes radicais como o *rapel*, rampas naturais para a prática de pára-pente e zona rural para quem gosta de *trekking*.

As principais atividades econômicas apontadas pelo IPES (2005) são: café, silvicultura, agroturismo e pecuária. A distribuição da população ocupada se comporta da seguinte forma: atividades agropecuárias (42,1%), atividades industriais (11,4%), comércio e reparação (8,7%), atividades de prestação de serviço (36,4%) e atividades mal especificadas (1,3%). (IBGE – Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005).

Segundo o IPES (2005):

O povoamento da sede do município de Alegre inicia-se em princípios de 1820, com a vinda de famílias mineiras. Em 23 de julho de 1858, pela Lei nº 22, é criada a freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Alegre. Em 4 de novembro de 1869, pela lei nº 7, o povoado recebe a denominação de Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Alegre. Em 3 de abril de 1884 é elevado à categoria de município, pela Lei nº 18. O Decreto 53, de 11 de novembro de 1890, cria novamente o município, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim e eleva o povoado à categoria de vila. Em 6 de janeiro de 1891 são instalados oficialmente a vila e o município.

### 2.2.2 O município de Divino de São Lourenço

Cidade de 5.272 habitantes (IBGE, 2006), é considerada uma cidade sem muitas alternativas econômicas. De acordo com o IBGE (Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005), a distribuição da população ocupada se comporta da seguinte forma: atividades agropecuárias (78%), atividades de prestação de serviços (14,1%), atividade industrial (4,8%) e comércio e reparação (3%). No seu território de 176 Km<sup>2</sup>, as principais atividades econômicas descritas pelo IPES (2005) são: café, arroz, feijão, milho, silvicultura, olericultura e piscicultura.

A “Cidade-Natureza” tem preservado seus atrativos naturais e seu ambiente selvagem – mata atlântica primária. O Guia Estrada (2004) destaca o roteiro místico e o turismo de aventura, com grande potencial para o *trekking*, *rapel*, *rafting*, canoagem, caiaquismo e vôo livre com pára-pente. A localidade também apresenta muitos casarões e fazendas coloniais, além de espaço para busca espiritual com vários terapeutas das mais diversas linhas.

Divino de São Lourenço, segundo o Guia Estrada (2004) e o IPES (2005), se constituiu a partir da colonização em 1902. As terras pertenciam a João Vicente Soares, que as doou à igreja para a formação da Vila Imbuí. Foi inicialmente povoado por mineiros, fluminenses, e, posteriormente, italianos que almejavam a produção de café e a exploração de madeira. Seu povoamento se deu também pelos portugueses, africanos, libaneses e turcos. A constituição do município deu-se a 30 de novembro de 1963, pela Lei nº. 1.915, desmembrado de Guaçuí, e sua instalação em 14 de junho de 1964.

### 2.2.3 Dores do Rio Preto

Com população estimada em 6.766 habitantes (IBGE, 2006), dentro de um território de 153 Km<sup>2</sup>, a distribuição setorial da população de Dores do Rio Preto segue as seguintes proporções: atividades agropecuárias (66,7%); atividades industriais (9,1%); comércio e reparação (4,7%); atividades de prestação de serviços (19%); e atividades mal especificadas (0,5%). (IBGE. Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005). As principais atividades econômicas, segundo o IPES (2005) são: café, agroturismo, pecuária e silvicultura.

De acordo com o Guia Estrada (2004), Dores do Rio Preto possui uma dinâmica de vida com grande personalidade cultural. Suas manifestações, como “Folia de Reis” e “Boi Pintadinho” mantêm acesa a chama da tradição, levada a sério nas comemorações religiosas. O município tem como principal atrativo turístico um dos acessos para o Parque Nacional do Caparaó, bem como o Pico da Bandeira, com 2.890m (3º maior do Brasil). O município possui cachoeiras e relevo propício para a prática de *trekking*, trilhas e *mountain bike*.

Segundo o Guia Estrada (2004), o povoamento de Dores aconteceu no fim do século XIX. Seu povo foi formado por italianos, portugueses, espanhóis, negros e indígenas. Seu colonizador foi Firmino Domingos Dias, que doou algumas terras, ainda pertencentes à Guaçuí. O local se chamou de Vila Divisa, pelo fato de estar em divisa com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1912, com a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina, a exportação de madeira e de cereais levou a cidade ao seu apogeu, até 1950. O nome da cidade foi em homenagem à sua padroeira, Nossa Senhora das Dores, e ao seu principal manancial, o Rio Preto. Pela Lei nº. 1.914, de 30 de dezembro de 1963, o território de Divisa, desmembrado do de Guaçuí, torna-se município, sendo instalado à 7 de abril de 1964, com o nome de Dores do Rio Preto (IPES, 2005).

#### 2.2.4 O município de Guaçuí

Município de 27.702 habitantes (IBGE, 2006) em uma área montanhosa de 468 Km<sup>2</sup>, é chamado pelos seus munícipes de “Pérola do Caparaó”. A distribuição setorial da população ocupada compreende: atividades agropecuárias (37,9%), atividades industriais (12,7%), comércio e reparação (16,1%), atividades de prestação de serviços (32,7%) e atividades mal especificadas (0,7%). (IBGE – Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005).

E porque “Pérola do Caparaó”? De acordo com Silva (2005), há mais de 30 anos, um grupo de pessoas — reunidas numa associação chamada Sociedade Pró-Melhoramentos e Turismo de Guaçuí (Someltur), cuja fundação data de 1968 — teve a inspiração de assim classificar esta terra. A pérola é sinônimo de amor e de pureza. Certamente, por isto, aquele grupo de amantes de Guaçuí entendeu dar-lhe o cognome de “Pérola do Caparaó”.

Segundo Silva (2005), a história dizia que os celtas usavam a pérola para “energizar um recipiente, conhecido como Vasilha Mãe, que mais tarde foi chamado de Cálice Sagrado, fonte da imortalidade”. Guaçuí, a “Pérola do Caparaó”, está dentro da Bacia do Itabapoana, Vasilha Mãe e fonte da imortalidade, concedida pela bênção das suas águas. Como a pérola é a “Rainha das Gemas”, e como toda

rainha tem um palácio, o palácio de Guaçuí é a região do Caparaó, a “Montanha Sagrada”.

Região montanhosa, a cidade apresenta em sua geografia extensa área rural, que por tradição vem sendo ocupada em quase sua totalidade pelo plantio de café, principal atividade econômica da cidade, seguida da pecuária, gado leiteiro e recentemente pela agroindústria (IPES, 2005). De acordo com o Guia Estrada (2004), seus atrativos naturais são cachoeiras, as velhas fazendas coloniais de café e o Cristo Redentor, de 20,4 metros, construído na colina central da cidade, a 705 metros de altitude. Além do forte artesanato, atividade que é bastante desenvolvida no município.

Conforme citado no IPES (2005), um dos desbravadores que havia acompanhado expedição vinda de Minas Gerais entra na posse de terras a 29 de setembro de 1838 e doa uma área correspondente ao atual bairro da Palha para a fixação de famílias que para aí afluem. Segundo a lenda, mencionada em um folheto de divulgação da cidade, na região havia muitos “veados brancos”. Por este motivo, o rio e também a vila receberam o nome de Veado. Em 13 de julho de 1866 é criada a freguesia de São Miguel do Veado e a 7 de outubro de 1872, o distrito da Paz, no lugar denominado Veado. Em 10 de janeiro de 1929 é criado o município, com território desmembrado de Alegre. Num encontro do interventor da vila com o governador João Punaro, no Palácio Anchieta, foi avistado, na baía de Vitória, um navio rebocado de nome Siqueira Campos. Siqueira Campos passa a denominar-se o novo município em janeiro de 1930, mas o Decreto-lei nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, adota o vocábulo *gw’su*, de origem guarani, que significa veado, e o município passa a denominar-se Guaçuí. O município teve influência étnica de povos de origem italiana, portuguesa e árabe.

#### **2.2.5 O município de Ibatiba**

A cidade possui 21.498 habitantes (IBGE, 2006), em um território de 214 Km<sup>2</sup>. A distribuição setorial da população ocupada compreende: atividades agropecuárias (66,4%), atividades industriais (8,5%), comércio e reparação (7,3%), atividades de prestação de serviços (17,5%) e atividades mal especificadas (0,3%). (IBGE –

Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005). As principais atividades econômicas, segundo o IPES (2005) são: café, fruticultura, pecuária, floricultura, milho e feijão. O rio Pardo é o principal rio do município, com belas cachoeiras, destaque para a cachoeira Véu de Noiva. De acordo com o Guia Estrada (2004), as montanhas atraem praticantes do *trekking*, *rapel*, escalada e do vôo livre com asa delta.

Os moradores mantêm seus traços culturais na gastronomia (queijo, pamonha, biscoitos de polvilho e doces, como o melado de cana), no artesanato (esculturas de madeira, roupas de crochê, tricô e bordados de lã) e nas festas populares (Folia de Reis, quermesses, e, a mais famosa, a Festa do Tropeiro).

O povoado iniciou-se com agricultores mineiros e cariocas, tornando-se, em 1918, Distrito de Lúna, com a denominação de Vila do Rosário. Aos primeiros desbravadores seguiram-se imigrantes provenientes do Oriente Médio. Em 1944 a vila passa a denominar-se Ibatiba, vocábulo de origem tupi-guarani, que significa fruta doce. A 7 de novembro de 1981, pela Lei nº 3.430, é criado o município de Ibatiba, desmembrado de Lúna. Sua instalação se deu em 31 de janeiro de 1983. (IPES, 2005). No portal do Caparaó (2005), encontramos a origem do nome Ibatiba. Este nome provém da palavra “Yvatyva” que, em tupi-guarani, quer dizer “Casca de Fruta” ou “Fruta Doce”.

#### 2.2.6 O município de Ibitirama

A “cidade das águas”, como é conhecida na região, tem sua população estimada, segundo o IBGE (2006), em 10.186 habitantes. Em uma área de 329 Km<sup>2</sup>, seus municípios ocupados se encontram distribuídos setorialmente da seguinte forma: atividades agropecuárias (76%), atividades industriais (3,8%), comércio e reparação (5,7%) atividades de prestação de serviços (14,4%) e atividades mal especificadas (0,2%). (IBGE – Microdados do Censo 2000 apud IPES, 2005). De acordo com os dados do IPES (2005), as principais atividades econômicas identificadas foram: café, fruticultura e silvicultura.

Nesta localidade encontra-se um dos portais para o Pico da Bandeira, o que coloca a cidade em evidência, com possibilidade de fluxo de turistas a caminho do

pico. Ibitirama, segundo o Guia Estrada (2004), detém 55% das terras capixabas da Serra do Caparaó. Despontam-se então a atividade do turismo na cidade, que ainda está por ser explorada. O município tem potencialidade para o agro e ecoturismo, devido ao seu terreno montanhoso (propício para a prática de esportes como *trekking*, *rapel*, *vôo livre*, *mountain bike*, *down hill* e trilha motociclística), e aos seus rios, que permitem a prática de canoagem e *rafting*.

De acordo com o Guia Estrada (2004), Ibitirama é um berço de águas cristalinas, com quase 800 pequenas nascentes e corredeiras – além de dezenas e belas cachoeiras. Além de atrativos naturais, a cidade mantém festas religiosas, tradicionais e folclóricas, como a Folia de Reis, a Dança Portuguesa e o Bate-Flechas (festa indígena).

Na década de 20 no século XIX, o capitão-mor Manuel José Esteves estabeleceu-se na Serra do Caparaó, próximo ao Pico da Bandeira, em uma fazenda, onde atualmente é o Distrito de Santa Marta. Mais tarde, outras famílias se instalaram na região, havendo descendentes de portugueses, árabes, suíços e italianos. Em 31 de dezembro de 1973, após um decreto estadual, o Distrito de Santa Bárbara do Caparaó, como era chamado na época, passou a denominar-se Ibitirama, que em guarani significa “águas das regiões altas” (Guia Estrada, 2004). A população se concentrou a partir do núcleo central nascido às margens do rio Braço Norte Direito, no entroncamento da rodovia estadual ES-185. O município de Ibitirama foi criado em 15 de setembro de 1988, pela Lei nº 4.161, desmembrado de Alegre, e instalado em 1º de janeiro de 1990 (IPES, 2005).

### 2.2.7 O município de Irupi

A cidade do espiritismo, como é considerada devido aos diversos centros espíritas espalhados pelo interior de Irupi, possui uma população estimada pelo IBGE (2006) de 10.866 habitantes, em uma região de 185Km<sup>2</sup>. A distribuição setorial da população ocupada compreende: atividades agropecuárias (66,6%), atividades industriais (6,7%), comércio e reparação (7%), atividades de prestação de serviços (18,8%) e atividades mal especificadas (0,9%). (IBGE – Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005). O IPES (2005) considera que as principais



atividades econômicas deste município são: café, pecuária de corte e leite, milho, arroz, feijão, olericultura, tomate, silvicultura e fruticultura.

O município, tradicionalmente conhecido pela sua vocação agrícola, começa a se despertar para o turismo como uma fonte alternativa para sua economia. O interior da cidade, segundo o Guia Estrada (2004), guarda vários casarões e fazendas coloniais e inúmeras cachoeiras. Além disso, sedia uma associação organizada de amantes de *off-road* em duas rodas. E, como já foi citado anteriormente, a religião (espírita), com suas dezenas de centros e décadas de tradição, atrai pessoas de diversas cidades.

O processo de formação da cidade de Irupi se deu através do trânsito de pedestre, das tropas e dos carros de boi, que acabaram transformando a Fazenda da Cachoeirinha, de propriedade do Sr. Hydário Tomaz, num pequeno arraial, que veio mais tarde a denominar-se Cachoeirinha do Rio Pardo, por ficar às margens de um dos afluentes desse rio. Em 1943 passou a chamar-se Irupi, nome indígena que significa “amigo belo” e “águas tranqüilas pequenas”. Criado em 15 de janeiro de 1991 pela Lei nº. 4.520, desmembrado de Lúna, o município de Irupi foi instalado em 1º de janeiro de 1993. (IPES, 2005).

#### **2.2.8 O município de Lúna**

A capital do café e do ecoturismo conta com uma população estimada pelo IBGE (2006) de 28.079 habitantes em uma região de 461Km<sup>2</sup>. A distribuição setorial da população ocupada compreende: atividades agropecuárias (61,5%), atividades industriais (8,5%), comércio e reparação (8,7%), atividades de prestação de serviços (21,1%) e atividades mal especificadas (0,1%) (IBGE: Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005). O IPES (2005) cita que as principais atividades econômicas deste município são: café, pecuária, feijão, milho, floricultura e silvicultura.

Segundo o Guia Estrada (2004), o município possui inúmeras cachoeiras. A região é propícia para o desenvolvimento do agro e do ecoturismo. Ainda existem muitas fazendas coloniais e casarões antigos. A atração mais conhecida na cidade é

a peregrinação conhecida como Água Santa – atraindo milhares de romeiros anualmente.

Em meados do século XIX, pioneiros vindos de Alegre, Guaçuí, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória formaram a pequena Povoação do Rio Pardo, que cresceu em volta de uma capela cujo terreno foi doado em 1855 pelo fazendeiro Joaquim Ferreira Val. Em 14 de julho de 1859 a povoação foi elevada a paróquia e a sede do distrito, com a denominação de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, vindo a ser emancipada em 24 de outubro de 1890 de Cachoeiro de Itapemirim, sendo o município criado pelo Decreto nº. 53, de 11 de novembro de 1890. A instalação do município deu-se em 3 de março de 1891, recebendo a denominação de Rio Pardo. Em 31 de dezembro de 1943 o município e sua sede passaram a denominar-se Lúna, que significa Rio Preto (IPES, 2005).

#### **2.2.9 O município de Muniz Freire**

Conhecida como “Cidade Amizade”, Muniz Freire possui uma população estimada pelo IBGE (2006) de 19.396 habitantes distribuídas nos seus 680 Km<sup>2</sup> de extensão territorial. A distribuição setorial da população ocupada compreende: atividades agropecuárias (70,2%), atividades industriais (5,1%), comércio e reparação (9,5%), atividades de prestação de serviços (15,3%) (IBGE – Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005). As principais atividades econômicas classificadas pelo IPES (2005) são: café, pecuária, fruticultura e silvicultura.

De acordo com o Guia Estrada (2004), a cidade possui uma rica biodiversidade da fauna e abundante hidrografia, com diversas cachoeiras. Tem em suas festas populares o boi pintadinho, a folia de reis, a dança italiana, entre outros, além de possuir fazendas históricas e um museu. A história do município pode ser escrita de acordo com o IPES (2005):

Vindo de Barra Mansa (RJ), um dos veteranos da Guerra dos Farrapos chegava, em 1846, ao local onde se situa hoje a Fazenda São Simão. À mesma época ali se estabelecia Domingos Apolinário, tendo doado uma área ao município para a fundação de um povoado. Mais tarde chegaram mineiros, fluminenses e imigrantes italianos. O município foi criado em 11 de novembro de 1890, pelo Decreto nº 53, desmembrado de Cachoeiro de

Itapemirim, sob a denominação de Espírito Santo do Rio Pardo. Sua instalação transcorreu em 1º de março do ano seguinte. A Lei nº. 213, de 30 de novembro de 1896, eleva sua sede à categoria de cidade e altera-lhe o topônimo para Muniz Freire.

### 2.2.10 O município de São José do Calçado

São José do Calçado é um dos municípios capixabas que faz divisa com o Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, com uma população estimada pelo IBGE (2006) de 10.652 habitantes, em seus 273 Km<sup>2</sup> de extensão territorial. A distribuição setorial da população ocupada compreende: atividades agropecuárias (44,9%), atividades industriais (11,6%), comércio e reparação (8,7%), atividades de prestação de serviços (34,9%). (IBGE – Microdados do Censo 2000, apud IPES, 2005). Suas principais atividades econômicas segundo o IPES (2005) são: pecuária de leite, café, olericultura, fruticultura e piscicultura. O município possui o maior jardim de praça pública do Espírito Santo e faz parte do *Guinness Book* com o maior número de escritores por metro quadrado do mundo. Região propícia para a prática de esportes radicais como o parapente e o *trekking*.

De acordo com o IPES (2005), em 7 de novembro de 1855 era lançado, em terras doadas pelo coronel mineiro José Dutra Nicácio, um arraial em região do território capixaba situada no limite com o Rio de Janeiro. Uma imagem de São José foi trazida da Corte, acompanhada de um par de sandálias. Daí a denominação São José do Calçado. Muitos desbravadores continuaram vindo em busca de terras para o cultivo do café, na maioria, mineiros e fluminenses. Em 11 de novembro de 1890, pelo Decreto nº. 53, é criado o município de São José do Calçado, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim, sendo instalado em 15 de março de 1891.

## 2.3 O CONSÓRCIO E O QUADRO INSTITUCIONAL REGIONAL

Segundo Damasceno (2005), o modelo de consórcio público é um mecanismo que vem sendo adotado pelos municípios há mais de 15 anos (especialmente na área de saúde). Entretanto, a lei que regulariza os consórcios públicos somente foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 06 de abril de 2005, através de Lei n.º 11.107/05. Esta lei possibilita a criação de mecanismos e instrumentos de

coordenação, cooperação e pactuação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Cria-se a expectativa de que os municípios passem a ter políticas de integração eficientes, que enfrentem adequadamente os problemas que não possam ser resolvidos nos limites geográficos de cada cidade.

De acordo com Farhi (2005), os objetivos dos consórcios

serão aqueles determinados pelos consorciados, observados os limites constitucionais. Faculta-se ao consórcio público, para a realização de seus exercícios: firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, subvenções e contribuições sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo; ser contratado pela administração direta ou indireta, dos entes consorciados, dispensada a licitação.

Os consórcios públicos também poderão, conforme Farhi (2005):

- Emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica pelo ente federativo consorciado;
- Outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar, de forma específica, objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observadas as normas gerais em vigor (Lei 8.666/93 e Lei 8.989/95).

“Cabe ao Tribunal de Contas apreciar as contas do chefe executivo eleito como representante legal do consórcio, a fiscalização contábil, operacional e patrimonial, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio” (FARHI, 2005). Segundo o mesmo autor, isto ocorre porque os consórcios públicos submetem-se às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

### *Consórcio do Caparaó*

Inicialmente o consórcio surgiu com a idéia de apontar os problemas dos dez municípios que formam o então chamado Entorno do Caparaó. O entorno é dividido em Entorno Direto, que abrange os municípios que possuem área no Parque Nacional do Caparaó – Dores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Ibitirama, Irupi e Lúna; e o Entorno Indireto, formado por Alegre, Guaçuí, Ibatiba, Muniz Freire e São José do Calçado.

De acordo com as informações do Portal do Caparaó (2006) o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó foi criado a partir de um fórum constituído em 1995, formado por Organizações Não-Governamentais (ONG's). A partir de 1998 a entidade ganhou força e, atualmente, tem como objetivo principal o desenvolvimento sustentável da região. Vale ressaltar que esta entidade atua no lado capixaba do Parque Nacional, já que os municípios que integram o consórcio são todos do Espírito Santo.

Segundo o Portal Caparaó (2006), em 1999, o consórcio foi criado oficialmente, representado pelos prefeitos dos dez municípios, e pelas ONG's. A entidade é constituída por um presidente, um vice, uma secretária executiva e um conselho fiscal, eleito pelos prefeitos e ONG's representantes, a cada dois anos. Objetivando a criação de uma Região Ecológica Modelo, os municípios do consórcio, em parceria com o IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), vêm desenvolvendo várias ações pela região. A idéia é a promoção do desenvolvimento sustentável. Para atingir este objetivo os municípios têm capacitado professores, lideranças e comunidades em Educação Ambiental.

Com o intuito de qualificarmos a constituição do consórcio, bem como suas finalidades, o Estatuto, registrado no Cartório de 1º ofício de Dores do Rio Preto, em 09 de maio de 2003, nos ajudará a detalhar as informações a respeito desta instituição. De acordo com o Art. 1º do capítulo 1 do Estatuto (2003):

o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó constitui-se sob forma jurídica de associação civil, sem fins

lucrativos, devendo reger-se pelas normas do Código Civil Brasileiro, pela Política Nacional de Meio Ambiente e da Lei Federal 9.790/99, Art. 3º, VII e XII.

Parágrafo único – Para todos os fins e efeitos, consideram-se sócios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da região do Caparaó, os municípios de Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Divino São Lourenço, Ibitirama, Iúna, Irupi, Ibatiba, Alegre, Muniz Freire e São José do Calçado. As organizações Não Governamentais da Região do Caparaó: Associação Pró-Melhoramento Ambiental (AMAR CAPARAÓ), Voluntários em Defesa do Meio Ambiente (VOLDEMA), Grupo de Educadores Ambientais de Alegre Caparaó (GEAAC), Associação Calçadense Defesa do Meio Ambiente (ACADEMA), Movimento Ambientalista do Caparaó (MAC), Ação Popular de Proteção Ambiental (APPA), Associação Guaçuense de Proteção Ambiental (AGUAPAM), Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento do Turismo (APRATUR), Ecologistas em Ação e Desenvolvimento da Serra do Caparaó e Espera Feliz (ECOFELIZ), Associação de Produção de Artesanato do Município do Alegre (APROART), Associação Educadores Ambientais de Ibatiba (ASSEDAI), Associação Desenvolvimento do Artesanato e Turismo de Dolores do Rio Preto, (ADEMATUR), Amigos do Caparaó do Município do Alegre.

No capítulo II, art. 6º, o Estatuto (2003), estabelece as finalidades do Consórcio, a saber:

- I – Representar o conjunto de sócios que integram o Consórcio em assuntos de interesses comuns e de caráter sócio-econômico e ambiental, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional;
- II – Planejar, adotar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da região compreendida em territórios dos municípios consorciados;
- III – Promover programas ou medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente na região compreendida no território dos municípios consorciados;
- IV – Promover a integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos não governamentais, órgãos governamentais e empresas privadas consorciadas ou não, destinados à recuperação e preservação ambiental da região compreendida no território dos municípios que compõem o Consórcio;
- V – Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos municípios formadores do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da região do Caparaó.

### *Outras Instituições*

Além do Consórcio do Caparaó, outras instituições atuam na microrregião apoiando e capacitando o poder público, o empresariado e os munícipes, com o

objetivo de criar condições aos municípios de estimularem novas oportunidades de negócios e gerarem alternativas de renda. Neste caso, temos o SEBRAE (serviço de apoio às micro e pequenas empresas) com projetos de estímulo e fortalecimento do agroturismo, em andamentos, na microrregião Pólo Caparaó (ES). O objetivo, de acordo com o Sebrae (2006), é promover a interiorização do turismo nesta microrregião por meio do agroturismo, como alternativa de agregação de renda ao produtor rural. O SENAC (serviço nacional de aprendizagem comercial) também esteve atuante nos municípios ministrando cursos ligados diretamente à atividade de turismo.

No ano de 2001, uma faculdade de ensino superior instalou-se em um dos municípios (Guaçuí) objetivando a formação acadêmica de administradores especializados em empreendimentos turísticos.

Há também ONGs (organizações não governamentais) que atuam ativamente na microrregião. Uma delas é a AMAR Caparaó (associação pró-melhoramento ambiental da região do Caparaó). Criada com caráter ambientalista em maio de 1991, mas, somente instituída oficialmente em 1994. Segundo a AMAR (2006), a entidade tem o objetivo de “recuperação, melhoramento e proteção do meio ambiente da região da Serra do Caparaó”. E, como resultados de suas ações, citam que em 1995, a partir da proposta para Criação da Região Ecológica Modelo da Serra do Caparaó, encaminhada ao governo do estado do Espírito Santo, desencadeou-se uma série de medidas encabeçadas pela instalação do Fórum Ambiental Itinerante, realizado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. E, através destes fóruns, ações foram desenvolvidas como: o acesso capixaba ao Parque Nacional do Caparaó; projeto de Estrada-parque; e instalação de polícia ambiental no município de Lúna.

## 2.4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES)

A cadeia produtiva abrange três setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços). O crescimento contínuo da terciarização em muitos países é, segundo

Kon (2004), resultado do declínio relativo e absoluto do emprego no setor secundário (indústria). O fenômeno de crescimento do setor de serviços também pode ser visto na microrregião Pólo Caparaó (ES). Através da Tabela 9 (pág. 31) observamos que o setor de serviços, em todo o período (1999-2003), teve faturamento superior aos outros dois setores em conjunto (agropecuária e indústria).

Comportamento contrário ocorreu com o setor agropecuário, que declinou, no mesmo período analisado 1999-2003, perdendo sua participação que era de 28,13%, em 1999, para 12,03%, em 2003. No caso da indústria, ela apresentou crescimento, passando, em 2003, a se tornar o segundo setor mais representativo da microrregião, com 14,71% de participação no PIB regional. Ao observarmos o crescimento total do PIB regional, notamos que houve um crescimento entre 1999-2000 do PIB, quando este passou de R\$ 483 milhões (1999) para R\$ 584 milhões (2000), declinou a partir de 2001 (R\$ 505 milhões) e em 2002 (R\$ 501,4 milhões), voltando a crescer somente em 2003 (R\$ 514 milhões).

Analisando a microrregião sob o aspecto do mercado de trabalho, temos duas vertentes a observar. A primeira é em relação ao mercado de trabalho e renda, referenciados no ano 2000, na apresentação de cada município, através dos dados fornecidos pelo IBGE – Microdados do Censo 2000, apud IPES (2005), onde revelou a distribuição setorial da população ocupada (podendo ser formal, informal, empregado, empresário, autônomo e de qualquer faixa etária). Numa segunda análise temos o mercado de trabalho formal, cujos dados podem ser visualizados, em cada um dos dez municípios, no período 1991-2004, através de suas atividades econômicas classificadas de acordo com o IBGE (26 categorias), e observando em específico, a evolução das atividades ligadas diretamente ao turismo.

Verificando, inicialmente, os dados pela vertente do mercado de trabalho e renda, através da Tabela 16, verificamos que a ocupação principal é o setor agropecuário, conforme já demonstrado na Tabela 7 (pág. 29), quando os dados apresentaram o mercado de trabalho e renda na microrregião Pólo Caparaó (ES) no período 1991-2000.



Tabela 16 – Distribuição setorial da população ocupada nos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000

Municípios	Atividades – Ano 2000				
	Agropecuárias (%)	Prestação de serviços (%)	Industriais (%)	Comércio e reparação (%)	Mal especificadas (%)
Alegre	42,1	36,6	11,4	8,7	1,3
Divino de São Lourenço	78,0	14,1	4,8	3	-
Dores do Rio Preto	66,7	19,0	9,1	4,7	0,5
Guaçuí	37,9	32,7	12,7	16,1	0,7
Ibatiba	66,4	17,5	8,5	7,3	0,3
Ibitirama	76,0	14,4	3,8	5,7	0,2
Irupi	66,6	18,8	6,7	7	0,9
Lúna	61,5	21,1	8,5	8,7	0,1
Muniz Freire	70,2	15,3	5,1	9,5	-
São José do Calçado	44,9	34,9	11,6	8,7	-

Fonte: IBGE – Microdados do Censo 2000 apud IPES (2005).

Constatamos, pelos indicadores da Tabela 16, que todos os municípios, exceto Alegre e Guaçuí, têm o mercado de trabalho e renda baseado no setor agropecuário. No caso de Alegre e Guaçuí, se somarmos os índices de prestação de serviços com comércio e reparação (pertencentes ao grande setor de serviços), os indicadores totalizam 45,3% e 48,8% respectivamente, o que se mostra superior aos indicadores da atividade de agropecuária, com 42,1% e 37,9% respectivamente. O município de São José do Calçado tem o mercado de trabalho e renda bem dividido entre o setor da agropecuária (44,9%) e o de serviços (43,6%).

Dentre todos os municípios, os que se destacam pelos maiores índices apresentados, no setor da agropecuária, são: Divino de São Lourenço (78%), Ibitirama (76%) e Muniz Freire (70,2%). Notem que estes indicadores estão semelhantes ao indicador do setor de serviços (formalmente), cuja participação é de 78,9%, conforme dados da Tabela 16. E se fizermos uma análise em relação ao setor da indústria, verificamos que três municípios se destacam por apresentar os maiores índices, e muito semelhantes. Neste caso temos: Guaçuí (12,7%), São José do Calçado (11,6%) e Alegre (11,4%).

Na segunda análise temos os dados sobre empregos formais nos municípios da microrregião Pólo Caparaó (ES). Os dados na íntegra (por atividade econômica, classificada pelo IBGE em 26 categorias) encontram-se no anexo I. Através da Tabela 17 a seguir, verificamos como se distribuiu a força de trabalho (ocupação formal), por setor de atividade econômica, no período 1991/2000/2004.

Tabela 17 – Distribuição do volume de empregos formais por setor de atividade econômica nos municípios da microrregião Pólo Caparaó em 1991-2000-2004

Municípios	1991			2000			2004		
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Alegre	6	76	1.201	275	71	1.614	242	133	2.246
Divino de São Lourenço	0	0	7	30	0	170	21	0	186
Dores do Rio Preto	0	7	115	20	12	343	34	70	333
Guaçuí	94	148	1.283	407	209	1.940	428	147	2.349
Ibatiba	14	7	126	86	8	669	60	8	646
Ibitirama	0	0	2	27	1	173	42	3	406
Irupi	-	-	-	129	0	412	31	53	463
Lúna	48	53	1.270	382	102	1.359	290	134	1.623
Muniz Freire	5	7	503	63	91	704	136	73	828
São José do Calçado	4	8	573	163	32	489	143	49	547
Total	171	306	5.080	1.582	526	7.873	1.427	670	9.627

Fonte: Totalização dos empregos por setor pelo próprio autor, baseados em dados do MTE/RAIS (2006). No ano de 1991, há um total de 1.032 empregos classificados como outros/ignorados, provenientes da soma dos dados dos 10 municípios. Base de dados no anexo I.

Os dados nos permitem dizer que no período analisado, o setor que mais gerou empregos formais, foi o setor de serviços, e que, dentre os 6.589 empregos, em 1991, este setor gerou 5.080 empregos, correspondente à (77,1%) dos postos de trabalhos. Enquanto que, no ano 2000 os serviços empregaram formalmente 8.895, aumentando sua participação no mercado de trabalho, sendo responsável por 78,9% do total de 9.981 empregos formais existentes na microrregião. E por último, no ano de 2004, este índice se elevou para 82,1%, aumentando sua relevância na oferta de empregos formais na microrregião Pólo Caparaó.

Vale destacar que, em 1991, haviam 1.032 empregos classificados em atividades ignoradas (15,6%), de acordo com dados do Ministério do Trabalho (2006). Em relação aos setores da indústria e agropecuária, temos uma maior oferta na indústria, em 1991 (4,65%), enquanto a agropecuária detém apenas 2,6%. Depois de uma década (2000) esta situação se inverteu, tendo a indústria apenas

5,3%, enquanto a agropecuária se elevou a 15,8%. Em 2004, a indústria praticamente permaneceu no mesmo patamar (5,7%), enquanto a agropecuária sofreu uma queda para 12,2%.

A agropecuária pode buscar explicações em suas oscilações quanto à oferta de empregos, pelas safras, possível perda de plantações, quedas de preços de determinados produtos, entre outros fatores que reduzem a necessidade de mão-de-obra nas propriedades rurais. Além disto, podemos sugerir que parte dos trabalhadores que atuam na agropecuária são pessoas com ocupações informais, que são requisitadas para épocas de safras e/ou colheitas do café, por exemplo.

Se somarmos os três setores citados na Tabela 17, veremos que há um crescimento na demanda de empregos, durante o período. Em 1991, a oferta de empregos na região era de 6.589 empregos, se elevando para 9.981 em 2000, o que se traduz em um crescimento de 51,5%. Do ano 2000 para o ano 2004 houve um crescimento de 17,46%, crescendo de 9.981 empregos para 11.724. Dentre os municípios que apresentaram maior geração de empregos, em todo o período analisado, temos: Alegre, Guaçuí e Iúna. Em 1991, os três totalizavam 4.179 empregos, o que representou 63,42% dos empregos formais na microrregião Pólo Caparaó (ES), do total de 6.589 empregos, sendo, em ordem de grandeza, Guaçuí (23,14%), Iúna (20,81%) e Alegre (19,47%).

No ano 2000, esse indicador, referente aos três municípios, manteve sua participação em 63,72%, traduzido pela oferta de 6.359 empregos entre os 9.981 empregos, sendo, Guaçuí (25,61%), Alegre (19,64%) e Iúna (18,47%). Mantendo-se como os maiores empregadores formais da microrregião, em 2004, aumentaram sua participação para 64,76%, representando 7.592 empregos entre os 11.724 postos de trabalhos gerados. Podemos acrescentar à análise da Tabela 15 (pág. 40), que dentre os seis setores de atividades econômicas mencionados, o comércio foi a atividade que apresentou maior crescimento, passando de 1.880 empregados (1999) para 2.676 empregados (2003). A construção civil reduziu significativamente sua oferta, o que pode caracterizar um aumento da informalidade ou simplesmente uma baixa atividade do setor. Segundo a “sabedoria empresarial”, um dos indicadores do crescimento econômico é dada pela construção civil, ou seja, se há obras e

construções pela cidade, isto se traduz em aquecimento econômico, circulação de renda, maior capacidade de consumo e investimento por parte de sua população e do empresariado local.

No intuito de visualizarmos com maior clareza essa questão do mercado de trabalho e renda, que inclui a informalidade, apresentamos a Tabela 18, com dados comparativos entre o volume de empregos formais gerados no ano 2000 e o volume da população ocupada no mercado de trabalho e renda no mesmo período. Essa comparação permitirá identificarmos o nível de informalidade que ocorre nos municípios, em cada tipo de setor econômico.

Tabela 18 – Dados comparativos entre empregos formais e mercado de trabalho e renda, nos municípios da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000

Municípios	Setor Econômico							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Total	
	Formal (%)	Trab. e renda (%)	Formal (%)	Trab. e renda (%)	Formal (%)	Trab. e renda (%)	Formal	Trab. e renda
Alegre	2,08	42,1	0,54	11,4	12,25	45,3	1.960	13.168
Divino de São Lourenço	1,71	78,0	0,00	4,8	9,70	17,1	200	1.753
Dores do Rio Preto	0,69	66,7	0,42	9,1	11,91	23,7	375	2.879
Guaçuí	3,56	37,9	1,83	12,7	17,00	48,8	2.556	11.409
Ibatiba	0,93	66,4	0,086	8,5	7,27	24,8	763	9.204
Ibitirama	0,59	76,0	0,00	3,8	3,8	20,1	201	4.552
Irupi	2,58	66,6	0,00	6,7	8,26	25,8	541	4.989
Iúna	2,91	61,5	0,78	8,5	10,37	29,8	1.843	13.107
Muniz Freire	0,60	70,2	0,88	5,1	6,78	24,8	858	10.377
São José do Calçado	3,85	44,9	0,76	11,6	11,56	43,6	684	4.231
Total	2,09		0,70		10,40		9.981	75.669

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000, apud IPES (2005) e MTE/RAIS (2006). Nos dados percentuais de mercado de trabalho e renda há atividades mal especificadas em alguns dos municípios, conforme se comprova pela Tabela 16 (Pág. 56). Os dados em números absolutos referem-se aos indicadores de mercado de trabalho e renda. O volume de pessoas empregadas formalmente foram somadas pelos dados da Tabela 17 (Pág. 57).

Analisando a Tabela 18 constatamos, ao somarmos os três setores, que o maior índice de empregos formais apresentados é o município de Guaçuí (22,39%), seguido de São José do Calçado (16,17%), Alegre (14,87%) e Iúna (14,06%). Dentre

os 10 municípios, apenas 3 ficam abaixo de 10% de empregabilidade formal. É o caso de Ibitirama (4,39%), Muniz Freire e Ibatiba com 8,2%.

Analisando por setores econômicos, comparamos os maiores indicadores apresentados em trabalho e renda, onde a população pesquisada pelo IBGE afirma estar trabalhando e ganhando seu sustento, confrontando com os registros de empregos formais (carteira assinada) apresentados pelo Ministério de Trabalho. Inicialmente analisamos o setor da agropecuária. Podemos verificar que os municípios que mais geram trabalho e renda neste setor, Divino de São Lourenço (78%), Ibitirama (76%) e Muniz Freire (70,2%), apresentam baixos índices de empregabilidade formal, sendo respectivamente, 1,78%, 0,59% e 0,60%. Nesta faixa de índice também encontramos Dorés do Rio Preto que apresenta apenas 0,69% (formal) e 66,7% (trabalho e renda).

No setor da indústria, três municípios se destacam pelos maiores índices apresentados no mercado de trabalho e renda. Guaçuí (12,7%), São José do Calçado (11,6%) e Alegre (11,4). Nestes três, o que mais emprega formalmente os trabalhadores deste setor é o município de Guaçuí com 1,83%. Já no caso de Alegre e São José do Calçado, estes empregam formalmente apenas 0,54% e 0,76%.

E por último, analisando o setor de serviços, estes níveis se reduzem, se comparados a situação encontrada na agropecuária e na indústria. Os municípios que mais se destacam neste setor são: Guaçuí (48,8%), Alegre (45,3%) e São José do Calçado (43,6%). Neste caso temos, formalmente, a seguinte situação: Guaçuí (17,0%), Alegre (12,25%) e São José do Calçado (11,56%).

Em números gerais vimos que, de acordo com os dados, que no ano 2000, a microrregião Pólo Caparaó tinha 75.669 pessoas ocupadas (mercado de trabalho e renda), sendo que deste total apenas 9.981 possuíam carteira assinada, ou seja, apenas 13,19% da população.

A discussão até o momento, nos permite perceber o setor de serviços como de maior destaque em aspectos de empregos formais, em toda a microrregião, e em relação ao mercado de trabalho e renda (incluindo a informalidade), este setor se

destaca em três cidades (Guaçuí, Alegre e São Jose do Calçado), o que demonstra a força desta atividade, que além de proporcionar empregabilidade, é quem vem proporcionando maior participação do PIB para toda a microrregião, representando a partir de 2003, em média, 73,26% do total de faturamento nos municípios.

Incluso neste setor (serviços), temos as atividades ligadas diretamente ao turismo. Referimo-nos ao turismo porque todos os dez municípios têm recursos naturais e patrimoniais a serem explorados que se enquadram dentro das atividades turísticas, e que podem contribuir consideravelmente para o desenvolvimento econômico de cada localidade. O seu *start* refletiria diretamente nas atividades de alojamento e comunicação, transportes e comunicação, alimentos e bebidas.

Estas atividades, seguindo a classificação proposta pela CNAE, são consideradas, em nosso estudo, as atividades que mais se aproximam diretamente ao turismo. Segundo o Embratur (2003, apud CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO, 2006), as categorias de estabelecimentos e empregados da atividade turística são: alojamento, alimentação, agências de viagens, atividades recreativas, aluguel de automóveis, transporte rodoviário regular, transporte aéreo regular e transporte aéreo não regular.

Portanto, na Tabela 19 a seguir, apresentamos os dados a respeito do número de empregos formais nas atividades ligadas diretamente ao turismo, nos municípios da microrregião, no período 1991-2004. A discussão a ser realizada, utilizará os dados pontuais nos anos 1991-2000-2004.

Tabela 19 – Evolução do número de empregos formais nas atividades de alimentação e bebidas, transportes e comunicação, alojamento e comunicação na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1991-2004.

Municípios	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Alegre	353	3.707	141	150	154	158	171
Divino de São Lourenço	2	2	7	7	7	5	8
Dores do Rio Preto	4	15	83	70	66	60	58
Guaçuí	215	185	517	544	542	609	604
Ibatiba	14	35	66	70	80	66	73
Ibitirama	0	1	16	12	12	13	13
Irupi	-	0	26	63	56	69	71
Lúna	145	157	266	303	262	271	246
Muniz Freire	86	44	67	183	180	85	98
São José do Calçado	133	30	36	35	36	30	28
Total	952	4.176	1.225	1.437	1.395	1.366	1.370

Fonte: MTE/RAIS (2006).

Entre os dados demonstrados na Tabela 19, devemos fazer uma ressalva a respeito do número de empregos formais existentes no município de Alegre em 1995. Os números não são coerentes quanto a geração de empregos da atividade em análise. Portanto, para efeitos de análise, desconsideramos o ano de 1995 deste município, pois houve um acentuado crescimento de empregos neste período e a partir de 2000, ocorreu um declínio, também acentuado.

A análise pode ser descrita a partir de dois momentos. O primeiro é entre o período 1991-2000, cujo período é dado pelo crescimento da oferta de empregos formais, nas atividades ligadas diretamente ao turismo, na maioria dos municípios, com exceção do município de Alegre e São José do Calçado, que ao contrário dos demais, declinaram neste segmento. Observando a nível regional, vimos que, sem considerar o atípico ano de 1995, houve crescimento, passando de 952 para 1.225 empregos formais.

No segundo momento, temos o período 2000-2004, no qual constatamos que estas atividades continuaram a crescer nos municípios, com exceção de Dores do Rio Preto, Ibitirama, Lúna e São José do Calçado. Neste período houve um aumento do número de municípios que sofreram declínio dos empregos formais nas atividades ligadas diretamente ao turismo. Mas, em nível regional, o número de

empregos passou de 1.225 para 1.370 empregos formais. A evolução do número de empregos formais pode estar ligada ao surgimento de mais empresas nos municípios. Para identificarmos se realmente houve esta ocorrência, veremos através da Tabela 20 a evolução do número de estabelecimentos na microrregião no período 1995-2004.

Tabela 20 – Evolução do número de estabelecimentos nas atividades de alimentação e bebidas, transportes e comunicação, alojamento e comunicação na microrregião Pólo Caparaó, no período entre 1995-2004.

Municípios	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Alegre	44	62	64	58	58	58
Divino de São Lourenço	2	4	4	4	3	3
Dores do Rio Preto	5	10	9	11	12	7
Guaçuí	50	68	69	67	66	75
Ibatiba	16	27	31	34	38	36
Ibitirama	1	8	7	6	9	10
Irupi	0	9	14	18	17	15
Iúna	30	53	58	52	54	52
Muniz Freire	19	26	27	26	23	29
São José do Calçado	13	16	16	12	12	10
Total	180	283	299	288	292	295

Fonte: MTE/RAIS (2006). Não há dados referentes ao ano 1991.

Nota-se pelos dados que praticamente em todos os municípios ocorreu crescimento do número de empresas ligadas a esta atividade, com exceção de São José do Calçado, que esboçou um crescimento até o ano de 2001, mas declinou, voltando a ter em 2004 o mesmo número de estabelecimentos existentes em 1991. Podemos observar também que, dentre todos os municípios, os que mais se destacaram pelo aumento do número de estabelecimentos neste setor, foram: Alegre, Guaçuí, Iúna e Ibatiba. A soma dos estabelecimentos, nestes quatro municípios, representou 75,0% dos estabelecimentos totais existentes na microrregião, no ano de 2004. Em nível regional, temos crescimento até o ano de 2001 (299), com declínio em 2002 (288) e retomada de crescimento a partir de 2003, fechando o ano de 2004 com 295 empresas ligadas diretamente ao turismo, e consequentemente responsáveis por 1.370 empregos formais.



## 2.5 CONCLUSÃO

Através da Tabela 21, a seguir, podemos observar a evolução das atividades de serviços ligadas diretamente ao turismo (alimentação e bebidas, transportes e comunicação, e alojamento e comunicação), e analisar o grau de participação de sua oferta de postos de trabalho no mercado formal, entre o período 1991-2004, na microrregião Pólo Caparaó.

Tabela 21 – Participação das atividades ligadas diretamente ao turismo no mercado de trabalho formal, na microrregião Pólo Caparaó, no período 1991-2004

Volume de Empregos	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Empregos ligados diretamente ao turismo	952	4.176	1.225	1.437	1.395	1.366	1.370
Volume total de empregos formais	6.589	11.321	9.981	10.288	10.823	11.307	11.724
Participação (%) das atividades de turismo no mercado de trabalho da microrregião Pólo Caparaó	14,5	36,9	12,3	14,0	12,9	12,0	11,7

Fonte: MTE/RAIS (2006).

Verificamos que em 1991 os empregos ligados diretamente ao turismo representavam 14,5% do percentual dos empregos formais, passando a 11,7% em 2004. A quantidade de trabalhadores aumentou se comparados entre 1991-2004, passando de 952 para 1.370. Não estamos considerando a análise no ano 1995, por caracterizarmos como um dado destoante dos demais anos, passível de contestação para os fins de nossos estudos. Portanto, podemos concluir que há movimentação deste setor, em se tratando de empregos formais, sem considerarmos neste caso, os trabalhadores informais ligados direta ou indiretamente à estas atividades.

Em comparação aos dados de empregos formais ligados ao turismo, consta no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2025 (2006) que, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, em 2003 o setor turístico do Espírito Santo gerou 26.155 empregos diretos, representando 4,63% da mão-de-obra total formal do Estado. Portanto, verificamos que a microrregião Pólo Caparaó apresentou resultados superiores (11,7%) no mesmo período.

Pode-se dizer que o despertar pela inserção do turismo na microrregião Pólo Caparaó se iniciou pelo interesse em se preservar suas belezas naturais, a partir de ações promovidas por entidades como a AMAR Caparaó e o Consórcio do Caparaó. Através de suas ações, fortalecidas pelo governo estadual e governos municipais, houve a percepção de que seus recursos naturais e patrimoniais poderiam ser ofertados ao mercado, por meio da exploração desta atividade de serviços. Portanto, o poder público local, o tecido empresarial, as instituições de apoio e parcela da população iniciaram uma mobilização para que esta percepção venha a se tornar uma oportunidade de geração de emprego e renda.

Portanto, uma das oportunidades desta microrregião é aproveitar o fluxo de visitantes, que seguem com destino ao Pico Bandeira, no Parque Nacional do Caparaó (PARNA CAPARAÓ). Através de seus atrativos naturais e artesanato local, os municípios vêem a oportunidade de ofertar serviços que propiciem a permanência dos turistas por mais dias na microrregião. Neste contexto, o turismo vem trazer aos municípios o chamado efeito multiplicador, isto é, a chegada e permanência de visitantes nas cidades estimulam a utilização de serviços como: hospedagem (alojamentos), bares e restaurantes (alimentação e bebidas), além de outros segmentos.

Visto e conhecido parcialmente a microrregião Pólo Caparaó, através de suas características e mercado de trabalho, trataremos no próximo capítulo as bases conceituais, compreendendo o setor de serviços, fazendo-se conhecer a sua evolução e o grau de importância econômica que adquiriu ao longo dos séculos, bem como o entendimento sobre turismo, desenvolvimento regional e cluster turístico, objeto principal deste trabalho.

### **3. CAPÍTULO 2 – BASES CONCEITUAIS: SERVIÇOS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Neste capítulo, dividido em duas seções, dissertaremos sobre: a atividade dos serviços, o turismo como atividade econômica de serviços e o desenvolvimento regional. A proposta deste trabalho está baseada na concepção de que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento econômico não só de uma cidade, mas de uma microrregião formada por dez municípios.

#### **3.1 ATIVIDADE DE SERVIÇOS**

Esta seção é dedicada à atividade de serviços. Serão apresentados os antecedentes históricos, a evolução, a classificação e a importância dos serviços no contexto do desenvolvimento econômico regional.

##### **3.1.1 A evolução da importância dos serviços**

Segundo Kon (2004), os serviços eram vistos, a partir do século XVII, quando os fisiocratas (primeiros cientistas econômicos) começaram a discutir as forças motivadoras do desenvolvimento econômico, como uma atividade que se finda no momento de sua execução, por ser considerado como uma atividade não produtiva. A agricultura era considerada, pelos fisiocratas, como a única atividade produtiva, sendo a terra considerada como exclusiva fonte de riquezas. Em concordância com estas idéias, Quesnay (1984: 131) classificava a nação em três classes:

- Classe produtiva: é a que faz renascer, pelo cultivo da terra, as riquezas anuais da nação;
- Classe dos proprietários: os soberanos, os donos de terras e os cobradores de dízimo;
- Classe estéril: cidadãos que atuavam em outras atividades que não a agricultura.

Mill (1983) reconhecia que o trabalho somente era classificado como produtivo se este esforço empregado se destinava a criar utilidades permanentes, quer incorporados em seres humanos, quer em qualquer outros objetos animados ou inanimados. Para o autor, quando se falasse em riqueza, ele se fazia entender como riqueza material, e por trabalho produtivo somente aqueles tipos de atividades que produzissem utilidades incorporadas em objetos materiais. Mill (1983: 64) distinguia trabalho produtivo de improdutivo, que tinham as seguintes concepções a saber:

[...] classifico como produtivo o trabalho dispendido na aquisição de habilidade manufatureira, não em virtude da habilidade em si mesma, mas dos produtos manufaturados criados pela habilidade, e para cuja criação conduz essencialmente o trabalho de aprender a profissão.

[...] por trabalho improdutivo entender-se-á que não termina na criação de riqueza material; um trabalho que, por maior que seja a intensidade e o êxito com que é praticado, não torna a comunidade – e o mundo em geral – mais rica em produtos materiais, e sim mais pobre, devido a tudo o que é consumido pelos trabalhadores enquanto nele estejam engajados.

Ao reinterpretar a doutrina de Adam Smith, Malthus (1996) contribuiu para uma nova visão a respeito das atividades de terceira classe (serviços). Segundo Malthus (1996), Adam Smith tornava clara a sua concepção de que a riqueza de uma nação se mensurava a partir dos objetos materiais gerados, “produto anual da terra e do trabalho”. Malthus (1996: 35) defendia a idéia que haviam trabalhos mais e menos produtivos ao invés de trabalho produtivo e improdutivo e que todos os trabalhadores de uma nação poderiam – de acordo com Adam Smith – ser produtivos.

Segundo a interpretação de Kon (2004), Malthus considerava que riqueza seria um benefício proporcionado ao homem, podendo este ser em forma de bens ou serviços. Riqueza esta que não seria suficiente se, se considerasse apenas a produção dos bens materiais, mas sim se estes bens fossem distribuídos e se adequassem às necessidades dos consumidores, o que aumentaria o valor de trocas dos produtos. A distribuição se realizaria por meio do comércio e dos transportes. Portanto, a formação bruta do capital, nesta visão, seria composta dos bens materiais complementados indiretamente pelos serviços imateriais.

A evolução da importância sobre os serviços pode ser vista a partir das concepções feitas por Jean Baptiste Say. Segundo Say (1983) existem os produtos classificados como imateriais, frutos da indústria humana, que necessitavam de talento, dados como valiosos e bem pagos, mas que por sua natureza, os produtos imateriais não são duráveis e se consomem no momento de sua produção. A partir desta concepção, Say (1983: 71) definiu três tipos de indústrias:

- indústria agrícola, quando se limita a colher os produtos da natureza;
- indústria manufatureira, quando transforma os produtos da natureza adaptando-os às nossas necessidades;
- indústria comercial (comércio), quando coloca à nossa disposição esses produtos transformados.

Para Say (1983: 73) “a indústria comercial contribui para a produção da mesma forma que a indústria manufatureira, aumentando o valor de um produto mediante o transporte de um lugar para outro”. Segundo Say (1983: 73)

O comerciante dá às mercadorias certa feição que as torna próprias para o uso e que, colocadas em outro lugar, não poderiam ser utilizadas; uma feição tão útil, complicada e aleatória quanto as que as duas outras indústrias conferem às mercadorias.

List (1986), ao discutir a teoria das forças produtivas e a teoria dos valores, destacou a importância dos bens imateriais e as forças produtivas (serviços). List (1986), afirmou que os trabalhadores que produzem bens materiais são produtivos, porque produzem valor de troca. Entretanto, os que produzem bens imateriais são

considerados como produtivos em grau mais elevado, pois produzem forças produtivas. Para List (1986: 103) “a nação deveria sacrificar e deixar de lado um pouco de prosperidade material para adquirir cultura, habilidade profissional e forças de produção”.

Segundo List (1986: 101), o atual estado das nações era:

O resultado do acúmulo de todas as descobertas, invenções, melhorias, aperfeiçoamentos e atividades de todas as gerações que viveram antes de nós; constituem o capital mental da humanidade atual e cada nação individualmente é produtiva somente na proporção em que souber apropriar-se dessas conquistas das gerações anteriores e fazê-las crescer por seus próprios recursos, na medida em que as potencialidades naturais de seu território, sua extensão e posição geográfica, sua população e poder político foram capazes de desenvolver, da maneira mais completa e regular possível, todas as fontes de riqueza dentro de suas fronteiras, e estender sua influência moral, intelectual, comercial e política sobre as nações menos adiantadas e especialmente sobre os negócios mundiais.

Léon Walras também contribuiu à valorização dos bens imateriais (serviços). Walras (1983: 109), através do exame dos capitais e rendimentos, denominou riqueza social como “o conjunto de coisas materiais e imateriais que são raras, isto é, simultaneamente úteis e limitadas em quantidade”. Para Walras (1983: 109) “os capitais engendram rendimentos e que podemos ter capital material engendrando rendimento imaterial e capital imaterial engendrando rendimento material”.

De acordo com Walras (1983), os serviços são considerados os rendimentos que consistem na própria utilização de capitais, sendo subdividindo em dois tipos:

- Serviços consumíveis: absorvidos como existem pelo consumo, quer privado, quer público;
- Serviços produtivos ou de transformação: transformados, pela agricultura, pela indústria, pelo comércio, em rendimentos ou em capitais, isto é, em produtos.

O conjunto da riqueza social, de acordo com Walras (1983: 109), é dada por três categorias de capitais e uma categoria de rendimentos, a saber:

- As terras: capitais fundiários produzindo rendimentos ou serviços fundiários;
- Pessoas: capitais pessoais produzindo rendimentos ou serviços pessoais;
- Capitais mobiliários: produzindo rendimentos ou serviços mobiliários, ou também chamados de lucros;
- Rendimentos: objeto de consumo, matéria-prima.

Outra abordagem relevante à questão de produtos e serviços foi a de Josef Alois Schumpeter. Schumpeter (1982) revelou uma abordagem nova das características dos produtos, ao discorrer sobre o processo de produção e a classificação dos bens em ordens, de acordo com sua distância do ato final do consumo. Segundo Schumpeter (1982: 17) o processo de produção é caracterizado mediante o conceito de combinações de forças produtivas. “[...] falando de modo geral, todos os tipos possíveis de objetos e “forças”. Elas abrangem coisas parcialmente materiais e parcialmente imateriais”. Para Schumpeter (1982) todos os bens podiam ser convertidos em terra e trabalho, no sentido de que todos os bens podem ser concebidos como feixes dos serviços do trabalho e da terra.

Segundo Kon (2004: 19), verifica-se, em Schumpeter,

a idéia de complementaridade das atividades de serviços em todo o processo produtivo e sua relevância como elemento primordial para a consecução do objetivo final da produção econômica: o consumo; já que em todo o processo produtivo agrícola ou manufatureiro, concorrem de alguma forma as atividades destinadas a tornar esses produtos consumíveis. Confirma, portanto, as afirmações neoclássicas de que só existe produção quando há consumo.

De acordo com Kon (2004: 19), no decorrer da evolução da teoria econômica, a importância dos serviços passou resumidamente por três linhas principais de pensamentos:

- a marxista, conforme a qual algumas atividades, incluindo grande parte dos serviços, são improdutivas, não pertencendo ao fundo potencialmente disponível para o desenvolvimento econômico;
- a keynesiana, em que qualquer atividade que faz jus a uma recompensa monetária é considerada útil e produtiva por definição;

- a shumpeteriana, que considera os serviços como complementares e relevantes ao consumo, visto que o consumo é o objetivo primordial da produção, e, os serviços tornam-se imprescindíveis para a atividade produtiva.

Há uma crescente convergência, entre os economistas, no entendimento de que as atividades dos serviços facilitam a produção e a distribuição de bens, e atendem as necessidades da vida pessoal dos indivíduos. Mas, pelo fato dos serviços serem intangíveis, eles costumam ser vistos como atividades úteis apenas no curto prazo e/ou imediata, dificultando a sua mensuração adequada.

Na década de 1990, a discussão a respeito de como classificar as atividades de serviços foi vista sob duas abordagens por J. Neil Marshall (apud KON, 2004). Uma delas, a abordagem convencional que aceitava o setor de serviços como um grupo de atividades distinto das manufatureiras, cujo crescimento promovia uma mudança considerável na economia. A outra abordagem, a visão alternativa, defendia que ainda havia certa interdependência entre certos serviços e as tendências industriais passadas, ou seja, de que os serviços eram conduzidos pelas mesmas metas da produção capitalista.

No contexto da industrialização, os serviços são classificados como atividade terciária ou residual. Resíduo entendido como uma parcela de menor importância, o que na verdade não cabe aos serviços, pois este setor vem sendo, em muitos países, o maior dos três setores econômicos. Os serviços são classificados pela ONU (Organização das Nações Unidas) conforme o Quadro 2.



Classe	Composição
Serviços distributivos	Incluem a distribuição física de bens, a distribuição de pessoas e cargas e a distribuição de informação.
Serviços sem fins lucrativos	Constituem serviços da Administração Pública e outras organizações como sindicatos, templos religiosos, instituições assistenciais, clubes.
Serviços às empresas	Constituídos por serviços intermediários para os demais setores, nos quais se incluem as atividades financeiras, serviços de assessoria legal, contábil, de informática e outras, e corretagem de imóveis.
Serviços ao consumidor	Consistem em uma gama ampla de serviços sociais e pessoais oferecidos e um indivíduo, na maior parte para ressaltar a qualidade de vida, como os serviços de saúde, ensino, restaurantes, serviços de lazer e outros pessoais e familiares.

**Quadro 2.** Classificação de serviços de acordo com definição da ONU

Fonte: ONU, *Standard Industrial Classification*, apud KON, 2004:32.

A importância da definição e classificação dos serviços consiste em verificar as funções econômicas que estes desempenham. De acordo com Nusbaumer (apud KON, 2004) existem duas formas possíveis de classificação dos serviços: por tipos de funções que eles desempenham na economia; e por tipos de conhecimentos especializados que entram em sua produção.

A reestruturação produtiva mundial tem sido, segundo Kon (2004), mais dinâmica do que o avanço na reformulação de conceitos e tipologias de atividades econômicas. Por isso, há uma necessidade de análise mais precisa sobre o papel desempenhado pelo setor de serviços no contexto econômico global. De acordo com a autora (2004: 37),

a revolução econômica dos serviços está transformando a organização da economia internacional, possibilitando e ampliando a internacionalização do processo globalizado de produção ou a subdivisão das partes do processo produtivo em diferentes economias mundiais. [...] os bens produzidos internamente às economias ou globalmente competem em mercados internos e globais e essa ampliação doméstica e a internacionalização são não só devidas mas também difundidas pela equivalente produção interna e internacionalização de serviços. A ampliação interna e a internacionalização da atividade econômica... [...] tomam por base o crescimento dos assim chamados serviços às empresas, que, entre outras características, costumam ser intensivos em conhecimento e informação.

Ela cita também que a utilidade das funções que os serviços desempenham na economia pode ser transferida para outros produtos de serviços ou para riqueza tangível. Segundo Kon (2004: 37)

As funções das atividades de serviços podem ser intermediárias se servirem para acentuar a oferta de riqueza por parte de outros produtores de bens ou serviços. E podem ser consideradas finais caso ajudem aos consumidores finais a adquirir a utilidade dos bens ou serviços comprados. No entanto, as funções de serviços são por essência complementares a outros produtos, pois a utilidade que transferem a esses produtos não poderia existir sem tais serviços; todavia os produtos de serviços podem ser complementares ou substitutos para outros bens e serviços.

Portanto, diante da crescente importância das funções dos serviços, o seu papel no processo de desenvolvimento das economias deve incorporar a avaliação dos seus impactos sobre a geração de valor das atividades de outros setores econômicos e sobre a acumulação de riquezas pela economia.

De acordo com Kon (2004), as características e funções dos serviços vêm sendo definidas desde os fisiocratas, porém, devido ao desenvolvimento da tecnologia, essas características vêm sofrendo transformações. Critérios utilizados com frequência especificam características e propriedades específicas das atividades de serviços, determinando a natureza diferenciada de sua produção, distribuição e consumo. Quanto à intensidade do trabalho, Kon (2004: 49) observa que

Conforme a tecnologia progride e a informática avança nos processos de serviços, alguns gêneros de serviços assumem processos fortemente baseados em equipamentos e com baixa intensidade de trabalho, por outro lado, a própria natureza de alguns serviços requer uma alta proporção de capital fixo no processo produtivo.

Sendo assim, alguns autores classificam as atividades de serviços de acordo com a intensidade de capital e trabalho, em serviços baseados em equipamentos e em mão de obra. Suas características podem ser vistas no Quadro 3 a seguir.

Característica	Condição
Materialidade	Os serviços são observados como criadores de produtos intangíveis e perecíveis (desde que são consumidos no ato da produção e não podem ser estocados). Contudo, em casos como o de uma peça de teatros, os efeitos do serviço podem ser desfrutados pelo consumidor por muito tempo após sua produção.
Efemeralidade	Existência passageira, fugaz.
Interação consumidor- produtos	Existe um alto contato entre consumidor e produtor (fisicamente ou com constante comunicação remota) e em geral o consumidor participa no processo de produção do serviço (aulas de ginástica, restaurantes). Assim, não obrigatoriamente, as atividades seguem um padrão rígido estabelecido, pois em grande parte das vezes se amoldam à demanda momentânea do consumidor. Porém, em casos como a maior parte dos serviços públicos, estão disponíveis o tempo todo, mesmo quando não são diretamente utilizados.
Intensidade do trabalho	A qualificação ou habilidade do produtor é vendida diretamente ao consumidor, e os serviços nem sempre podem ser produzidos em massa. Assim, as empresas de serviços são comumente ditas trabalho-intensivas.
Localização	Outra característica normalmente estabelecida nas definições de serviço é que as instalações dessas atividades são localizadas de forma descentralizada e próximas ao consumidor, o resultado na proliferação de pequenas empresas de serviços ou grandes empresas com unidades de produção descentralizadas geograficamente, dispersas pelos mercados consumidores.
Eficiência	As medidas de eficiência dos serviços são subjetivas, e o controle de qualidade envolve o consumidor e está embutido no processo de produção, pois na maioria das vezes o serviço não pode ser controlado e rejeitado pelo produtor antes de ser efetuado. Portanto, as opções de preços são amplas e costumam fugir ao controle rígido ou a padrões teoricamente estabelecidos.
Estocagem	Incapacidade de serem estocados, mantidos ou trocados.

**Quadro 3.** Características das atividades de serviços

Fonte: ZEITHAM, V. A.; PARASURAMAN, A. & BERRY, L.L., Delivering quality services. The Free Press, Nova York, 1998. MARSHALL, J. Neil & WOOD, Peter A., Services and space: Key aspects of Urban and Regional Development. Longman Group Limited, Harlow, Inglaterra, 1995, p. 29. HAUKNES, Johan, Innovation in the Service Economy. STEP Goups, Noruega, 1996. ILLERIS, Sven, The Service Economy, A Geographical Approach. Wiley Ed., Chichester, 1996, apud KON, 2004: 49.

No primeiro caso, conforme Kon (2004),

estão os serviços automatizados de vendas de máquinas, serviços cujos equipamentos são monitorados por operadores que não precisam de nenhum tipo de qualificação especial e equipamentos operados por pessoal especializado. Entre os serviços altamente baseados em mão-de-obra e pouca intensidade de capital, estão os que demandam mão-de-obra não qualificada, os que requisitam trabalho qualificado e serviços profissionais.

Em relação à localização, Kon (2004) chama a atenção para os meios de comunicação e a informática no processo de distribuição de serviços, possibilitando o contato entre produtor e consumidor a longas distâncias, o que altera as características apresentadas no Quadro 3. Outra característica apontada pela autora sobre muitos serviços, é sua tendência em direção ao trabalho intensivo, e por isso exige treinamento, qualificação e experiência do fornecedor. Mesmo que nem todos os serviços tenham ao mesmo tempo todas essas características abordadas no Quadro 3, ao menos algumas dessas características existem, dependendo de cada tipo de atividade, em diferentes graus de intensidade.

Os serviços se destacam pela sua capacidade de inovação. Segundo Hauknes (1999) as inovações desenvolvidas no setor de serviço contribuem para a eficiência de custos, qualidade de produção dos serviços e produtos e desenvolvimento de novos conceitos de serviços. Os serviços intensivos de conhecimento contribuem para a geração e distribuição de conhecimento, adotados nas inovações de processos produtivos, organizacionais e tecnológicos. Isto reflete mudanças na natureza e estrutura de competição em vários mercados. Em diversos países analisados, conforme estudos de Hauknes (1999), os negócios ligados aos serviços foram os que mais cresceram e o crescimento de empregos neste setor é o mais promissor.

Para se ter uma idéia do nível de importância das atividades de serviços e o seu progressivo crescimento em uma determinada economia, podemos verificar os indicadores dos três setores no Brasil, a partir da Tabela 22.

Tabela 22 – Estruturação ocupacional no Brasil – 1980/1993/2001

ANOS	OCUPAÇÕES (%)		
	Agrícolas	Indústria	Serviços
1980	28,6	20,7	46,0
1993	21,1	19,6	55,3
2001	19,9	9,4	70,8

Fonte: Kon (2004).

Nota-se que, de acordo com a exposição dos dados na Tabela 22, as ocupações dos serviços têm crescido gradativamente, enquanto a ocupação inerente à indústria e às atividades agrícolas vem declinando, sendo mais grave no caso da indústria. Marshall e Wood (apud KON, 2004: 72) enfatizam que a crescente importância dos serviços e suas contribuições para a mudança estrutural têm como origem:

- A importância da crescente interdependência entre a produção de bens e serviços;
- O valor da especialização em serviços no capitalismo dos finais do século XX, que contribui para a manipulação de matérias-primas, informação, capital e trabalho, em qualquer atividade de produção ou consumo;
- A maneira pela qual as qualificações e especializações para atividades de serviços que estão presentes na força de trabalho influenciam significativamente os padrões locais;
- A forma pela qual as mudanças técnicas criam novas oportunidades para a exploração da especialização em serviços.

A criação de empregos é um dos principais problemas enfrentados pelas economias mundiais. Entretanto, a reestruturação da força de trabalho entre os setores econômicos, nas diversas economias, teve sua dinâmica baseada no grau de modernização tecnológica nos processos produtivos e do correspondente nível de qualificação da força de trabalho. Segundo Kon (2004: 77)

em uma economia urbana ou em expansão supõe-se que as atividades de serviços correlacionadas ao aumento da renda também se expandam. Como resultado, outras oportunidades de serviços voltados para o consumo direto também se expandem de acordo com os multiplicadores de emprego urbano. Essa expansão de oportunidades de emprego em serviços é considerada mais um efeito do que como uma causa da expansão urbana, isto é, mais um sintoma do que a causa de desenvolvimento.

Kon (2004) salienta que nos mercados de trabalho urbanos dos países em desenvolvimento, devido ao aumento da oferta de trabalhadores ser maior que a capacidade de absorção de mão de obra, tem gerado um crescente excedente de mão de obra e de baixa remuneração. Em complemento a isto, temos a falta de qualificação para o emprego nos setores mais dinâmicos (modernos) da economia. Portanto, Kon (2004: 78) afirma que

com o crescimento da economia global, a reestruturação produtiva e a terceirização que vem ocorrendo nas grandes empresas oligopolistas, muitos trabalhadores, antes parte das indústrias manufatureiras e dispensados de seus empregos, tentam trabalhar por conta própria como autônomos; além disso, encontram-se também empresários no setor informal, alguns dos quais mostrando progresso econômico.

### 3.1.2 O aspecto informal dos serviços

Como resultado da diminuição dos empregos formais, a informalidade tornou-se o modelo alternativo de geração de renda para 58% dos trabalhadores brasileiros em 1999 (KON, 2004). Sendo que deste percentual, 50% se concentravam no setor de serviços. A informalidade não deve ser vista como sinônimo de pobreza, pois suas ocupações, atualmente, estão relacionadas a processos produtivos, exceto pelo fato das atividades informais não estarem oficialmente registradas perante o governo, considerando-se até como ilegais. O setor informal apresenta as seguintes características, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT - (1972, apud CACCIAMALI, 2000: 155):

(a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado.

Portanto, pode-se dizer, de acordo com Cacciamali (2000), que o setor informal são unidades econômicas orientadas ao mercado, constituídas das características anteriormente descritas, e que o dono do negócio exerce simultaneamente a função de patrão e empregado, não existindo separação entre as atividades de gestão e produção.

Conceitualmente, o setor informal foi definido, na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, em Genebra, em janeiro de 1993, como:

um subconjunto de empresas familiares, ou seja, empresas de propriedade e operadas por famílias ou por membros da família, individualmente ou na parceria com outra. Ao contrário das corporações ou quase-corporações as empresas familiares são definidas no SNA enquanto as unidades de produção que não estão constituídas como entidades legais separadas de seus proprietários e que não têm um conjunto completo da contabilidade dos negócios, incluindo balancetes de ativos e passivos. Assim, o tipo de organização legal da unidade e o tipo de clientes mantidos são os primeiros dois critérios da definição internacional proposta do setor informal.

OIT, 1972 apud CACCIAMALI, 2000

Segundo Cacciamali (2000) o processo de informalidade decorre do processo de mudanças estruturais na sociedade e na economia incidindo na redefinição de relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições. Dois fenômenos se destacam neste processo. Um deles é quanto à reorganização do trabalho assalariado. Nesse caso temos contratações (legais ou consensuais) sob a forma de: cooperativas, empreiteiras, agências de trabalho temporário, entre outras. A característica comum deste processo é sua vulnerabilidade, ausência de regulamentação laboral e de proteção social, uso flexível do trabalho e menores salários.

O segundo fenômeno, conforme Cacciamali (2000: 164) “é o auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência empreendida pelas pessoas”. Devido à dificuldades no reemprego, ou de ingresso ao mercado de trabalho, ou por opção, auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas.

O processo de informalidade pode ser representado e acompanhado por duas categorias de trabalhadores, de acordo com Cacciamali (2000: 166): Assalariados sem registro; e Trabalhadores por conta própria.

Cacciamali (2000) conclui que a expansão da ocupação através do setor informal não constitui uma solução para a escassez de empregos. A autora afirma que “o número de pessoas, as condições de trabalho e a renda no setor informal

encontram-se condicionados pelo desenvolvimento e fortalecimento das firmas capitalistas, pelos empregos ali gerados e pelos níveis de salários decorrentes”. Cacciamali (2000: 170) acrescenta que uma “expansão capitalista com qualidade requer a presença do poder público desempenhando pelo menos dois papéis”:

- promotor do crescimento econômico, ou seja, que pratique políticas econômicas que conduzam ao crescimento;
- regulador dos mercados e de outras funções sociais, com os objetivos de impor padrões que impeçam a espoliação dos bens comuns e privados e de prover a distribuição da riqueza e da renda geradas.

### **3.1.3 O setor de serviços e suas contribuições para o desenvolvimento econômico**

O crescimento das atividades de serviços pode ser analisado de acordo com três conjuntos de explicações clássicas, segundo Kon (2004). A primeira explicação gira em torno da teoria de que a demanda por serviços ultrapassa o crescimento da renda familiar disponível. A segunda explicação é de que a terciarização é um resultado do declínio relativo e absoluto do emprego no setor secundário, subsequente ao desenvolvimento de novas tecnologias mais produtivas. E a terceira explicação aponta que a queda do emprego no setor secundário se deve ao crescimento do emprego no setor público, sendo uma consequência do aumento da demanda por serviços coletivos.

Sob a ótica da análise da contribuição dos serviços no processo de desenvolvimento de um país, são identificadas, de acordo com Kon (2004), três abordagens. A primeira abordagem é a da teoria do efeito-renda, que defende a hipótese clássica dos serviços serem bens superiores, no que tange a elasticidade-renda quando comparada aos setores primário e secundário. Afirma-se desta forma porque a demanda de serviços pode se desenvolver mais rapidamente do que a dos outros dois setores (primário e secundário), sejam por questões técnicas ou por mudança de preferências dos consumidores.



A segunda abordagem se baseia na defasagem de produtividade existente no setor de serviços, o que proporcionaria o crescimento do emprego neste setor. De acordo com Gershuny e Miles (apud KON, 2004: 216) a defasagem de produtividade se explica pela:

- baixa intensidade de capital ou baixos níveis de qualificação da força de trabalho;
- existência de baixa concentração econômica do setor e a proporção acima da média de empresas pequenas e de trabalhadores por conta própria, consistindo em formas mais flexíveis de organização da produção;
- natureza particular do produto do serviço e dos seus componentes, em termos de relações humanas, ou suas características em termos de processamento da informação.

Noyelle e Stanback (1984 e 1988, apud KON, 2004) fazem uma última abordagem, enfatizando os serviços intermediários. Para eles, esses serviços são relevantes ao processo de desenvolvimento, no que se refere à geração de produto e de emprego. Também mencionam que alguns autores defendem a idéia de que o aumento dos índices deste segmento (serviços intermediários) representa na verdade a transferência de atividade produtiva antes realizada dentro de empresas e que ora foram terceirizadas; e que, outros autores defendem a idéia de que, pela necessidade de diferenciação do produto e de segmentação de mercado, tem aumentado as funções-serviços de planejamento, pesquisa e desenvolvimento, de marketing e outras.

Como salienta David McKee (apud KON, 2004: 229) uma das funções das atividades de serviços nas economias nacionais, além da sua localização urbana, é

O fato de elas virem sendo reconhecidas como facilitadoras ou reforçadoras do impacto sobre os pólos de crescimento, ou seja, sobre as atividades que lideraram tanto de forma quantitativa quanto qualitativa a determinação dos padrões de expansão em nível nacional. A capacidade dos serviços de desempenhar função semelhante no processo de desenvolvimento depende da espécie de atividades dos pólos, de seu tamanho, força e de sua dominância local, regional, nacional ou internacional.

A relevância dos serviços no comércio internacional foi observada pela experiência tanto das economias modernas como das menos avançadas, bem como o impacto sobre o desenvolvimento local e regional dessas economias (KON, 2004).

As atividades de serviços não são apenas dependentes de atividades manufatureiras, pois mantém transações com todas as classes de atividades econômicas e detêm áreas próprias de mercado que se estendem além da localidade na qual se inserem, incluindo mercados internacionais. A contribuição dos serviços no desenvolvimento das economias tem características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento, mas é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, ao tornar-se a maior fonte de geração de empregos na atualidade.

KON, 2004: 243

Além das atividades de serviços, o capital social é visto, segundo Putnam (1993), como essencial para o estímulo ao desenvolvimento econômico regional e para um governo eficaz. Capital este que, segundo Bordieu (2007), “é o conjunto de recursos reais ou potenciais à disposição dos integrantes de uma rede durável de inter-relações mais ou menos institucionalizadas”. E para Putnam (1993),

“capital social” consulta às características da organização social, tais como redes, das normas, e da confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. O capital social realça os benefícios do investimento no capital físico e humano.

Putnam (1993) destaca a importância das redes de colaboração entre trabalhadores e empreendedores no ambiente produtivo e social. Essa rede social é dada pela acumulação de capital social existente entre os atores. As redes de relacionamento facilitam a coordenação, a comunicação e amplificação das informações entre os indivíduos envolvidos.

## 3.2 A ATIVIDADE DE TURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### 3.2.1 A evolução do turismo

Segundo Rabahy (2003), desde a Antiguidade, os povos, movidos pela curiosidade, sentimentos religiosos, conquistas ou negócios, realizavam longas

viagens, para além de seus territórios. Por volta do século XVI, elevou-se o número de viagens com a finalidade de satisfação própria ou para instrução. No século XVIII surgiu a expressão *Faire le Grandtur* (na França), e na Inglaterra a expressão passou a denominar viagens pelo continente feitas por uma elite de jovens ingleses. Surgiu então a figura dos turistas, inicialmente atribuída às pessoas que faziam viagens pelo continente, e posteriormente caracterizados como os indivíduos que viajavam por prazer (RABAHY, 2003).

Transformações ocorridas no século XX favoreceram o desenvolvimento da atividade turística. De acordo com Rabahy, as mudanças referentes à modernização das leis trabalhistas (direito à férias remuneradas), aumento e melhor distribuição de renda, interdependência nas economias dos países e no comércio internacional, modernização do setor de transportes e da construção civil, ampliaram e desenvolveram o turismo. Dentre todas as transformações, duas se destacaram: maior tempo livre para o lazer e o aumento e melhor distribuição de renda da população.

A evolução dos acontecimentos econômicos e sociais do mundo moderno é considerada importante para o turismo, porque, segundo Rabahy (2003: 1):

o desempenho do setor turístico está intimamente relacionado ao comportamento da renda e sua distribuição, bem como da disponibilidade de tempo livre e outras facilidades propiciadas pelo progresso tecnológico, até mesmo dos meios de transporte, encurtando as distâncias, o que implica, em última análise, uma maior liberação do tempo para o lazer.

O turismo, na finalidade de criar condições para o exercício do lazer, propiciando repouso, entretenimento, centros de treinamento, entre outras possibilidades, é visto, segundo Mamberti e Braga (2004), como:

o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.

Esta atividade coloca-se entre os cinco principais itens geradores de receitas e divisas na economia mundial, liderados pelas exportações de armamentos e de

petróleo. Mesmo durante as crises econômicas mundiais (1994 – “Efeito Tequila” no México; 1997 – Crise dos Tigres Asiáticos; 1999 – Crise na Argentina e 2001- atentado ao World Trade Center e ao Pentágono nos Estados Unidos), Rabahy (2003) revela que o turismo vem registrando taxas de crescimento de receita da ordem de 8% ao ano no período de 1980/2000. Analisando a Tabela 23 a seguir, poderemos visualizar o crescimento das receitas totais do turismo, a nível mundial, no período 1950-2000, mencionando as cifras de 10 em 10 anos.

Tabela 23 – Evolução das receitas totais do turismo no mundo entre o período 1950-2000

ANO	RECEITAS (US\$ bilhões)
1950	2,1
1960	6,9
1970	17,9
1980	105,3
1990	268,9
2000	477,9

Fonte: Rabahy (2003).

Percebe-se que o turismo tem sido considerado uma importante atividade na economia mundial, levando em consideração seu crescimento gradativo (PIB) nos últimos 50 anos. A importância do turismo é dada não só pelo seu faturamento, mas também por ser considerada uma atividade transformadora do espaço. Transformação esta que pode ser visualizada através da conceituação de Barbosa (2005: 108):

O turismo pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço. [...] aproveita os bens da natureza sem consumi-los, nem esgotá-los; emprega uma grande quantidade de mão-de-obra; exige investimentos de enormes somas de dinheiro; gera rendas individuais e empresariais; proporciona o ingresso de divisas no balanço de pagamentos; origina receitas para os cofres públicos; produz múltiplos efeitos na economia do país...

Além da transformação, Mamberti e Braga (2004) citam que “o turismo organiza o espaço criando estruturas urbanas e regionais com características singulares, que expressam, em níveis espaciais, o modo de produção e reprodução de uma sociedade”. Essa transformação e organização do espaço são essenciais, considerando que o espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo,

ou seja, a localidade deve transformar-se em um lugar turístico. A localidade, segundo Barbosa (2005), necessita de dois aspectos relevantes para a promoção do turismo: o primeiro aspecto é despertar o interesse dos turistas pela localidade; e o segundo aspecto é a receptividade e as atrações promovidas pela localidade a fim de ocupar o tempo livre dos visitantes.

Portanto, para se considerar uma localidade como lugar turístico, é preciso que se apresentem três características centrais, conforme Mamberti e Braga (2004): fluxo turístico, infra-estrutura turística e imagem turística. O fluxo turístico ou densidade turística é o fluxo significativo de visitantes. A infra-estrutura turística é composta por equipamentos e serviços turísticos como hotéis, restaurantes, agências de turismo, etc. E, finalmente, a imagem turística, que normalmente está associada a atrativos como clima, paisagem, água, fauna e flora, ou a valores simbólicos da localidade como patrimônios históricos, cultura, religiosidade, modo de vida ou pelo tipo de comportamento das pessoas da comunidade.

A cultura do consumo, segundo Taschner (2000), é cercada por um conjunto de imagens, símbolos, valores e atitudes, e o mesmo se aplica ao turismo, em que a localidade deve despertar seu público-alvo mediante os motivos<sup>4</sup> que o levaram até à localidade e/ou despertando o desejo pelo consumo turístico que a localidade tem a oferecer.

Ao ter definido quem são os visitantes e o que pretendem fazer na localidade, caberá a esta consolidar sua infra-estrutura turística e promover a oferta turística para o devido consumo dos produtos turísticos<sup>5</sup> existentes e/ou criados na região. A oferta turística é entendida por Oliveira, A. P. (2002) como tudo que o local dispõe que pode ocupar o tempo dos turistas, englobando seus recursos naturais e artificiais, bem como os bens e serviços públicos e privados. O turista está em busca de algo que ocupe o seu tempo, e cada região que oferecer maior variedade,

---

<sup>4</sup> Na oferta ou desenvolvimento de produtos turísticos, um dos pontos relevantes a ser considerado é o motivo que leva a pessoa a se deslocar de sua cidade. Férias, passeio, trabalho e assuntos de família são os quatro motivos principais. Definido o motivo da viagem, o outro ponto significativo está na identificação do tipo de turismo que as pessoas desejam fazer. (Vaz, 1999: 37).

<sup>5</sup> O produto turístico é um conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo como suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações. (Vaz, 1999: 56).

melhores preços e serviços, conquistará uma maior demanda de visitantes do que outras regiões.

Os turistas, normalmente nas regiões que visitam, têm por hábito o consumo de: hospedagens, alimentação, bebidas, transporte local, passeios, compras de presentes e lembranças, remédios, entretenimentos, entre outros consumos diversos. Barbosa (2005: 110) cita que a oferta turística compreende todos os bens e serviços que satisfazem necessidades turísticas, podendo dividir-se em quatro grupos:

1. Bens livremente disponíveis que, não sendo bens econômicos, por definição, constituem as bases fundamentais da produção turística: o clima, as paisagens, o relevo, as praias, lagos, fontes termais;
2. Bens imateriais que, resultante da maneira de viver do homem, exercem sobre os outros homens um fenômeno de atração: tradições, cultura, exotismo;
3. Bens turísticos básicos criados que, pelas suas características ou dimensões, provocam o desejo de viagem: monumentos, museus, parques temáticos, centros desportivos, estâncias termais;
4. Bens e serviços turísticos complementares que, resultando, em exclusivo, da ação do homem, permite as deslocções e garantem as necessidades de permanência: meios de transporte, vias de comunicação, meios de alojamento e alimentação.

O turismo estimula o surgimento de novas oportunidades de emprego, evitando que moradores locais migrem para outros centros em busca de trabalho. Sendo assim, de acordo com Vaz (1999), qualquer cidade ou região, por menor que seja, pode ter algo diferente e importante para ser mostrado, e havendo algum atrativo natural e/ou patrimonial que possa vir a despertar o turista, caberá aos organizadores locais e aos setores econômicos interessados aproveitarem a oportunidade para desenvolver, explorar e consolidar o turismo. Portanto, a participação do poder público em conjunto com a iniciativa privada é de extrema importância para o desenvolvimento turístico, pois, conforme Vaz (1999: 7)

o turismo é uma atividade econômica... Compreende ações do Poder Público, ao qual compete cuidar da oferta natural, como reservas ecológicas e o meio ambiente em geral e oferecer um sistema básico de infra-estrutura, vias de acesso, saneamento e planejamento urbano. [...] no mercado global, todas as organizações, por menores que sejam, passam a necessitar de um eficiente gerenciamento mercadológico de suas atividades, para se manterem competitivas, pois as atividades se especializam e novos destinos ganham relevo no mapa turístico mundial, exigindo iniciativas e decisões ágeis e certas”.

Olhando o turismo sob a ótica do desenvolvimento local, Merigue (2005: 8) enfatiza que “[...] os gestores locais devem administrar a atividade turística, conjuntamente às demais fontes econômicas, visando o enfrentamento dos problemas sociais e econômicos da localidade”.

Conclui-se que a localidade turística deve planejar e administrar as atividades de turismo, conforme Trigueiro (2001), cuidando de seu composto de marketing, que compreende: o design urbano, a infra-estrutura, os serviços básicos, a promoção de eventos e atrações, a hospitalidade das pessoas da localidade e a imagem turística criada. Entretanto, apesar da localidade possuir atrativos turísticos, um fator relevante que deve ser levado em consideração é a sua localização geográfica. Considerando que o espaço geográfico é o objeto principal de consumo dos turistas, o fator localização certamente influi nas decisões de viagem do turista. Quanto à localização turística, Vaz (1999: 61) cita que

a posição será tanto mais estratégica quanto mais a localização geográfica for favorecida por aspectos topográficos e pelo traçado de suas vias de acesso. A importância de sua posição será também determinada pela localização dentro da divisão territorial político-administrativa.

A localidade pode ser o destino principal ou secundário a ser visitado pelo turista. Se for considerada a principal, esta localidade pertence ao grupo que ocupa o topo do *ranking* no turismo. No caso de ser o destino secundário, esta localidade deve estar situada próxima a outras localidades turísticas (principais) para se beneficiar ou ser uma localidade de passagem, onde viajantes possam parar momentaneamente para alimentar-se ou até mesmo para pernoitarem.

Nestas relações de cidades vizinhas um comportamento estratégico deve ser adotado. Inicialmente deve-se questionar: a localidade é auto-suficiente em atratividade turística? A localidade pode melhorar a sua demanda se participar de ações conjuntas com outras localidades? A localidade depende de outras localidades para atrair turistas? Vaz (1999) propõe uma aliança entre localidades próximas, visando a união dos fatores positivos, fornecendo uma diversidade de produtos e serviços turísticos aos seus consumidores conspícuos. Logo, cabe à localidade analisar se há:

1. Independência: a localidade possui atrativos próprios, apresentando forte apelo diferencial, estabelecendo uma associação imediata entre o fator de atratividade e a localidade;
2. Interdependência: a localidade tem poucos atrativos e até mesmo escassa infra-estrutura turística, tornando-se conveniente estabelecer ações conjuntas com outras localidades que possam ser incorporadas em um mesmo pacote, agrupadas sob o apelo de um mesmo tema;
3. Dependência: a localidade funciona como beneficiária de localidades às quais estão ligadas por proximidade geográfica, posição em percurso de viagem e complementação de lazer ou interesse turístico.

### **3.2.2 O desenvolvimento regional**

Segundo Furtado (1974), “uma condição necessária em qualquer processo de desenvolvimento econômico é a acumulação de capital”. Oliveira, G. B. (2002) acrescenta essa condição citando que o desenvolvimento deve se preocupar não somente com os incrementos constantes no nível de renda, mas também em como estes incrementos são distribuídos. Portanto, segundo Oliveira, G. B. (2002: 41)

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.



Essa premissa sobre os incrementos pode ser entendida pelas citações de Celso Furtado (1974: 97) quando ele diz que o aumento da renda de uma comunidade pode resultar de pelo menos três processos diferentes:

- a) O desenvolvimento econômico (acumulação de capital e adoção de processos produtivos mais eficientes);
- b) A exploração de recursos naturais não renováveis;
- c) A realocação de recursos visando a uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho.

De acordo com Furtado (1974: 97),

[...] esse aumento pode ocorrer numa comunidade sem desenvolvimento econômico, isto é, sem acumulação de capital e introdução de processos produtivos mais eficientes. Ele pode representar simplesmente um incremento devido aos itens b) e/ou c), acima mencionados. Chamemos modernização este processo de adoção de novos padrões de consumo, correspondente a níveis mais elevados de renda, na ausência de desenvolvimento econômico.

Na evolução do pensamento econômico, de acordo com Lima (2003), a ciência econômica passou a analisar o espaço como importante variável no processo de desenvolvimento econômico e no equilíbrio da firma. A contribuição de conceitos como externalidades, localização e estrutura de mercado, desenvolvidos por Alfred Marshall (1938, apud LIMA, 2003) possibilitou o espaço ser visto como elemento ativo na análise do potencial das regiões. Essa análise se baseava no uso dos recursos naturais, nas possibilidades de produção e nas transformações no meio físico imposto pelo homem.

De acordo com Andrade (1987) a noção de espaço está presente nos mais diversos ramos do conhecimento científico e apresenta características próprias em cada um deles. Neste estudo existem dois extremos: o espaço geográfico e o espaço econômico.

Segundo Lima (2003: 8) o espaço geográfico é uma imagem, um reflexo do desenvolvimento de um grupo social num período da história. Este espaço é um produto da acumulação do capital e da reprodução social, onde os grupos e suas ideologias agem e impõem seus objetivos e práticas.

A noção geográfica de regiões, de acordo com Cholley (1951, apud ANDRADE, 1987: 43), evoca um território que serve de suporte a combinações escolhidas ou realizadas pelo homem, contribuindo para favorecer a estabilidade e a permanência do grupo e colaborando com o desabrochar de seu poderio. Para caracterizar as regiões geográficas, segundo os estudo de Cholley, seria necessário levar em consideração os domínios físicos, o meio biológico e a organização do grupo feita pelo homem. Segundo Cholley (1951, apud ANDRADE, 1987: 43):

a grande importância que tem a organização humana e como, através dos tempos, o homem organiza o espaço de acordo com as suas necessidades imediatas e com os instrumentos técnicos e culturais de que dispõe, é que a região em si se diversifica bastante, no tempo e no espaço, de acordo com o maior ou menor desenvolvimento.

A organização do espaço econômico é feita, de acordo com Paul Claval (1995, apud LIMA, 2003) em áreas que gravitam em torno de áreas urbanas, onde estas áreas representam o centro de produção e das decisões econômicas e administrativas de todo conjunto regional. François Perroux (apud ANDRADE, 1987) admite que o espaço econômico possa ser encarado sob três ângulos: espaço econômico como conteúdo de plano, o espaço econômico como um campo de forças e o espaço econômico como um conjunto homogêneo. Em consequência disto, temos três tipos de regiões econômicas: região plano, região polarizada e a região homogênea.

Jacques Boudeville (1969, apud BARRA E CROCCO, 2002: 10) trabalhando as noções de espaço econômico de Perroux, tenta dar-lhes um caráter mais operacional, citando que

é indispensável considerar-se as características geográficas de um fenômeno e, assim, o espaço econômico concreto deve ser o resultado da aplicação de um espaço matemático abstrato em um espaço geográfico. A esta síntese ele chama de espaço geoeconômico e uma forma de definir este espaço é através da delimitação de regiões pólos e polarizadas, onde focos de crescimento formam um sistema de forças com suas áreas complementares.

Boudeville (apud LIMA, 2003: 8), por meio de seus estudos, caracterizou os três espaços econômicos da seguinte forma:

1. O espaço homogêneo: caracterizado por zonas, territórios ou regiões com as mesmas características físicas, econômicas e sociais. As características semelhantes de densidade, de estrutura, de produção, do nível de renda e várias outras similitudes entre as regiões geram um espaço único;
2. O espaço polarizado: espaço heterogêneo, onde as cidades não têm as mesmas características do desenvolvimento do centro, no entanto, há uma relação de dependência, e todas têm papéis específicos no espaço, na divisão social do trabalho, como na produção de bens e serviços;
3. O espaço do planejamento: diversos territórios ou regiões que o compõem são ligados às mesmas decisões, orientados ao mesmo plano de desenvolvimento econômico. As atividades de planejamento e gestão de recursos têm como delimitador o espaço geográfico e a forma como este interage com o meio em que está inserido, tanto produtivo quanto improdutivo.

A respeito da polarização dos espaços econômicos, Perroux contribui para esta discussão através dos conceitos de pólos de crescimento. O crescimento de uma economia nacional ocorre, segundo Perroux (1970: 102) através de

uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos de indústrias e de atividades geograficamente aglomerados) e de indústrias relativamente passivas (indústrias movidas, regiões dependentes dos pólos geograficamente aglomerados). Os primeiros transmitem aos últimos os fenômenos de crescimento.

A indústria motriz tem influência no volume de vendas de bens e serviços de outras indústrias (empresas), gerando o que se denomina de economias externas<sup>6</sup>. A sua inter-relação com as demais indústrias favorece o crescimento regional, através dos efeitos gerados na estrutura de produção, na demanda e no mercado. Nas aglomerações produtivas e em período de crescimento, verificam-se, segundo Perroux (1970), os efeitos de intensificação das atividades econômicas, devido à

---

<sup>6</sup> As ações econômicas desenvolvidas por produtores e consumidores exercem, necessariamente, efeitos incidentes sobre outros produtores e/ou consumidores que escapam ao mecanismo de preços, ainda que estes sejam determinados em regimes de mercado perfeitamente competitivos. Esses efeitos, não refletidos nos preços, são conhecidos por efeitos externos ou externalidades. As externalidades positivas são chamadas de economias externas, e as externalidade negativas são chamadas de deseconomias externas. (FILELLINI, 1994: 73).

proximidade e aos contatos humanos. A esses efeitos de intensificação, somam-se os efeitos das disparidades inter-regionais. De acordo com Perroux (1970: 101)

O pólo industrial complexo, geograficamente aglomerado, modifica o seu meio geográfico imediato e, se for poderoso, a estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado. Como centro de acumulação e de aglomeração de recursos humanos e de capitais fixos e fixados, dá origem a outros centros de acumulação e aglomeração de meios humanos e de capitais fixos e fixados. Quando dois desses centros forem postos em comunicação por vias de transportes e vias intelectuais, verificar-se-ão mudanças de grande alcance nos horizontes econômicos e nos planos de produtores e consumidores.

Os espaços polarizados podem ser de crescimento ou de desenvolvimento, segundo Lima (2003). Os pólos de crescimentos promovem o crescimento do produto e da renda, mas não implicam necessariamente em modificações significativas das estruturas regionais. Os pólos de desenvolvimento, por sua vez, promovem modificações estruturais e geram benefícios à população. Os pólos de crescimento e os pólos de desenvolvimento podem ser caracterizados, dentro do contexto de desenvolvimento econômico, como desenvolvimento exógeno e desenvolvimento endógeno respectivamente.

Segundo Dejardin e Fripiat (1998: 2), no caso do desenvolvimento exógeno,

o território envolvido é considerado como passivo. Ele aparece como uma composição de diferentes elementos dados a priori. Sendo o território considerado como quase inerte, suas características permitem simplesmente ao órgão de decisão de um empreendimento distinguir e avaliar suas vantagens comparadas em relação a outros.

Pelo desenvolvimento exógeno o que tem prioridade é a atratividade do território. E, de acordo com Dejardin e Fripiat (1998: 4) são quatro os fatores que determinam se os espaços são mais ou menos atraentes:

1. Situação e características geográficas: uma localização de tamanho suficiente, de baixo valor, onde possa se realizar expansão futura. Preferencialmente que tenha proximidade com rios e mares (transportes) e disponibilidade de mão-de-obra barata e de qualidade;

2. Fatores de proximidade e infra-estruturas: meios de comunicação, estradas, portos e aeroportos entre outras contribuições;
3. Natureza e dinamismo do tecido socioeconômico: as externalidades positivas geradas pelas aglomerações produtivas, serviços especializados, centros de pesquisas universitárias e instituições de formação de alto nível;
4. Fatores institucionais e sociais: a legislação econômica e social, a regulamentação que norteia o desenvolvimento territorial, a atitude das autoridades públicas, a segurança, os impostos e demais elementos sociais.

Em oposto ao desenvolvimento exógeno, temos o desenvolvimento endógeno que pelo entendimento dado por Dejardin e Fripiat (1998: 2):

refere-se às ações territoriais conscientes que influenciam o aparecimento ou a localização de atividades econômicas. Por ações conscientes, compreende-se todo ato voluntário e refletido dos atores regionais ou locais. A expansão econômica do território de pertencimento. Ela pode igualmente ser influenciada por fenômenos involuntários, como <<a emulação>> entre atores ou <<a atmosfera>>, resultante dentre outras coisas de um estado de espírito comum aos atores.

O Desenvolvimento endógeno apresenta características conforme citado por Dejardin e Fripiat (1998: 6):

1. Uma eficiente organização da produção industrial em redes de pequenas e médias empresas;
2. Cooperação entre as empresas;
3. Alta capacidade de inovação;
4. Proximidade geográfica;
5. A cidade como ponto de encontro, de trocas de bens e serviços diversificados e de alto nível;
6. A intensidade das relações (trocas de informações e serviços) favorecendo a produtividade do mercado;
7. Capital social (conhecimento mútuo dos atores locais);
8. As instituições (profissionais, de ensino, de formação) e as associações de pessoas com finalidade socioeconômicas, políticas e culturais, entidades públicas e privadas, todas voltadas para o desenvolvimento do território;

9. Um sistema de valores compartilhados entre os atores e as instituições, favorecendo a mudança das atividades produtivas, cedendo espaço para uma comunidade pensante.

Segundo Dejardin e Fripiat (1998), um território pode transformar suas características com a finalidade de se obter vantagens específicas. Para isto, em determinados casos, tem que haver o exercício da capacidade local de controle do desenvolvimento, a exploração dos recursos e o processo da acumulação de créditos materiais e imateriais. Os atores socioeconômicos engajados no processo de desenvolvimento do território se encontram no processo de desenvolvimento endógeno.

Do ponto de vista regional, segundo Amaral Filho (2001: 262), o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como

um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

A nova economia regional consiste em ações coletivas que somente se desenvolvem com eficiência se forem institucionalizadas. Diante desses novos paradigmas, o papel do Estado, segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1993 e 1996, apud AMARAL FILHO, 2001: 269) tem se baseado no resultado de processos e dinâmicas econômico-sociais oriundos dos comportamentos dos atores, dos agentes e das instituições locais. Existe uma concordância de que os processos e as instâncias locais possuem vantagens em relação às instâncias governamentais centrais. Isto ocorre porque se supõe que as instâncias locais podem captar melhor as informações e manter interação em tempo real com produtores e consumidores.

Portanto, Amaral Filho (2001: 269) conclui que os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública estão alicerçados em três elementos-chaves:

1. Proximidade e informação: os governos locais estão mais próximos dos produtores e consumidores finais de bens e serviços públicos (e privados), e por isso são mais bem informados que os governos centrais a respeito das preferências da população;
2. Experimentação variada e simultânea: a diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta do serviço público;
3. Elemento relacionado a tamanho: quanto menor o aparelho estatal, melhor é o resultado em termos de alocação e de eficiência.

Este novo papel do Estado tem-se balizado, de acordo com Amaral Filho (2001), em um “modo de intervenção pragmático”, ou seja, não aceita como premissa o fato de que o mercado e os preços sejam os únicos mecanismos de coordenação das ações dos agentes (princípio neoliberal) e também não aceita o dirigismo estatal com suas burocracias pesadas, hierarquia rígida e desperdício financeiro. O modo de intervenção pragmática, de acordo com Amaral Filho (2001) tem sido o modelo mais adotado pelos Estados Federados e pelos subsistemas nacionais de governo na resolução de problemas, por considerarem que eles recebem de forma direta e imediata os impactos gerados pelas grandes contradições porque vem passando o capitalismo contemporâneo.

Amaral Filho (2001: 270) cita que em relação ao financiamento desse modo de intervenção, este é obtido através da geração de poupança pública local e da recuperação da capacidade de investimento, para a melhoria e a recuperação da infra-estrutura, a criação de um efeito multiplicador sobre o emprego, o produto, a renda e os investimentos privados. Gerando poupança própria o governo local consegue a adesão de parceiros privados ou multilaterais (como o Banco Mundial) para seus projetos de desenvolvimento. O que se torna implícito neste conceito é a necessidade e a possibilidade, conforme Amaral Filho (2001: 271), de se construir um novo modo de financiamento para o setor público e para a acumulação de capital, a partir de uma nova racionalidade fiscal.

Para que uma região ou uma economia tenha condições favoráveis às aglomerações de atividades mercantis e possa criar externalidades para o capital privado, se faz necessário, conforme Amaral Filho (2001), a adoção de uma política

de investimento em capital físico (infra-estrutura). Entretanto, somente esta postura não é suficiente para se criar um processo de endogeneização do excedente econômico local e atrair excedentes de outras regiões, promovendo assim o desejado aumento de atividades econômicas, emprego e renda, dentre outros incrementos.

Segundo Amaral Filho (2001: 271), para que se produzam efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e renda,

a referida política deve estar no contexto de uma estratégia global de desenvolvimento da região, cujos mecanismos estejam administrativa, econômica e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar a formação de enclaves ou a aglomeração de indústrias desprovidas de coerência interna nas suas interconexões.

Dentre os conceitos ou estratégias adotadas, três têm se destacado, conforme Amaral Filho (2001): distrito Industrial, *millieu innovateur* e *cluster*. Há de se fazer uma ressalva, que dentre os diversos autores que descrevem a respeito de distritos industriais e *clusters*, ocorrem divergências entre as características e conceitos adotados. Ao longo da dissertação será possível perceber estas diferenças e/ou semelhanças entre estas duas estruturas, incluindo ainda o termo alternativo de arranjo produtivo local (APL).

### 3.2.2.1 Distrito Industrial

De acordo com Lins (2000: 235), distritos industriais

são concentrações geográficas de firmas setorialmente especializadas, principalmente de pequeno e médio porte (PMEs), onde a produção tende a ocorrer verticalmente desintegrada (devido à especialização das empresas em diferentes fases do processo produtivo) e em meio a relações interfirmas a montante e a jusante (fornecedores-clientes), mercantis e não mercantis e simultaneamente cooperativas e competitivas.

Destaca-se neste ambiente produtivo que é comum haver presença sociocultural no distrito, o que segundo Lins (2000) contribui para firmar as relações



entre os atores locais, que apresentam comportamentos e valores semelhantes. O distrito industrial é concebido como um conjunto econômico e social.

Um outro fator relevante citado por Lins (2000) a respeito dos distritos é de que o ganho para este tipo de sistema econômico resulta da articulação entre economias externas e ação conjunta voluntária (eficiência coletiva). Essas articulações resultam, segundo Lins (2000) e Amaral Filho (2001), em aprendizagem coletiva, capacidade de inovação, desenvolvimento de novos conhecimentos, adaptação a novas necessidades de mercado, dentre outras vantagens. Entretanto, o distrito não deve ser visto como uma ilha de solidariedade, e sim como um ambiente competitivo e de cooperação. A cooperação das pequenas empresas pode, conforme Amaral Filho (2001), gerar economias de escala, o que normalmente só é possível às grandes corporações.

Segundo Lins (2001: 238) o ambiente de distrito industrial também favorece a flexibilidade e a especialização. A flexibilidade pode ser vista como a possibilidade de utilização intensiva de trabalhadores em domicílio e a disponibilidade desta em fazer ou trabalhar em horários extras, possibilitando adaptações rápidas no uso da força de trabalho e, assim, maior velocidade nas reações às mudanças no mercado; e a especialização resulta de divisão do trabalho na produção, onde as empresas, dentro de uma estrutura vertical, horizontal e até mesmo multilateral, viabilizam a exploração mais eficiente das economias de escala e o aumento da capacidade de inovação.

O ambiente de distrito contribui para o ganho de competitividade. Conforme Schmitz (apud LINS, 2000: 238) o substrato é a convicção de que o desempenho industrial reside no *clustering* e na competição cooperativa, que permitem ganhos de eficiência e flexibilidade, os quais podem ser raramente alcançados por pequenos produtores individuais. Logo, o fortalecimento do ambiente regional consiste, de acordo com Bianchi (apud LINS, 2000: 238), na dinâmica econômica onde a interação entre pessoas cria normas para a ação coletiva, o que induz os sujeitos a se unirem para trabalhar em projetos específicos.

Portanto, para o bom desempenho dos conjuntos produtivos territorializados, principalmente na aglomeração de PMEs, se faz necessário um ambiente onde se estimule e se sustente relações cooperativas, pois este vínculo é que determinará o sucesso em nível microeconômico e contribuirá para a evolução dos sistemas produtivos. (LINS, 2000)

### 3.2.2.2 *Millieu Innovateur*

Segundo Amaral Filho (2001) a estratégia do *millieu innovateur* surgiu para dar subsídios à sobrevivência dos distritos industriais, e permitir que outras regiões e locais concebesses seus projetos de desenvolvimento de maneira sólida. Para Maillat (apud AMARAL FILHO, 2001: 274), há uma diferença entre *Millieu* e *Millieu innovateur*.

*Millieu* é um conjunto tornado territorial e aberto para o exterior, o qual integra conhecimentos, regras e um capital relacional. É ligado a uma coletividade de atores e de recursos humanos e materiais. E não é formado como um círculo fechado; ao contrário, está em permanente relação com o ambiente exterior.

*Millieu Innovateur* não constitui um conjunto paralisado; diferentemente disso ele é lugar de processos de ajustamentos, de transformações e de evoluções permanentes. Esses processos são acionados, de um lado, por uma lógica de interação, e, de outro, por uma dinâmica de aprendizagem. A lógica de interação é determinada pela capacidade dos atores de cooperarem entre si em relações de interdependências, principalmente pelo sistema de redes de inovação. A dinâmica de aprendizagem, por sua vez, traduz a capacidade dos atores de modificar seu comportamento em razão do ambiente externo que os cerca. Desse processo de aprendizagem nascem conhecimentos, tecnologias.

Portanto, de acordo com Maillat (apud AMARAL FILHO, 2001), os atores de uma determinada região devem estar atentos às transformações que ocorrem em sua volta, tanto no ambiente tecnológico quanto no mercado, para que evoluam e transformem o seu ambiente a fim de evitarem um possível fracasso de seus processos produtivos e/ou tecnologias (defasadas) e conseqüentemente o declínio econômico do *millieu*.

Os atores também devem saber reorganizar o aparelho produtivo através da mobilização do conhecimento e dos recursos. Neste processo, de acordo com

Amaral Filho (2001: 275), é essencial que os atores locais tenham capacidade de interação, segundo as regras de cooperação/concorrência e a dinâmica de aprendizagem, desde que se trabalhe sempre com o estoque de experiências acumuladas.

### 3.2.2.3 *Cluster*

O conceito de *cluster*, segundo Amaral Filho (2001: 276) traz consigo idéias semelhantes ao conceito de pólo de crescimento (por Perroux). Entretanto, essa semelhança é aperfeiçoada com a adição de elementos como:

(i) articulação sistêmica da indústria com ela mesma, com o ambiente externo macroeconômico e infra-estrutural, e com as instituições públicas e privadas, tais como universidades, institutos de pesquisa, etc., a fim de maximizar a absorção de externalidades; (ii) plasticidade na ação conseguida via uma forte associação entre a indústria, os atores e os agentes locais, que permita processos rápidos de adaptações em face das transformações do mercado; e (iii) forte vocação externa, sempre buscando o objetivo da competitividade exterior.

A idéia central é, conforme Amaral Filho (2001), a de criar, numa determinada localização geográfica, um aglomerado<sup>7</sup> de indústria-chave que promova o desenvolvimento da região, por meio da mobilização entre os agentes dessa região. De acordo com Silva (2004) torna-se essencial para os *clusters* um alto grau de produtividade oriundas da moderna gestão das empresas, o que é influenciado pelas condições dos ambientes empresariais locais vinculados aos diferentes clusters. Este entendimento dado por Silva (2004) baseia-se nos estudos sobre aglomerados, por Michael Porter (1999: 217), quando diz que

---

<sup>7</sup> Aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos, Os aglomerados assumem diversas formas, dependendo de sua profundidade, sofisticação, mas a maioria inclui empresas de produtos e serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas de setores correlatos. Os aglomerados geralmente também incluem empresas em setores a jusante (ou seja, distribuidores ou clientes), fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infraestrutura especializada, instituições governamentais e outras, dedicadas ao treinamento especializado, educação, informação, pesquisa, suporte técnico (como universidades, centro de altos estudos e prestadores de serviços de treinamento vocacional), e agências de normatização. Os órgãos governamentais com influência significativa sobre o aglomerado seriam uma de suas partes integrantes. Finalmente, muitos aglomerados incluem associações comerciais e outras entidades associativas do setor privado, que apóiam seus participantes. Michael Porter (1999: 211).

[...] os aglomerados se alinham melhor com a natureza da competição e com as fontes de vantagem competitiva. Mais amplos do que os setores, eles captam importantes elos, complementaridades e “extravasamentos” ou efeitos colaterais, em termos de tecnologia, qualificações, informação, marketing e necessidades dos clientes que transpõem as empresas e os setores. [...] essas conexões são fundamentais para a competição, para a produtividade e, sobretudo, para o direcionamento e velocidade da inovação e da formação de novas empresas.

### **3.2.3 A importância do turismo como pólo de desenvolvimento regional**

Segundo Cunha (2005) desde a década de 1980, o turismo tem se tornado o segundo maior setor global. A importância desta atividade em uma economia depende, basicamente, conforme Rabahy (2003), de suas condições naturais e econômicas como: a existência de atrativos turísticos, de infra-estrutura urbana, de equipamentos turísticos e a acessibilidade ao mercado consumidor.

Conforme vimos na Tabela 23 (p. 83), a atividade turística tem papel importante nas economias nacionais, em especial nos países em desenvolvimento. Rabahy (2003) menciona que o turismo reflete seus efeitos na produção, no emprego, no balanço de pagamentos, no setor público, no desenvolvimento regional, na distribuição de renda, nos preços, no câmbio e na moeda. De acordo com Rabahy (2003) e o Ministério do Turismo (2004), os recursos gerados pelo turista (efeitos indiretos) circulam a partir dos gastos praticados nos hotéis, nos restaurantes, nos bares, nas áreas de diversões e entretenimento, comércio, empresas de transporte e uma série de outros ramos de produção de bens e serviços. Esses efeitos indiretos geram salários e rendas para os diversos setores envolvidos.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT - apud CUNHA, 2005), “o turismo é um setor que favorece o desenvolvimento local porque gera trabalhos, aumenta a renda dos trabalhadores e estimula investimentos importantes com as oportunidades de novos negócios”.

Portanto, afirma-se que a inserção do turismo em determinada economia é visto como uma das alternativas de geração de emprego e renda para muitos municípios e/ou regiões. Além disto, esta atividade estimula outras atividades

econômicas (efeito multiplicador), beneficiando não só as comunidades, mas também os governos por meio da arrecadação de impostos. Sendo assim, se houver a aglomeração desta atividade na microrregião Pólo Caparaó, caracterizada como um *cluster* (turístico) e desenvolvida pelo modelo endógeno, poderá contribuir para o desenvolvimento regional.

### 3.2.4 O *cluster* turístico como alternativa para o desenvolvimento regional

Um *cluster* econômico pode ser definido, segundo Silva (2001: 88), como:

um agrupamento de empresas líderes geradoras de riqueza através da comercialização de produtos e/ou serviços competitivos em mercados estratégicos, apoiadas por uma rede de provedores de insumos e serviços, com todo o agrupamento sendo apoiado por organizações que oferecem recursos humanos capacitados, tecnologia, recursos financeiros, infraestrutura física e um clima de negócios que propiciam os investimentos e os novos negócios.

A concepção sobre *cluster* turístico, pode ser visto, de acordo com Cunha (2005) como um *cluster* que adota características específicas, com produtos ligados à realidade da localidade e ações conjuntas de firmas aglomeradas voltadas para a atividade turística da região. Vale a ressalva que neste ambiente de aglomeração, representada, segundo Mamberti e Braga (2004), pelas redes de empresas ligadas pela mesma cadeia produtiva, fortemente interdependentes e intensamente articuladas, há a existência de troca de informações e experiências entre empresas, vantagens competitivas em coletividade (economias de escala), identidade sócio-cultural e cooperação entre os atores locais.

A rede de cooperação entre empresas do turismo viabiliza, segundo Lins (2000), Amaral Filho (2001) e Cunha (2005) a eficiência coletiva, o desenvolvimento de economias externas, novos modelos de desenvolvimento, novos métodos de produção, inovações tecnológicas, troca de informações, entre outras vantagens.

A concentração (aglomeração ou *cluster*) revela, segundo Thomazi (2006), a presença de pessoal, de serviços e insumos especializados transformados em vantagem. Esse determinante da localização em *clusters* de turismo é, conforme

Thomazi (2006), usualmente representado nos inventários turísticos pela demonstração de recursos, insumos, serviços e pessoal especializado. De acordo com Thomazi (2006: 65)

às vantagens do acesso a insumos e a pessoal especializado, soma-se o acesso à informação no aglomerado, como outro determinante da localização. O acesso à informação técnica, de mercado e sobre áreas especializadas está concentrado no aglomerado por meio dos operadores do sistema, das empresas e das demais instituições locais. [...] O aumento da produtividade é um dos resultados dessa vantagem...[...] a dinâmica do fluxo, a circulação ou o compartilhamento de informação são viabilizados pelos elos de proximidade física e de relacionamentos.

Portanto, devido às características do *cluster* turístico, este se torna um modelo de desenvolvimento regional favorável ao fortalecimento da economia local, à geração de trabalho e renda, podendo reduzir as desigualdades sócio-econômicas da região através da capacitação e absorção dos atores locais. Entretanto, para se obter o desenvolvimento esperado há que planejar adequadamente o turismo. Segundo Mamberti e Braga (2004), o planejamento deve promover o equilíbrio entre a eficiência do crescimento econômico, igualdade na distribuição social dos recursos e respeito às limitações ambientais, pois só o crescimento do turismo não significará geração de benefícios ao local. A falta de planejamento pode ocasionar, segundo Mamberti e Braga (2004) e Cunha (2005) impactos negativos à comunidade local. O Quadro 4, a seguir, compara impactos positivos e negativos que podem ocorrer quanto ao desenvolvimento do turismo em uma determinada localidade.

Área	Impactos potenciais positivos	Impactos potenciais negativos
Economia	Receitas, empregos, nível de vida da população local, atração de investimentos.	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infra-estruturas necessárias.
Turismo e comércio	Reconhecimento da região, novas infra-estruturas, maior acessibilidade.	Preços mais elevados, desenvolvimento descontrolado do comércio local.
Sociedade e Cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições locais.	Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abusos de drogas e álcool).
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro.	Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidades por dificuldade de comunicação.
Política e Administração	Desenvolvimento local integrado	Mau planejamento, segregação sócio-espacial
Meio Ambiente	Novas infra-estruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável.	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos.

**Quadro 4.** Impactos do turismo

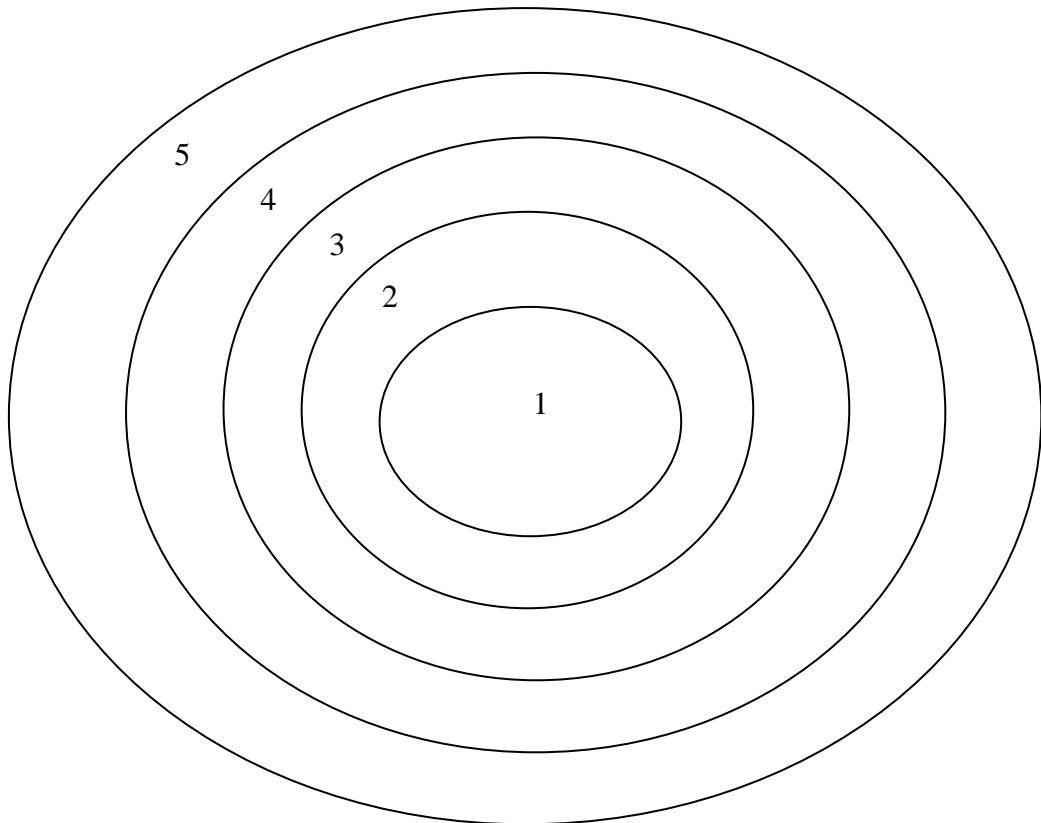
Fonte: Droulers e Milane (apud MAMBERTI E BRAGA, 2004).

Considerando que nem todas as regiões têm condições adequadas para o desenvolvimento do turismo, se faz necessário, segundo Mamberti e Braga (2004) identificar, organizar e articular a sua cadeia produtiva para fazer-se uma análise sistêmica. Cunha (2005: 52) destaca que para uma região ser adequada ao desenvolvimento turístico, esta deveria ter

características culturais, físico-naturais e sociais que definem sua identidade, acessibilidade para infra-estrutura, supra-estrutura (acomodação, restaurantes, transporte, etc.) para garantir turismo de alta qualidade, localização estratégica próxima de lugares de onde os turistas vêm, atrações turísticas suficientes para atrair os turistas e sustentar a atividade econômica.

### 3.2.4.1 Estrutura do *Cluster* Turístico

Segundo Barbosa e Zamboni (2000), o mapeamento do arranjo produtivo turístico ou *cluster* turístico pode ser feito a partir de cinco anéis concêntricos que descrevem a posição ocupada por cada um dos atores e as correlações que eles estabelecem entre si, conforme a Figura 2.



**Figura 2.** Anéis concêntricos do *cluster* turístico  
 Fonte: Adaptado de Barbosa e Zamboni (2000: 14)

De acordo com a Figura 2, os anéis concêntricos são compostos dos seguintes elementos, segundo Barbosa e Zamboni (2000):

- Anel 1(epicentro): Atrativos turísticos;
- Anel 2: Infra-estrutura turística (hotéis, agências de turismo, guias, comércio turístico, alimentação e transporte);
- Anel 3: Instituições de apoio local (órgãos do poder público local e associações de classe);
- Anel 4: Instituições de apoio supralocal (Instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos federais e estaduais que atuam na área do turismo e meio



ambiente, organizações paraestatais voltadas para a capacitação empresarial e a qualificação de trabalhadores, ONGs);

- Anel 5: Constitui o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o turismo, englobando todo o meio urbano, o meio rural e a estrutura de competência supralocal.

Em relação ao epicentro (anel 1) se faz necessário realizar um inventário turístico, identificando todos os atrativos, suas características, a capacidade de carga de cada um, o perfil do público que irá freqüentar e um estudo de viabilidade econômica.

Segundo Mamberti e Braga (2004), quanto aos equipamentos e serviços turísticos (anel 2) é preciso descobrir onde estão localizados, o número de empregos gerados direta e indiretamente por eles e se são permanentes ou temporários, formais ou informais, valor dos salários, impostos e encargos pagos. Em relação aos leitos é essencial: quantificar o número de leitos, classificar os tipos de hospedagens, verificar a taxa de ocupação e número de diárias. No setor de alimentos e bebidas deve-se conhecer a quantidade de estabelecimentos e de onde vêm os produtos. Deve-se conhecer o grau de conhecimento das agências de turismo e dos guias turísticos.

Em relação ao terceiro anel, Mamberti e Braga (2004) mencionam que

é nesse ambiente institucional que são definidas as diretrizes de base local para o planejamento do turismo e a eficácia dos planos e estratégias dependem de objetivos e interesses comuns e do grau de coesão social e política dos atores atuantes nesse processo. É nessa esfera que é possível constatar se a prefeitura possui um plano de ordenamento para as atividades turísticas e um plano diretor para a cidade.

O quarto anel refere-se a instituições estaduais e federais. De acordo com Mamberti e Braga (2004), essas instituições possuem papéis importantes como: formulação e implementação das políticas de turismo (EMBRATUR); preservação ambiental (IBAMA); capacitação e suporte (SENAC e SEBRAE); ensino superior (faculdades); e outras ações promovidas por Organizações Não Governamentais (ONG's).

Em relação ao último anel, temos a estrutura de acesso. Segundo Mamberti e Braga (2004), deve-se caracterizar o cenário aonde ocorre o turismo, apresentando dados sobre saúde e educação, porcentagens da população urbana e rural, índices de cobertura das infra-estruturas e qual é a atividade produtiva dominante no meio rural.

De acordo com Mamberti e Braga (2004: 8)

através da avaliação da cadeia produtiva do turismo é possível localizar o estágio de desenvolvimento do arranjo produtivo e identificar as potencialidades e os pontos que estão prejudicando uma integração competitiva. Esse diagnóstico fornece instrumentos para a criação de ações estratégicas que fomentem soluções para as fragilidades detectadas, desafio que cabe tanto ao setor público quanto à iniciativa privada.

### 3.3 CONCLUSÃO

O segundo capítulo da dissertação possibilitou conhecermos a evolução histórica do setor de serviços, bem como o crescente grau de importância nas economias mundiais, seja no seu modo de contribuição ao setor manufatureiro, ou na sua própria contribuição direta na geração de empregos (formais e informais) e renda. O entendimento do setor de serviços concedeu um arcabouço teórico para, após a exposição teórica da atividade do turismo, entendermos o porquê desta atividade econômica, classificada como geradora de empregos (formais e informais) e renda, e considerada efeito multiplicador para as economias locais, ser tão desejada por muitas cidades, regiões e nações.

Ao concluirmos o entendimento da importância desta atividade, a dissertação nos levou à discussão do desenvolvimento local e/ou regional, avaliando a endogenia ou exogenia do desenvolvimento. Neste contexto de desenvolvimento, o turismo foi visto como possibilidade de ser tratado como força motriz para o desenvolvimento regional. Em complemento às possibilidades esboçadas sobre o turismo, foram apresentados meios que pudessem fortalecer o desenvolvimento em uma microrregião. Neste caso, discutimos a estrutura de *cluster* turístico como fator relevante para o fortalecimento do turismo na microrregião.

## **4. CAPÍTULO 3 – O *CLUSTER* TURÍSTICO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES)**

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos na pesquisa e análises realizadas. O objetivo é identificar o *cluster* turístico como alternativa de desenvolvimento regional para a microrregião Pólo Caparaó, tendo como um dos pilares o consórcio intermunicipal envolvendo diversos atores dos 10 municípios.

### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesta seção detalhamos os procedimentos metodológicos que foram utilizados no desenvolvimento da dissertação a fim de obtermos os resultados esperados por este trabalho de pesquisa.

#### **4.1.1 Tipo de estudo**

A metodologia de pesquisa adotada se utilizou de descrição das características dos municípios através de bibliografias e dados secundários. Através de estudo de caso, identificamos a infra-estrutura e os recursos naturais de cada município da microrregião, a importância do Consórcio do Caparaó e outras instituições que favorecem a capacitação e desenvolvimento da microrregião. Analisamos os anéis concêntricos de um *Cluster* turístico verificando a possibilidade deste modelo ser utilizado como indutor do desenvolvimento da microrregião Pólo Caparaó.

#### **4.1.2 Cenário de estudo**

O estudo se realizou na Microrregião Pólo Caparaó (ES), localizado na Macrorregião Sul do Espírito Santo, que por sua vez se subdivide em duas microrregiões: O Pólo Cachoeiro e o Pólo Caparaó.

#### **4.1.3 Sujeitos da amostra**

Os sujeitos selecionados para entrevista foram os secretários de turismo das prefeituras locais.

#### **4.1.4 Instrumentos**

Aos secretários de turismo, foi aplicado um questionário (anexo II), com a finalidade de avaliarmos o grau de preparação técnica das secretarias, seus planos e ações existentes, bem como ter uma percepção do nível de envolvimento entre os diversos atores sociais de seus municípios. As perguntas foram elaboradas pelo próprio autor, baseados em leituras e conhecimentos adquiridos através de acervos bibliográficos e convivência na microrregião (residência em um dos municípios por 2 anos).

#### **4.1.5 Coleta e análise de dados**

A coleta de dados se realizou por meio da busca de dados sócio-econômicos dos municípios que formam a Microrregião. Os dados analisados foram: o volume de emprego formal e o número de estabelecimentos voltados para as atividades ligadas ao turismo – coletado no site do Ministério do Trabalho (Governo Federal); o PIB (Produto Interno Bruto) – composição setorial classificados de acordo com a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e a base econômica dos municípios, utilizando como fonte o IPES (Instituto de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento Jones do Santos Neves), avaliando com maior peculiaridade o setor de serviços, identificando a sua contribuição para o desenvolvimento da região entre o período de 1991-2004; Tamanho e evolução da população no período 1991-

2004, coletados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); e o nível de instrução da população e os indicadores da saúde.

Como fonte de dados também foi adotado a pesquisa realizada pela SEDETUR, nos períodos de baixa (2005) e alta temporada (2006), na microrregião Pólo Caparaó. E o estudo publicado em 2006 pela Agência 21, patrocinado pela Companhia Vale do Rio Doce – Programa Vale Mais.

## 4.2 O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ

### 4.2.1 A vocação turística da microrregião Pólo Caparaó (ES)

O homem habita dois mundos. Um é o mundo natural das plantas e dos animais, dos solos, do ar e das águas, que o precedeu em bilhões de anos e do qual faz parte. O outro é o mundo das instituições sociais e dos artefatos que constrói para si mesmo com suas ferramentas e máquinas, sua ciência e seus sonhos, para alcançar um meio obediente aos propósitos ou direções humanos.

(WARD E DUBOS, 1972, *apud* BOULLÓN, 2002: 111)

Segundo Boullón (2002), ambos os mundos existem e normalmente estão misturados, com exceção dos espaços com vestígios de natureza virgem e onde os homens construíram suas cidades. Portanto, de acordo com Ward e Dubos (*apud* BOULLÓN, 2002) o espaço terrestre pode ser dividido em espaço natural e espaço urbano. Tanto em um como no outro, distribui-se o espaço turístico<sup>8</sup>, e conseqüentemente, todos os atrativos que o conformam. Ao analisarmos o histórico e as características peculiares de todos os 10 municípios no capítulo 1 observamos que toda a microrregião, sem exceção, possui recursos que podem se tornar atrativos turísticos. Recursos estes que, de acordo com Boullón (2002) podem ser classificados conforme as categorias detalhadas no Quadro 5.

---

<sup>8</sup> O espaço turístico é conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país. (Boullón, 2002: 79).

Categoria	Tipo
1. Sítios Naturais	1.1 Montanhas 1.2 Planícies 1.3 Costas 1.4 Lagos, lagoas e esteiros 1.5 Rios e arroios 1.6 Quedas d'água 1.7 Grutas e cavernas 1.8 Locais de observação de flora e fauna 1.9 Locais de caça e pesca 1.10 Caminhos pitorescos 1.11 Termas 1.12 Parques nacionais e reservas de flora e fauna
2. Museus e manifestações culturais	2.1 Museus 2.2 Obras de arte e técnica 2.3 Lugares históricos 2.4 Ruínas e sítios arqueológicos
3. Folclore	3.1 Manifestações religiosas e crenças populares 3.2 Feiras e mercados 3.3 Música e danças 3.4 Artesanato e artes populares 3.5 Comidas e bebidas típicas 3.6 Grupos étnicos 3.7 Arquitetura popular e espontânea
4. Realizações técnicas, científicas ou artísticas contemporâneas	4.1 Explorações de mineração 4.2 Explorações agropecuárias 4.3 Explorações industriais 4.4 Obras de arte e técnica 4.5 Centros científicos e técnicos
5. Eventos programados	5.1 Artísticos 5.2 Esportivos 5.3 Feiras e exposições 5.4 Concursos 5.5 Festas religiosas e profanas 5.6 Carnavais 5.7 Outros

**Quadro 5.** Classificação dos atrativos turísticos

Fonte: Boullón (2002: 56).

No caso da Microrregião Pólo Caparaó (ES), há a presença do Parque Nacional do Caparaó, cachoeiras, rios, fazendas históricas, manifestações de folclore e eventos programados durante o ano. Alguns destes atrativos poder ser visto pelas figuras a seguir:

### Sítios Naturais



**Figura 3.** Cachoeira da Fumaça, no município de Alegre. Com uma queda de aproximadamente 140 metros, sendo um dos principais atrativos naturais da cidade.  
Fonte: Canal do Turismo (2007).



**Figura 4.** Parque Nacional do Caparaó. Entrada por Dolores do Rio Preto.  
Fonte: Canal do Turismo (2007)

## Museus e Manifestações Culturais



**Figura 5.** Cristo Redentor, no município de Guaçuí.  
Fonte: Canal do Turismo (2007).



**Figura 6.** Igreja Matriz, no município de Alegre. A capela Mor de Alegre começou a ser construída em barro e madeira no ano de 1851, por iniciativa dos primeiros exploradores da região. Oficialmente, as terras do patrimônio de Alegre ficaram sobre responsabilidade da igreja com a condição de que esta doaria as terras à Nossa Senhora da Penha. Em 1868 o corpo da igreja foi edificado e a Capela Mor reparada. Novas ampliações foram realizadas entre 1914 e 1916 e também entre 1953 e 1968. Todas essas reformas resultaram num estilo barroco-gótico. A igreja de Nossa Senhora da Penha possui ainda magníficos vitrais retratando a vida de Cristo e pinturas do Indiano Diwali.  
Fonte: Canal do Turismo (2007).



### Realizações técnicas, científicas ou artísticas contemporâneas



**Figura 7.** Tecnotruta, no município de Ibitirama. Grande criação de trutas em cativeiro no alto da serra do Caparaó, sendo também ponto de referência do turista.  
Fonte: Canal do Turismo (2007).

Os atrativos existentes pela microrregião apontam para o desenvolvimento das atividades de Ecoturismo e Turismo Rural. O Ecoturismo pode ser conceituado por Wearing e Neil (2000: 25) como:

Um turismo moderado, aquele que produz um impacto mínimo no entorno, e interpretativo, em que se perseguem os objetivos relacionados com a conservação, à compreensão e ao apreço pelo entorno e pelas culturas que visitam. É um campo especializado do turismo que supõe viajar às zonas virgens, ou aos territórios onde a presença dos seres humanos é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência do ecoturismo expressa uma motivação explícita consistente em satisfazer a necessidade de educar e conscientizar-se desde o ponto de vista ambiental, social e/ou cultural mediante a visita e a experiência vivida na zona de natureza em estado puro de que se deleite.

De acordo com as idéias de David Western (1999: 18) ecoturismo “é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”.

O turismo no ambiente rural foi implantado, segundo estudos de Zimmermann (1996), em Lages (SC), no ano de 1986, com a finalidade de se criar uma alternativa econômica, uma nova fonte de renda ao produtor rural deste município. O turismo rural pode ser definido, de acordo com Zimmermann (1996: 23) como “um produto

que atende a demanda de uma clientela turística, atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo”.

Segundo Zimmermann (1996: 24), o turismo rural tem em seu alicerce duas condições básicas:

- A fixação de objetivos claros quanto a razão da implantação deste produto:
  - Promover a interiorização do turismo;
  - Viabilizar nova fonte de renda ao produtor rural;
  - Resgatar e valorizar a cultura local e regional;
  - Entre outros.
- A aplicação de novas metodologias, nas quais a participação da comunidade e o respeito à realidade local devem ser amplamente considerados.

De acordo com o estudo feito por Zimmermann (1996), o turismo rural deve possuir alguns princípios fundamentais como: identidade própria, autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes, divulgação dos costumes e atendimento familiar. O turismo rural deve ter a finalidade de satisfazer as necessidade de quem oferta, de quem recebe, além de manter suas características naturais e históricas.

Dentro do contexto do ecoturismo, temos os esportes radicais (turismo de aventura) que já vem destacado, no capítulo 1, como oportunidades de exploração em muitos dos municípios. O turismo rural, por sua vez, se destaca pela alternativa de exploração turística, ao invés de utilizar o meio rural tão somente com áreas para pastagens na criação de gado e produção de leite, ou plantios de café. Acrescenta-se que parcelas dessas áreas podem ser aproveitadas para: fabricação de produtos artesanais e caseiros, “pesque-pague”, centros de acampamentos, entre outras formas de exploração que levam as pessoas dos centros urbanos a buscarem refúgios temporários no meio rural.

Mesmo que as propriedades rurais não se voltassem para este público-alvo (turista) diretamente, poderiam estar sendo beneficiadas indiretamente mediante a ocorrência da necessidade de aumento de demandas por insumos agrícolas

(hortaliças, verduras, leite, frutas e outros) para os estabelecimentos de hospedagens e outros participantes da cadeia produtiva que necessitam destes insumos para produzirem seus produtos finais.

#### **4.2.2 Perfil do turista na microrregião Pólo Caparaó**

A SEDETUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo), juntamente com o CONVENTION BUREAU, através da FUTURA, realizou um estudo denominado Pesquisa de Turismo Receptivo nas regiões turísticas do interior do Espírito Santo, no ano de 2005, na baixa temporada, e no ano de 2006, na alta temporada.

O trabalho de campo da baixa temporada ocorreu entre os dias 30 de Novembro e 06 de Dezembro de 2005, enquanto que o trabalho de campo da alta temporada ocorreu entre os dias 28 de Janeiro e 03 de fevereiro de 2006. Em ambas as pesquisas, a seleção dos entrevistados foi realizada nos seguintes locais: Litoral Extremo Norte (Conceição da Barra e São Mateus), Litoral Norte (Linhares e Aracruz), Litoral Sul (Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy), Caparaó (Dores do Rio Preto), Centro Serrana (Santa Teresa, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá), Serrana (Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins). Nos pontos citados foram feitas 584 entrevistas em 2005 e 553 em 2006. A margem de erro desta pesquisa, em ambos os casos, foi de 4,0 pontos percentuais para mais ou para menos, para os resultados gerais, com um grau de confiança de 95%.

Dentre os resultados obtidos pela pesquisa da SEDETUR, apresentaremos os dados referentes ao perfil do turista identificado na microrregião Pólo Caparaó. Os dados serão apresentados por meio de tabelas, fazendo-se uma comparação entre os resultados obtidos na baixa temporada, em 2005, e na alta temporada, em 2006.

Tabela 24 – Faixa etária dos turistas que freqüentaram a Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
18 a 24 anos	21,88%	29,09%
25 a 39 anos	31,25%	30,91%
40 a 59 anos	34,38%	38,18%
60 ou mais	9,38%	1,82%
De 1 até 17 anos	3,13%	-
Total	100%	100%
Idade média	40 anos	37 anos

Fonte: SEDETUR (2006).

Podemos observar através da Tabela 24 que a idade média tem pequena variação, ficando entre 37 a 40 anos. Sendo que em ambos os anos, a faixa etária entre 40 a 59 anos apresenta maior representatividade, respectivamente 34,38% (2005) e 38,18% (2006).

Tabela 25 – Estado de origem dos turistas da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Estado de origem	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Espírito Santo	-	56,36%
Minas Gerais	-	12,73%
Rio de Janeiro	-	25,45%
Outros	-	5,45%
Total	-	100%

Fonte: SEDETUR (2006).

De acordo com a Tabela 25, a maioria dos turistas que visitam a microrregião tem sua origem no próprio estado (56,36%), sendo os fluminenses em segundo lugar (25,45%). Vale fazer a ressalva que, em relação à país, a nacionalidade brasileira ocorreu em 100% dos casos.

Tabela 26 – Renda mensal individual dos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Até 680 reais	34,38%	32,73%
De 681 a 1.360 reais	21,88%	21,82%
De 1.361 a 2720 reais	9,38%	10,91%
De 2.721 a 4.080 reais	3,13%	3,64%
De 4.081 a 5.440 reais	0,00%	7,27%
Acima de 5.440 reais	6,25%	1,82%
Não tem renda	21,88%	16,36%
Não responderam	3,13%	5,45%
Total	100%	100%
Renda individual média	R\$ 1.530,27	R\$ 1502,70

Fonte: SEDETUR (2006).

Verificamos através da Tabela 26 que a renda média mensal na alta temporada (R\$ 1.502,70) é menor do que a baixa temporada (R\$ 1.530,27). O público de maior representatividade na região é quem ganha até 680,00 com 34,38% (2005) e 32,73% (2006). Em seguida, temos, na baixa temporada (2005), os que ganham entre R\$ 681,00 e R\$ 1.360,00 e acima de R\$ 5.440,00, ambos representando 21,88% dos consumidores. Já em 2006, na alta temporada, a renda mensal entre R\$ 681,00 e R\$ 1.360,00 representa 21,82%, enquanto a renda acima de R\$ 5.440,00 representa 16,36%.

Tabela 27 – Com quem os turistas viajaram na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Sozinho	43,75%	56,36%
Em grupo	0,00%	10,91%
Casal	9,38%	5,45%
Com família	43,75%	27,27%
Em excursão	0,00%	0,00%
Outros	3,13%	0,00%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006).

Verificamos através da Tabela 27 que os turistas, na baixa temporada, se dividem em viajar sozinhos (43,75%) e em família (43,75). Entretanto, na alta temporada este comportamento sofre uma alteração. A maioria dos turistas viajam sozinhos (56,36%), enquanto que em família o indicador cai para 27,27%. Podemos

considerar também relevante o indicador em grupos, que não têm qualquer representatividade na baixa temporada, mas que na alta temporada chega a representar 10,91%.

Tabela 28 – Meios de transporte utilizados pelos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Automóvel	9,38%	45,45%
Ônibus	87,50%	52,73%
Avião	0,00%	0,00%
Outros	3,13%	1,82%
NS/NR	0,00%	0,00%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006).

Verificamos pela Tabela 28 que o meio de transporte mais utilizado é o ônibus. Na baixa temporada o ônibus foi utilizado por cerca de 87,5% dos turistas, enquanto que na alta temporada este índice cai para 52,73%. Salientamos que na microrregião não há presença de aeroportos.

Tabela 29 – Meios de hospedagem utilizados pelos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Casa parentes ou amigos	65,63%	58,18%
Apto/casa próprio	0,00%	1,82%
Apto/casa alugado	3,13%	5,45%
Hotel	9,38%	23,64%
Pousada	3,13%	3,64%
Camping	3,13%	3,64%
Apart-hotel residência	0,00%	0,00%
Outro	15,63%	3,64%
NS/NR	0,00%	0,00%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006).

Em relação aos meios de hospedagem utilizados pelos turistas, verificamos na Tabela 29 uma constatação relevante. A maioria se hospedou em casa de parentes ou amigos, sendo cerca de 65,63% na baixa temporada e na alta

temporada caindo para 58,18%. Somando os hotéis e pousadas, em 2005 temos 12,51%, e em 2006 esse indicador cresceu para 27,28%.

Tabela 30 – Gastos com alimentação pelos turistas durante a estadia na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Até 100 reais	43,75%	36,36%
de 101 até 200 reais	0,00%	9,09%
de 201 até 300 reais	0,00%	1,82%
de 301 até 400 reais	0,00%	1,82%
de 401 até 500 reais	0,00%	0,00%
de 501 até 1.000 reais	0,00%	0,00%
de 1.001 até 2.000 reais	0,00%	0,00%
Mais de 2.001 reais	0,00%	0,00%
Não teve gasto	46,88%	43,64%
NS/NR	9,38%	7,27%
Total	100%	100%
Gasto Médio Individual/dia	R\$ 2,38	R\$ 4,36
Gasto Médio Familiar/dia	R\$ 7,14	R\$ 8,72
Gasto Médio Familiar/estadia	R\$ 50,00	R\$ 87,18
% das pessoas que gastam	43,75%	49,09%

Fonte: SEDETUR (2006).

Podemos verificar pela Tabela 30 que cerca de 46,88% dos turistas na baixa temporada não tiveram gastos em alimentação, enquanto que 43,75% gastaram até R\$ 100,00 por estadia. Enquanto que na alta temporada cerca de 43,64% dos turistas não gastaram com alimentação, e 36,36% gastaram até R\$ 100,00 por estadia. Na alta temporada 9,09% dos turistas consumiram entre R\$ 101,00 a R\$ 200,00.

Tabela 31 – Gastos totais dos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Gasto Médio Individual/dia (R\$)	R\$ 20,2	R\$ 32,07
Gasto Médio Familiar/dia (R\$)	R\$ 60,59	R\$ 96,23
Gasto Médio Familiar/estadia (R\$)	R\$ 424,15	R\$ 962,35

Fonte: SEDETUR (2006).

Na análise do total de gastos que os turistas realizaram na microrregião Pólo Caparaó, verificamos que os gastos da baixa temporada se diferem bem dos gastos da alta temporada. Na baixa temporada o gasto médio familiar/estadia foi de R\$ 424,15, enquanto que alta temporada os gastos cresceram para R\$ 962,35.

Tabela 32 – Tempo de permanência dos turistas na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Um dia	25,00%	9,09%
2 dias	12,50%	21,82%
De 3 a 7 dias	34,38%	32,73%
De 8 a 14 dias	12,50%	14,55%
De 15 a 21 dias	3,13%	9,09%
De 22 a 30 dias	9,38%	5,45%
Mais de 30 dias	0,00%	7,27%
NS/NR	3,13%	0,00%
Total	100%	100%
Estadia média	7 dias	10 dias

Fonte: SEDETUR (2006).

Na Tabela 32 temos o tempo de permanência dos turistas. Constatamos que na baixa temporada cerca de 34,38% ficaram entre 3 a 7 dias e em segundo lugar veio o turista que permaneceu apenas 1 dia (25%). Destacamos também os 12,5 % dos turistas que ficaram entre 8 a 14 dias. Quando analisamos a alta temporada, a permanência entre 3 a 7 dias é a que mais se destacou com 32,73%, e a seguir veio a permanência de 2 dias com 21,82% e no período entre 8 a 14 dias temos cerca de 14,55%.



Tabela 33 – Motivo da viagem dos turistas à Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2006 (alta temporada)
Turismo/passeio	21,82%
Negócios/trabalho	14,55%
Descansar	0,00%
Férias	7,27%
Diversão	0,00%
Amigos/parentes	25,45%
Festas	1,82%
Visitar familiares	5,45%
Estudos	9,09%
Saúde	3,64%
Eventos/Congressos/ Convenções/Feiras	0,00%
NS/NR	0,00%
Outros	10,91%
Total	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Não foi realizada a pesquisa no ano de 2005.

Na Tabela 33 temos o motivo de viagem dos turistas. Entretanto, não foi realizada a pesquisa deste item na baixa temporada. Podemos verificar que 25,45% viajaram por motivos de amigos/parentes, 21,82% por motivos de turismo/passeio e 14,55% visitaram a microrregião por motivos de negócios/trabalho.

Tabela 34 – O que mais atraiu o turista na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Atrativos naturais	6,25%	5,45%
Tranqüilidade	15,63%	12,73%
Pessoas	21,88%	12,73%
Família	-	16,36%
Clima	-	3,64%
Festas	-	1,82%
A hospitalidade	-	9,09%
Manifestações Populares	0,00%	0,00%
O lugar	-	1,82%
Beleza da cidade	-	3,64%
Limpeza	-	1,82%
Atrativos históricos	0,00%	1,82%
Cidade pacata	-	5,45%
Culinária/Restaurantes	0,00%	0,00%
Bares/boates	0,00%	0,00%
Receptividade	-	1,82%
Nada	25,00%	9,09%
NS/NR/NSA	12,50%	5,45%
Outros	18,75%	25,45%

Fonte: SEDETUR (2006). O entrevistado neste quesito podia optar por mais de uma resposta. Onde tem marcado um (-) é porque estes itens não foram assinalados na resposta.

Através da Tabela 34 podemos observar que na baixa temporada 25% não tem um motivo específico para visitarem a microrregião. A opção outros (18,75%) não foi especificada pelos entrevistados, sendo a segunda maior opção em 2005. Podemos perceber também que os turistas estão nestas cidades pelas pessoas (21,88%) e pela tranqüilidade (15,63%). Apenas um pequeno percentual dos turistas se atraíram pelos atrativos naturais (6,25%). Na alta temporada a escolha dos turistas é semelhante. Entretanto, o item que se destaca é a opção outros (25,45%), mas não detalhada pelos responsáveis pela pesquisa. Em seguida temos família (16,36%), tranqüilidade e pessoas, ambas com 12,73%. Os atrativos naturais apresentaram apenas 5,45% e os atrativos históricos 1,82%.

Os resultados a seguir referem-se às avaliações apontadas pelos turistas. Neste caso, a base de entrevistados pode alterar em cada questão, pelo fato de

apenas os turistas que utilizaram determinado tipo de serviço, ou visitaram algum atrativo ou monumento histórico é que tinham como realizar a avaliação.

Tabela 35 – Avaliação dos atrativos naturais da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	28,00%	24,49%
Bom	56,00%	61,22%
Regular	8,00%	10,20%
Ruim	0,00%	2,04%
Péssimo	8,00%	2,04%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 561 (2005) e 535 (2006).

Foi solicitado aos turistas uma avaliação a respeito dos atrativos naturais (montanhas, cachoeiras, paisagens, etc.). De acordo com a Tabela 35, podemos constatar que 56,00% consideraram bom e 28,00% ótimo, na baixa temporada, e 61,22% classificaram como bom e 24,49% como ótimo na alta temporada, o que qualifica bem os atrativos existentes na microrregião.

Tabela 36 – Avaliação dos monumentos históricos da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	0,00%	6,38%
Bom	60,87%	65,96%
Regular	17,39%	21,28%
Ruim	8,70%	4,26%
Péssimo	13,04%	2,13%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 396 (2005) e 388 (2006).

Na avaliação dos monumentos históricos (praças, museus, teatros, centros históricos, etc.), 60,87% dos turistas, na baixa temporada, classificaram como bom e 13,04% como péssimo. Enquanto que 65,96% dos turistas, na alta temporada, classificaram como bom, e 21,28% consideraram como regular.

Tabela 37 – Avaliação da hospitalidade praticada na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	31,03%	30,91%
Bom	41,38%	52,73%
Regular	20,69%	12,73%
Ruim	3,45%	1,82%
Péssimo	3,45%	1,82%
TOTAL	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 568 (2005) e 496 (2006).

Na avaliação sobre hospitalidade, apresentada na Tabela 37, tivemos na baixa temporada, um bom conceito, com 41,38% como bom e 31,03% como ótimo, havendo uma pequena margem entre ruim e péssimo (ambos totalizaram 6,90%). Na alta temporada o índice de satisfação considerado bom aumentou, passando a 52,73%, e 30,91% de conceito ótimo, enquanto o índice de péssimo e ruim decresceu (ambos representaram desta vez apenas 3,64%).

Tabela 38 – Avaliação da hospedagem da Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	0,00%	26,09%
Bom	66,67%	52,17%
Regular	16,67%	17,39%
Ruim	16,67%	0,00%
Péssimo	0,00%	4,35%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 167 (2005) e 198 (2006).

Quanto ao serviço de hospedagem, apresentado na Tabela 38, os dados revelam um ponto relevante. Na baixa temporada temos 66,67% de conceito bom, mas também temos 16,67% de regular e 16,67% de ruim. Enquanto na alta temporada o conceito bom caiu para 52,17%, apareceu o conceito ótimo com 26,09%, o regular aumentou para 17,39% e o ruim desapareceu, mas surgiu o conceito péssimo com 4,35%. Estes dados caracterizam uma certa desqualificação dos serviços prestados em hospedagem, representando um aspecto negativo na avaliação dos turistas ao escolher seu destino de viagem, caso deseje ficar hospedado por mais dias na microrregião Pólo Caparaó.

Tabela 39 – Avaliação da alimentação na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	18,18%	11,43%
Bom	54,55%	62,86%
Regular	18,18%	22,86%
Ruim	9,09%	2,86%
Péssimo	0,00%	0,00%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 584 (2005) e 409 (2006).

A Tabela 39 revela a avaliação feita pelos turistas em relação à alimentação. Podemos observar que, na baixa temporada, 54,55% a consideraram como bom, 18,18% como ótimo, e 18,18% como regular. Na alta temporada o conceito bom cresce para 62,86%, enquanto o conceito ótimo decresce para 11,43% e o regular aumenta para 22,86%. Mas, avaliando em termos gerais, podemos concluir que a alimentação tem um bom índice de satisfação, podendo qualificar mais os serviços prestados a fim de se eliminar o conceito regular e ruim, que apareceram em pequena escala.

Tabela 40 – Avaliação da sinalização turística na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	0,00%	22,22%
Bom	37,50%	11,11%
Regular	12,50%	22,22%
Ruim	0,00%	33,33%
Péssimo	50,00%	11,11%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 295 (2005) e 218 (2006).

Os turistas, para conhecerem os atrativos e monumentos de um município, se orientam por meio das sinalizações turísticas. Estas sinalizações compõem parte da infra-estrutura turística, de responsabilidade do poder público municipal. Na Tabela 60, observamos que, na baixa temporada, 50% dos turistas consideraram a sinalização péssima, 37,5% boa e 12,5% regular. Na alta temporada, 33,33% a consideraram ruim, 22,22% regular, 22,22% ótima e os demais se dividiram entre péssimo e bom. O que podemos concluir é que na microrregião há uma

desqualificação das sinalizações turísticas, sendo necessário uma revisão destes instrumentos.

Tabela 41 – Avaliação do posto de informação turística na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	0,00%	25,00%
Bom	42,86%	0,00%
Regular	14,29%	0,00%
Ruim	0,00%	25,00%
Péssimo	42,86%	50,00%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 584 (2005) e 87 (2006).

Além das sinalizações turísticas, outro meio de informar aos turistas a respeito do município é através do posto de informação turística. Entretanto, semelhante às avaliações das sinalizações turísticas, observamos que de modo geral os turistas não se mostraram satisfeitos com este serviço. Na baixa temporada, o turista ficou dividido, sendo que 42,86% considerou bom e 42,86% considerou péssimo, enquanto 14,29% avaliou como regular. Já na alta temporada a situação se agrava, pois 50% avalia como péssimo, 25% como ruim e 25% como ótimo.

Portanto, percebemos que o posto de informação turístico não tem apresentado bons resultados quanto às expectativas da maioria dos turistas que visitam a microrregião. Podemos acrescentar uma experiência própria, em que estive em algumas das localidades da microrregião (Guaçuí e Dores do Rio Preto), no ano de 2004 e 2005, onde no fim de semana e até mesmo nos feriados, por vezes, o posto de informações turísticas encontrava-se fechado. Normalmente, este posto de informações turísticas encontrava-se aberto durante a semana, em expediente comum ao restante do comércio.

Tabela 42 – Avaliação do transporte público na Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Ótimo	0,00%	4,55%
Bom	37,50%	40,91%
Regular	18,75%	9,09%
Ruim	6,25%	27,27%
Péssimo	37,50%	18,18%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 156 (2005) e 150 (2006).

Na microrregião Pólo Caparaó não há ônibus de linha municipal. Apenas ônibus de linha intermunicipal e interestadual, devido à baixa população local e proximidade das residências aos locais de trabalho, trajeto que, em muitos casos, se faz por meio de bicicletas. Portanto, para transitar entre os municípios, ou se faz de táxi, ou de carro próprio, ou de ônibus intermunicipal, que possui horários regulares, mas são de baixa frequência, o que dificulta o deslocamento do turista pela microrregião.

Através da Tabela 42 observamos que, na baixa temporada, os turistas estão divididos: 37,5% consideraram péssimo e 37,5% consideraram bom, enquanto 18,75% avaliaram como regular e teve 6,25% que pontuaram como ruim, o que aumenta o número de consumidores insatisfeitos em relação ao serviço de transporte. Na alta temporada, 40,91% consideraram como bom, acrescido de 4,55% de ótimo, enquanto 27,27% avaliaram como ruim e 18,18% como péssimo. Neste caso, temos um total de 45,45% dos usuários insatisfeitos com o serviço de transporte e 45,46% de usuários satisfeitos, deixando bem dividido a opinião destes consumidores.

Tabela 43 – Avaliação da localidade Microrregião Pólo Caparaó em 2005-2006

Opções	2005 (baixa temporada)	2006 (alta temporada)
Correspondeu plenamente	37,50%	43,64%
Correspondeu em parte	34,38%	27,27%
Superou as expectativas	6,25%	20,00%
Não correspondeu/ decepcionou	9,38%	5,45%
NS/NR	12,50%	3,64%
Total	100%	100%

Fonte: SEDETUR (2006). Total de entrevistados: 584 (2005) e 553 (2006).

Frente às diversas questões que foram abordadas, os turistas deram um parecer final a respeito da localidade em que ficaram hospedados, mediante as expectativas que foram geradas antes da viagem. A Tabela 43 revela que, dentre os turistas da baixa temporada, 37,5% disseram que o local correspondeu plenamente, para 34,38% correspondeu em parte e apenas 9,38% se decepcionou. Na alta temporada os números melhoram, mostrando que 43,64% disseram que o local correspondeu plenamente, 27,27% correspondeu em parte, 20% superou as expectativas e apenas 5,45% se decepcionaram. Portanto, pode-se dizer que a microrregião apresenta uma imagem positiva aos turistas que freqüentam ou que visitaram o Pólo Caparaó.

#### **4.2.3 Entrevistas com responsáveis pelas secretarias de turismo nos municípios**

Em 16 de agosto de 2006 realizamos contatos telefônicos com os responsáveis pelas secretarias ou divisão de turismo nos municípios. Nas situações em que obtivemos contato com os responsáveis diretos ou pela Secretaria de Turismo explicamos o motivo de nossa entrevista. Na compreensão e aceite dos responsáveis pelas suas secretarias, lhe foram enviados, através de *e-mail*, uma entrevista com perguntas a serem dissertadas por eles. Neste caso, podemos afirmar que foram enviados e-mails para oito secretarias, ficando excluído do contato Divino de São Lourenço, pela alegação da atendente que é difícil falar com o Secretário, pois o mesmo não tem dias e horários certos para estar presente na Secretaria, e a secretaria de Ibatiba, cujo telefone citado no sítio do Governo do Estado não atendia.

Sabendo da importância da participação destes atores no processo de construção do desenvolvimento turístico na microrregião, e, também, de sua importância para enriquecer nosso estudo, fizemos novos contatos, em 23 de agosto de 2006, cobrando as respostas das entrevistas. Neste caso, somente conseguimos falar com 6 secretarias, ficando de fora, nestes dias, as secretarias de Alegre, Lúna e Ibatiba. Novamente não foi possível encontrar o Secretário de turismo de Divino de São Lourenço.



No dia 12 de setembro, contatamos as secretarias remanescentes, donde conseguimos falar com Irupi, Iúna e São José do Calçado. Em Irupi, a sub-secretária de educação comentou que tentaria responder às questões, mesmo porque a secretaria de educação é quem responde pelo turismo. E no dia 13 e 14 de setembro, enfim, conseguimos falar com o setor de turismo de Ibatiba, mas, infelizmente, não conseguimos falar com os secretários desta secretaria, e devido ao tempo findado por nós, resolvemos não entrar mais em contato, deixando em evidência aqueles que deram atenção e fizeram questão de responder às nossas questões, que colaboram diretamente para a percepção sobre o desenvolvimento turístico na microrregião Pólo Caparaó.

As questões que foram abordadas às secretarias, voltadas para o turismo, se encontram no anexo II. Algumas das respostas obtidas estão reproduzidas na íntegra no anexo III. A seguir apresentaremos uma síntese das respostas que foram obtidas em entrevista às secretarias.

#### *Dores do Rio Preto*

A prefeitura municipal, em 2006, está a cargo do Sr. Carloman Bastos Soares. As informações descritas, em síntese, foram cedidas pela Diretora municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Sra. Josiane Guedes Gomes, em 24 de agosto de 2006.

Quando questionada sobre as contribuições do turismo para o município ela respondeu que:

“Com grande potencial turístico o município foi contemplado no ano de 1998 com abertura da Portaria Capixaba do Parque Nacional do Caparaó, acesso este que leva ao Pico da Bandeira, o 3º mais alto do Brasil com 2.892 metros de altitude. Esta abertura, trouxe a expectativa de um novo modelo de vida voltado para Eco e Agroturismo. Hoje, as comunidades, principalmente de pequenos produtores “Motivados” e organizados, buscam capacitação e reivindicam condições para que possam participar de forma efetiva deste novo processo de desenvolvimento, criando alternativas de renda familiar. A atividade do Agroturismo é uma forte parceria do Agricultor, concretizando - se como instrumento contra o êxodo rural, valorizando o trabalho da mulher, dos jovens, melhorando os serviços e estruturas oferecidas pelas propriedades rurais e também o incentivo a diversificação da agricultura, o resgate cultural e culinário do município.

Ela afirmou que o município já vem colhendo frutos do turismo. Josiane fez a consideração de que o turista visita Dores do Rio Preto devido às suas belezas naturais, com várias cachoeiras de águas Cristalinas, e devido ao Parque Nacional do Caparaó, sendo este o maior atrativo do município. E, em relação ao planejamento, inventários e ações voltadas para o turismo e o tipo de turismo, ela abordou os seguintes pontos (vide o conteúdo na íntegra, no anexo III):

- Programa de Estruturação de Oferta Turística;
- Programa de Melhoria de Oferta Física e Serviços Públicos;
- Programa da Formação Profissional;
- Programa de Promoção;
- Programa de marketing Interno.

Abordada à respeito do Consórcio Intermunicipal do Caparaó, ela se posicionou dizendo que o Consórcio do Caparaó é um dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento sustentável da região, fomentando e orientando as ações por meio de projetos que beneficiam toda a região, gerando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida de toda a população.

Segundo Sra. Josiane, as instituições que têm apoiado o município no desenvolvimento turístico têm sido o SEBRAE, o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o Senac, empresas privadas, faculdades e a comunidade local. As contribuições ocorrem na forma de capacitações, feiras, seminários, visitas técnicas, entre outras. A diretora de turismo afirmou que tanto a população quanto o empresariado têm se interessado pelo turismo. E a prefeitura, para aproximar as partes, vem criando um espaço onde produtores e possíveis fornecedores possam interagir, promover trocas de informações e ter acesso a novas tecnologias.

Entretanto, ainda há entraves no município que dificultam o desenvolvimento turístico. Entre eles, foi mencionada a falta de infra-estrutura, tais como: estradas, comunicação, meios de hospedagem e sinalização. E, na tentativa de atrair os turistas que circulam pela região, o município de Dores do Rio Preto tem buscado valorizar o projeto Cama e Café (alternativa de hospedagem, com oferta de serviços

de cama e café da manhã, propondo aos visitantes uma volta ao passado, interação com o cotidiano rural, passeios pela propriedade e uma boa prosa ao lado do fogão à lenha). Além disto, o município está investindo em festas culturais e religiosas durante o ano, e em festas típicas como a Festa do Milho Verde (gastronomia).

Para se lançar como “cidade-turística”, o município de Dores do Rio Preto tem realizado divulgações através de jornal, rádio e tem apostado na famosa divulgação “boca a boca”. De acordo com Sra. Josiane, a maioria dos turistas que freqüentam o município são da Grande Vitória (região metropolitana do Espírito Santo). O município ainda está em fase de desenvolvimento de sua infra-estrutura básica e da infra-estrutura turística. Existem alguns projetos em fase de implementação, mas ainda de forma tímida. Segundo a Diretora, a população acredita neste *boom* do turismo como forma a gerar emprego e renda. A entrevistada não mencionou a respeito da necessária capacitação profissional dos atores locais para atuar nesta atividade.

### *Guaçuí*

A prefeitura municipal, em 2006, está a cargo do Sr. Luciano Machado. As informações descritas, em síntese, foram cedidas pelo Superintendente de Turismo, Sr. Paulo Sérgio da Silva, em 28 de agosto de 2006, que atua na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMUCT).

Para Paulo Sérgio da Silva, o turismo tem muito a acrescentar para o município no que se refere a geração de emprego e ao crescimento da economia local. Para ele, o município se beneficia pela rede hoteleira que possui, pelo forte comércio e pelos empreendimentos na área da saúde. Além de ser caminho para o Parna Caparaó.

O superintendente afirmou que não há existência de planejamento turístico para o município e que o mesmo deverá ocorrer com o PDM (Plano Diretor Municipal). Adianta que foi feito um inventário turístico e a prioridade das ações estão voltadas para as infra-estruturas locais que favoreçam o desenvolvimento

turístico. A secretaria tinha em mente o turismo de eventos e negócios, mas passaram a focar também o agroturismo, o turismo de aventura e o ecoturismo.

O consórcio do Caparaó é visto como uma entidade que obtém recursos e planejamento para o desenvolvimento da região, e outras instituições como Embratur, Mtur (Ministério do Turismo), Sedetur, Sebrae, Bandes, Samarco e outros, contribuem com investimento, planejamento e treinamento.

Fato relevante mencionado na entrevista é de que a população não acredita no turismo como uma oportunidade econômica, mesmo mediante às capacitações promovidas pela própria prefeitura. E, como principal falha, o superintendente aponta para a falta de organização interna dos atrativos. Para atrair os turistas que circulam pela região, ele menciona que os municípios estão melhorando os acessos, qualificando a mão-de-obra e buscando oferecer seus atrativos. Todos estão trabalhando para concluir a Rota Turística do Caparaó, que deve ser lançada, em outubro de 2006, pelo governo do estado. E para que o município seja mais conhecido, estão divulgando-o em *sítes*, jornais e revistas especializadas.

A SEDETUR tem contribuído através da criação da Rota Turística do Caparaó. Outras instituições, que já foram mencionadas, contribuem para a capacitação de profissionais, e, especificamente no município de Guaçuí, há a presença de uma faculdade voltada para a formação de administradores especializados em empreendimentos turísticos.

### *Ibitirama*

A prefeitura municipal, em 2006, está a cargo do Sr. Paulo Lemos Barbosa. As informações descritas, em síntese, foram cedidas pela Secretária de Turismo, Sra. Odineir Borel César, em 29 de agosto de 2006.

Para a Secretária de Turismo do município, o turismo pode ser considerado como uma grande vocação econômica, devido às belezas naturais e a localização geográfica. Mas ainda se precisa planejar o turismo no município, bem como incentivar a iniciativa privada a investir neste segmento. O fluxo turístico ainda é considerado baixo. O que se destaca no local, e que desperta o interesse dos

turistas, é a Tecnotruta (maior criadora de trutas em cativeiro no país), que possui um restaurante, chamado Toca, para degustar as trutas; além do município possuir um dos portais para a subida ao Pico da Bandeira.

O município tem inventário turístico, e aos poucos estão planejando as ações voltadas para o turismo. A prefeitura investiu em paisagismo, construção de praças, calçamento de ruas, sem acabar com as características bucólicas da cidade e sem agredir o meio ambiente. A secretária acredita que o agroturismo e o turismo de aventura são os mais adequados para o município.

Quanto às instituições que colaboram para o desenvolvimento turístico, o Consórcio do Caparaó foi mencionado como de grande importância devido a assinatura do convênio com o governo estadual para elaboração do Plano Diretor Municipal; o SEBRAE e o SENAR foram citados como instituições voltadas para a capacitação e a sensibilização da comunidade local. Mas, apesar da sensibilização e da tentativa de conscientização sobre esta atividade econômica, ainda há uma baixa adesão da comunidade local quanto a se acreditar na potencialidade turística do município.

O município apresenta baixa capacidade de hospedagem e há apenas dois estabelecimentos de alimentação, sendo um localizado num distrito de Ibitirama. A imagem turística de Ibitirama é veiculada em TV regional, e a secretária aponta como falha do Consórcio do Caparaó a não veiculação de propaganda em rede nacional. O município, aos poucos, vêm realizando cursos de capacitação profissional, como cozinheiros e garçons, e tem buscado o desenvolvimento de infra-estruturas, tanto básicas quanto turísticas, de modo que possa criar uma imagem positiva e conquistar turistas para sua localidade.

### *Íluna*

A prefeitura municipal, em 2006, está a cargo do Sr. Rogério Cruz Silva. As informações descritas, em síntese, foram cedidas pela Secretária de Cultura e Turismo, Sra. Neusa Jordem Possatti, em 12 de setembro de 2006.

De acordo com a secretária, há um otimismo em torno desta atividade, mas os resultados ainda são pouco expressivos. Os turistas que visitam a cidade tem como pontos principais de visitação Água Santa<sup>9</sup>. Ela destaca que o turismo que se desponha na localidade é o turismo religioso. Já foi feito um inventário turístico por eles, inclusive registrado pela SEDETUR.

Em relação ao Consórcio do Caparaó, ela faz referência à sua importância enquanto órgão planejador. E, quanto às instituições que apóiam a localidade, foi mencionado o SEBRAE (capacitação e sensibilização da população) e a Companhia Vale do Rio Doce, por sua contribuição ao viabilizar os estudos sobre a região, planejando a região para o futuro.

Como em outros municípios, a secretária de cultura e turismo afirma que tanto o empresariado quanto a população em geral não têm se sensibilizado para o desenvolvimento turístico. A prefeitura tem realizado palestras e oficinas para reverter este quadro, acreditando em especial no programa Cama e Café. Acrescenta-se, aos pontos negativos, as estradas ruins e a má sinalização da região.

Para incentivar o turismo na região, ela cita a inauguração da entrada para o Pico da Bandeira pelo lado capixaba, e acredita na potencialidade do Cama e Café. A divulgação tem sido feita em TV (Vitória e Gazeta Sul), e a SEDETUR está preparando o lançamento oficial da Rota Caparaó a nível nacional. O município, de acordo com a secretária entrevistada, ainda não possui profissionais qualificados. As únicas oficinas que têm ocorrido dizem respeito ao programa Cama e Café. Ela acredita que os cursos de aperfeiçoamento devem começar a acontecer assim que o turismo se desenvolver pela região.

---

<sup>9</sup> Local de peregrinação religiosa. Neste local existe a pedreira com uma fonte, cuja água é dita como milagrosa capaz de curar as pessoas. Há também uma outra pedra com um “fenda” bem estreita, que de acordo com a crença local, aquele que passar pela fenda três vezes tem seus pecados perdoados. No dia 13 de cada mês é realizada uma celebração religiosa no local.

#### 4.2.4 Análise estrutural de *cluster* turístico na microrregião Pólo Caparaó

Utilizando os anéis concêntricos do *cluster* turístico proposto na Figura 2 (pág. 103), mapeamos a microrregião Pólo Caparaó visando identificar a existência dos elementos em cada um dos anéis. Sendo assim temos no primeiro anel (epicentro) os atrativos naturais (cachoeiras, montanhas, patrimônios históricos e áreas rurais). Todos os municípios possuem esses atrativos, inclusive, já inventariados pela SEDETUR em 2005.

No segundo anel, que envolve a infra-estrutura turística (hotéis, agências de viagens, guias, comércio turístico, alimentação e transporte), identificamos a existência de estabelecimentos voltados para a atividade de hospedagem (hotéis, pousadas, dormitórios e chalés) em alguns municípios. De acordo com o sítio Portal do Caparaó (2006) e o sítio Onde Hospedar (2006), há um total de 38 estabelecimentos de hospedagens. A Tabela 44 mostra a quantidade de hospedagens nos municípios da microrregião.

Tabela 44 – Número de hospedagens na microrregião Pólo Caparaó em 2006

Municípios	Hospedagens (hotéis, pousadas, dormitórios e pensões)	Camping
Alegre	9	2
Divino de São Lourenço	3	0
Dores do Rio Preto	11	2
Guaçuí	6	0
Ibatiba	2	0
Ibitirama	2	0
Irupi	0	0
Lúna	2	0
Muniz Freire	2	0
São José do Calçado	1	0
Total Microrregião	38	4

Fonte: Sítio Portal do Caparaó (2006) e Sítio Onde Hospedar (2006). Acessos em 24 de agosto e 9 de setembro de 2006.

Verificamos através da Tabela 44 que apenas o município de Irupi não possui qualquer estabelecimento de hospedagem ou área para *camping*. Outra

possibilidade de hospedagem com preço reduzido são os albergues. Opção esta ainda não explorada pelos empresários da microrregião. De acordo com depoimento de alguns dos secretários de turismo, como o da Sra. Odineir, de Ibitirama, há pouca capacidade de hospedagem, o que implica que, mesmo com o número de hospedagens existente atualmente, pode haver poucos leitos (quartos e camas) para atender ao fluxo de turistas que venham a visitar o Pólo Caparaó.

Segundo Vaz (1999: 133) “a estada de um turista em localidade distante de sua origem implica no uso de acomodações que, em maior ou menor escala, com muita ou pouca diferença, contrapõe-se ao hábitat natural do viajante”. Acrescenta-se que o hotel, conforme Vaz (1999: 135), é um local de passagem para descanso, demonstração de status, ou é procurado por alguma razão específica, como: tratamento de saúde, algum festival gastronômico ou para contatos comerciais, sendo um campo neutro de negociações.

Também há presença de estabelecimentos voltados para a atividade de alimentação e bebidas. De acordo com a Tabela 45 podemos ver o número de estabelecimentos, na microrregião, voltados para este setor.

Tabela 45 – Número de estabelecimentos voltados para a atividade de alimentação e bebidas na microrregião Pólo Caparaó no período 1995-2004

Municípios	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Alegre	6	10	7	4	3	2
Divino de São Lourenço	0	1	1	1	0	0
Dores do Rio Preto	2	1	1	2	1	1
Guaçuí	7	7	8	8	8	9
Ibatiba	1	0	0	0	0	0
Ibitirama	0	2	1	1	1	1
Irupi	0	0	0	0	0	0
Lúna	8	7	5	3	2	4
Muniz Freire	5	4	3	3	2	2
São José do Calçado	3	2	2	1	1	1
Total Microrregião	32	34	28	23	18	20

Fonte: MTE/ESTB (2006).



Observamos, pela Tabela 45, que o volume de estabelecimentos voltados para a atividade de alimentação e bebidas decresceu no período 1995-2003, voltando a crescer, timidamente, a partir de 2004, o que demonstra uma baixa movimentação desta atividade, e conseqüentemente pouca procura por parte dos consumidores, que nosso caso poderiam ser os turistas (baixo fluxo).

A microrregião é conhecida pelo seu rico artesanato. Seus produtos locais são demonstrados através de casas de artesanato, feiras e eventos, o que poderíamos classificar como comércio turístico.

Existem falhas nesta infra-estrutura turística. Neste caso, mencionamos o problema de transporte, em que, de acordo com a pesquisa da SEDETUR (2006), 37,5% dos turistas, na baixa temporada, consideraram ruim o transporte, enquanto que na alta temporada este índice foi de 18,18%. Lembramos, conforme já foi mencionado, que na microrregião não existem ônibus de linha municipal, existem apenas linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais, de iniciativa privada, e serviços de taxiamento (Táxis e Vans).

A microrregião Pólo Caparaó é cortada por rodovias federais (BR 262 e 482) e todas as sedes municipais são acessíveis por rodovias estaduais pavimentadas. Entretanto, segundo a Agência 21 (2006), a maioria dos atores locais consideram precário o estado de conservação destas vias. Além disto, outro problema apontado é que o interior destes municípios é interligado com a sede por meio de estradas de terra, e portanto, na época de chuvas, muitas destas estradas ficam interrompidas. Em consonância com a pesquisa da SEDETUR (2006), o estudo também aponta para a deficiência do sistema de transporte intermunicipal. Todos estes fatores são considerados entraves para a integração regional, dificultando o fluxo de bens e pessoas.

Destacamos também o centro de informações turísticas, que, de acordo com a pesquisa da SEDETUR (2006), na baixa temporada, 42,86% dos turistas consideraram como péssimo, e, na alta temporada, este indicador cresceu para 50%, o que revela um despreparo no atendimento aos turistas. Segundo Trigueiro (2001), o turista precisa ter um atendimento diferenciado, os serviços prestados

devem ter qualidade, para que a localidade adquira vantagem competitiva, na busca de manter e conquistar turistas.

A Agência 21 (2006) aponta falhas na comunicação regional, devido à falta de informatização e de acesso à internet nas escolas e a ausência de projetos de inclusão digital.

Ao analisarmos o terceiro anel, onde estão as instituições de apoio local, como órgãos do poder público local e associações de classe, identificamos, inicialmente, as secretarias municipais da prefeitura. Quanto ao fato de uma secretaria abranger mais de uma atividade (esporte, cultura, educação e turismo), não queremos afirmar que isto seja um problema ao desenvolvimento do turismo. Entretanto, analisando cada uma das atividades inseridas em uma mesma secretaria, temos a percepção de que a secretaria está cuidando de pelo menos três atividades diferentes, que necessitam de equipes e gerências para cada segmento, e conseqüentemente, linha de trabalho (planejamento, pesquisa, ações, controles, etc.) distintas.

Nos municípios do Estado têm se desenvolvido os Conselho Municipais de Turismo, constituídos por pessoas do meio público e da iniciativa privada, de modo que mesmo ao trocar a gestão municipal, o processo de desenvolvimento turístico não seja interrompido. De acordo com o Quadro 6, verificamos quais são as secretarias de cada município responsáveis pelo turismo, e qual a situação atual dos Conselhos de Turismo, os Fundos de Turismo e os Planos de desenvolvimento de turismo municipal.

<b>Municípios</b>	<b>Secretarias</b>	<b>Plano de desenvolvimento de turismo municipal</b>	<b>Conselho municipal de turismo</b>	<b>Fundo Municipal de Turismo</b>
Alegre	Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte	Em andamento	Sim, mas não está atuando	Sim
Divino de São Lourenço	Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Agricultura	Não	Não	Não
Dores do Rio Preto	Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Não	Em andamento	Sim
Guaçuí	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Em andamento	Em andamento	Não
Ibatiba	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo	Não	Não	Não
Ibitirama	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo	Sim	Sim, e está atuando	Sim
Irupi	Secretaria de Turismo e Educação	Sim	Não	Não
Lúna	Secretaria Cultura e Turismo	Não	Sim, mas não funciona	Não
Jerônimo Monteiro	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Sem informações
Muniz Freire	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	Em andamento	Em andamento	Não
São José do Calçado	Secretaria Municipal de Turismo	Não	Em andamento	Não

**Quadro 6.** Quadro dos órgãos públicos de turismo dos municípios da microrregião Pólo Caparaó  
 Fonte: SEDETUR (2006). Não há informação a respeito de Jerônimo Monteiro.

## Segundo a SEDETUR (2006), o Conselho Municipal de Turismo

Constitui um espaço sistematizado para planejamento e a viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo. Composto por representantes de entidades públicas, privadas e do terceiro setor da cadeia produtiva do turismo: hotelaria, restaurantes, transporte, profissionais, faculdades, associações de classe e poder público (turismo, meio ambiente, cultura).

De acordo com o governo do estado do Espírito Santo (24 de julho de 2006), a criação do conselho de turismo é uma orientação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado, criado pelo Conselho Estadual de Turismo (CONTURES), sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR). A ação também faz parte da política nacional de turismo. O objetivo de um conselho municipal de turismo é o de criar uma instância local em que sejam norteadas as estratégias do setor, contemplando as necessidades legislativas e de infra-estrutura, além de conscientização e de capacitação das atividades turísticas do município. A função dos conselhos é facilitar o desenvolvimento de ações e parcerias com órgãos federais, estaduais e demais entidades ligadas ao setor e tem papel essencial para a criação de fóruns de discussões do segmento. No Espírito Santo, 40 municípios já criaram seus conselhos, desde 2004.

Mas, percebemos pelo Quadro 6, que apenas o município de Ibitirama possui conselho municipal de turismo atuante. De acordo com a Agência 21 (2006) há diversas formas de participação da sociedade civil ao redor do aparelho estatal, de maneira que permita aos atores locais controlar e acompanhar as políticas públicas, tanto na formulação quanto na implantação das mesmas.

De acordo com os estudos da Agência 21 (2006), há indícios dessa dinâmica social, com criação de conselhos municipais e consórcios intermunicipais, porém, alguns municípios ou não possuem conselhos ou se os têm, estes não são atuantes. Um fato que chama a atenção é quanto ao destaque negativo apontando pela Agência 21 (2006: 70) de que na microrregião Pólo Caparaó “há falta de articulação entre o poder público e as associações de moradores, e há ausência destas em determinados municípios”.

Conforme os estudos da Agência 21 (2006), na região foram identificadas entidades sociais que tinham por finalidade assistência familiar, doação de cestas básicas e oferta de palestras e cursos. Entretanto, há carência em áreas como saúde e assistência técnica, esta voltada para os setores produtivos da sociedade. De acordo com a Agência 21 (2006) grande parte dessas organizações sociais trabalham na promoção de projetos e eventos, em conjunto com outras organizações, o que demonstra potencialidade para a articulação em redes e para a integração das ações. Entretanto, de acordo com a Agência 21 (2006: 97)

As parcerias com a iniciativa privada são pouco freqüentes o que faz com que a maior parte das entidades mantenham um alto grau de dependência do poder público no que tange à sustentabilidade financeira.

As entidades apontam a falta de conhecimento técnico especializado e a precariedade da infra-estrutura física e de acesso à informação como as principais causas para a dificuldade de ampliação de suas atividades.

Cerca de 68% das organizações consultadas não participam de fóruns ou conselhos municipais, o que demonstra a baixa representatividade política e a pouca importância das organizações sociais do território na formulação de políticas públicas.

Segundo a Agência 21 (2006: 104) “um dos pilares do plano de desenvolvimento sustentável do Caparaó Capixaba é a participação aberta de diversos atores sociais”. É o que consideram como uma Gestão Compartilhada. Para reunir a comunidade, a iniciativa privada e o poder público, foi estabelecido que o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da região do Caparaó é que terá o papel de congregar em sua estrutura todos os agentes capazes de transformar a região através da execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a Agência 21 (2006: 104)

Historicamente, o Consórcio vem atuando mais focado na questão ambiental, mesmo porque seu surgimento se deu a partir dos chamados “Fóruns Itinerantes do Entorno do Parque do Caparaó”, que, entre outras coisas, buscavam envolver o poder público e a sociedade civil em torno de uma proposta que garantisse o desenvolvimento econômico e social da região, sempre com o respeito ao meio ambiente.

No entanto, para poder liderar este Plano e atender às demandas que naturalmente surgirão na execução, foi necessário que a entidade passasse por um trabalho de reestruturação interna.

Um dos pontos mais levantados durante esse trabalho foi a necessidade de fortalecer a participação da sociedade civil nos quadros do Consórcio, garantindo maior envolvimento e comprometimento da comunidade beneficiada. Outro ponto levantado é que embora seja importante manter o enfoque ambiental em suas atividades, ele deverá também atuar nas demais áreas definidas pelo estudo, como por exemplo, segurança, habitação, economia, etc.

Analisando a estrutura do quarto anel, temos uma instituição de ensino superior, que oferece a graduação de administração com habilitação em gestão de empreendimentos turísticos, localizada no município de Guaçuí. Como órgãos públicos que apóiam o desenvolvimento, identifica-se a SEDETUR (estadual), o SEBRAE, o SENAR, o SENAC realizando capacitação aos empresários, artesãos e à comunidade em geral, e ONGs que atuam na microrregião e que participam do consórcio intermunicipal do Caparaó.

O governo do estado, através de seu conselho estadual de turismo, elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2025, abrangendo as diretrizes do governo quanto ao desenvolvimento turístico no Estado do Espírito Santo. As estratégias lançadas são de ações regionalizadas, orientadas através de sua participação no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, promovidos pelo Ministério do Turismo do governo federal. De acordo com a SEDETUR (2006), para efeito do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, o Espírito Santo foi dividido em dez regiões, a saber:

- Região do Caparaó;
- Região do Verde e das Águas;
- Região Doce Pontões Capixaba;
- Região Extremo Norte;
- Região das Pedras, Pão e Mel;
- Região dos Imigrantes;
- Região da Costa e da Imigração;
- Região Metropolitana;
- Região Montanhas Capixabas;
- Região Sul.

Em relação ao nosso estudo, destaca-se que a Região do Caparaó não contempla apenas os dez municípios, conforme a microrregião administrativa. Neste conceito, houve a adesão do município de Jerônimo Monteiro, que pertence à microrregião administrativa Pólo Sul.

O quinto e último anel representa o cenário da microrregião, onde citaremos dados a respeito de educação, saúde, população urbana e rural e a base econômica. Em relação à educação, a Tabela 66 demonstrará o percentual da população: não alfabetizada, com ensino fundamental, com ensino médio e com ensino superior.

Tabela 46 – Nível de instrução da população da microrregião Pólo Caparaó no ano 2000

Municípios	(%) Não alfabetizadas	(%) Ensino Fundamental	(%) Ensino Médio	(%) Ensino Superior
Brasil	16,73	63,45	15,55	5,36
Espírito Santo	14,10	61,70	17,64	5,58
Alegre	19,53	61,68	17,19	5,71
Divino de São Lourenço	22,03	75,90	15,69	1,34
Dores do Rio Preto	23,10	73,57	10,93	1,89
Guaçuí	18,11	64,63	15,92	4,12
Ibatiba	22,74	74,24	11,83	1,04
Ibitirama	27,29	79,95	14,19	0,86
Irupi	22,89	82,50	11,29	1,21
Lúna	20,67	76,11	12,02	1,69
Muniz Freire	22,57	72,96	13,81	1,44
São José do Calçado	19,48	59,57	18,19	5,13

Fonte: IBGE (2006).

De acordo com a Agência 21 (2006: 86)

a educação é instrumento básico para a inclusão do cidadão na sociedade, a educação tem sido foco de debate de políticas públicas brasileiras e internacionais. Não há desenvolvimento econômico, e muito menos desenvolvimento social, sem educação.

Analisando a Tabela 46, observamos que o nível de pessoas não alfabetizadas, na microrregião Pólo Caparaó, está acima da média do Brasil (16,73%) e do Estado do Espírito Santo (14,10%), em que o menor índice

apresentado pertence ao município de Guaçuí (18,11%) e o maior índice é de Ibitirama (27,29%). No que se refere ao ensino fundamental, comparando os indicadores em relação à média do Espírito Santo (61,7%), apenas São José do Calçado apresenta um índice menor (59,57%). Os demais, com exceção de Alegre, estão acima da média do Brasil.

No ensino médio, comparando com o nível médio estadual (17,64%), apenas o município de Alegre (17,19%) e São José do Calçado (18,19%) apresentam-se no mesmo patamar. Os demais municípios estão abaixo da média estadual. Note pelos indicadores da Tabela 66, que em relação ao ensino médio, a média estadual era maior que a média apresentada pelo país.

E, finalmente, em relação ao ensino superior, temos que tanto em relação à média do Brasil (5,36%) quanto à do Espírito Santo (5,58%), apenas Alegre (5,71%) e São José do Calçado (5,13%) estão no mesmo patamar. O município de Guaçuí se encontra próximo à média com 4,12%, sendo que os demais municípios não chegam à 2%.

#### Segundo a Agência 21 (2006: 86)

a região do Caparaó conta com uma série de ativos que vão desde a presença de conselhos de educação em todos os municípios à existência de estabelecimentos de ensino superior.

Contudo, são identificados alguns entraves que dificultam a melhoria do quadro educacional da região, como: a falta de uma política educacional específica para a zona rural, a falta de cursos profissionalizantes (que atendam a demanda do mercado e da população e mesmo de formação continuada, pouca valorização do profissional da educação e a precariedade da infra-estrutura de alguns estabelecimentos. Há, contudo, um problema mais básico a ser enfrentado: a alta taxa de analfabetismo.

Em relação à saúde, temos na Tabela 47 dados que revelam o cenário da saúde na microrregião Pólo Caparaó no ano 2002. Segundo a Agência 21 (2006: 84) conhecer a realidade da saúde em um município é importante. Em uma região isso ganha um peso maior, pela capacidade de serem articuladas soluções conjuntas, parcerias, ajuda mútua e processo de cooperação para a solução de problemas em uma área vital.



Tabela 47 – Número de estabelecimentos de saúde e leitos nos municípios da microrregião Pólo Caparaó no período 2002

Municípios	Estabelecimentos	Leitos
Alegre	68	68
Divino de São Lourenço	5	0
Dores do Rio Preto	4	0
Guaçuí	21	80
Ibatiba	13	56
Ibitirama	6	0
Irupi	8	0
Lúna	13	77
Muniz Freire	12	64
São José do Calçado	11	60
Microrregião Pólo Caparaó	161	405

Fonte: IBGE (2006). Estabelecimentos de saúde referem-se a Hospitais, Pronto-Socorro, Postos de Saúde, Clínicas, unidades do Programa Saúde da Família (PSF), entre outros.

Observamos pela Tabela 47 que toda a microrregião possui um total de 161 estabelecimentos e 405 leitos. Mas vale destacar, que dentre todos os municípios, a concentração de leitos está em: Alegre (68), Guaçuí (80), Ibatiba (56), Lúna (64) e São José do Calçado (60), ou seja, em 50% das localidades. Possivelmente os estabelecimentos localizados nos outros municípios, que não possuem leitos, devem estar estruturados com postos de saúde ou com programa saúde da família (PSF), onde a equipe médica visita parcelas da comunidade diariamente, realizando atendimento preventivo de saúde.

De acordo com a Agência 21 (2006: 85) aspectos negativos da região foram identificados, entre os quais podem ser destacados:

a falta de infra-estrutura e pessoal nas unidades de saúde, a não existência de atendimento de alta complexidade, a carência de centros de referência, e a participação pouco efetiva de alguns municípios no Consórcio Intermunicipal de Saúde... [...] Chamam a atenção também alguns pontos preocupantes, como a falta de políticas efetivas para a saúde mental, e temas relacionados à juventude, como a questão das drogas e da gravidez na adolescência.

Outro aspecto negativo a se destacar diz respeito à mortalidade infantil. De acordo com o IPES (2003, apud Agência 21, 2006), entre as microrregiões do

Espírito Santo, a do Caparaó é a que apresenta a maior taxa de mortalidade infantil. Segundo a Agência 21 (2006: 85) as causas da mortalidade infantil estão, na maioria dos casos, ligadas diretamente às condições de pobreza e dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade e de saneamento básico.

Mas a região não apresenta somente fatos negativos. Conforme a Agência 21 (2006: 85), destacam-se positivamente: “a presença dos conselhos de saúde em todos os municípios, o Consórcio Intermunicipal, o Programa Saúde da Família, os agentes de saúde e a distribuição de medicamentos”.

A última análise a ser apresentada é quanto ao local das residências da população, se reside em meio urbano ou meio rural. Neste caso, temos a Tabela 68 que nos revela a distribuição da população nestes meios, de acordo com o censo 2000 do IBGE. Iremos observar que em alguns municípios, a predominância ainda é de população residente no meio rural.

Tabela 48 – População residente por situação urbana e rural na microrregião Pólo Caparaó no ano 2000.

Municípios	Urbano	Rural	População total	% urbano	% rural
Brasil	137.953.959	31.845.211	169.799.170	81,25	18,75
Espírito Santo	2.463.049	634.183	3.097.232	79,52	20,48
Alegre	19.741	11.973	31.714	62,25	37,75
Divino de São Lourenço	1.612	3.205	4.817	33,46	66,54
Dores do Rio Preto	3.185	3.003	6.188	51,47	48,53
Guaçuí	19.192	6.300	25.492	75,29	24,71
Ibatiba	10.596	8.614	19.210	55,16	44,84
Ibitirama	2.610	6.601	9.211	28,34	71,66
Irupi	3.537	6.817	10.534	34,16	65,84
Lúna	13.875	12.237	26.112	53,14	46,86
Muniz Freire	7.211	12.478	19.689	33,62	63,38
São José do Calçado	6.959	3.522	10.481	66,40	33,60
Microrregião Pólo Caparaó	88.518	74.750	163.268	54,22	45,78

Fonte: IBGE (2006).

Percebemos, pelos dados da Tabela 48, que quatro municípios tem a maioria de sua população residindo em meio rural. Os municípios são: Divino de São

Lourenço (66,54%), Ibitirama (71,66%), Irupi (65,84%) e Muniz Freire (63,38). Sendo que dois outros municípios estão quase com o mesmo indicador entre meio urbano e rural. Neste caso, temos Dorés do Rio Preto (48,53%) e Lúna (46,86%). A média da microrregião Pólo Caparaó ficou em 45,78% no meio rural, enquanto o Estado do Espírito Santo apresentou apenas 20,48% da população concentrada no meio rural.

#### 4.3 CONCLUSÃO

O estudo realizado a respeito da microrregião Pólo Caparaó visando avaliar o grau de desenvolvimento turístico, que no momento é a “menina dos olhos” do poder público municipal e estadual, parte da sociedade civil, do empresariado e de algumas instituições (como o consórcio intermunicipal), nos permitiram um posicionamento não muito positivo até a presente data (2006).

Reconhece-se que na microrregião há fluxo de turistas, mesmo que, em sua maioria, estão a caminho do Parque Nacional do Caparaó. E que, percebendo a oportunidade de reter este fluxo de turistas nos municípios do Entorno, para permanecerem e consumirem produtos e serviços na localidade, criou-se um desejo por parte do poder público (aumento de arrecadação), por parte da população (trabalho e renda) e por parte do empresariado (aumento das vendas e novas oportunidades de negócio) de que a atividade turística faça parte de toda a microrregião Pólo Caparaó (ES).

A questão que assombra este desenvolvimento regional é sabermos de que forma estão a desenvolver esta atividade econômica? Seria, de acordo com Dejardin e Fripiat (1998), pela vertente da endogenia ou da exogenia?

Se discutirmos pela vertente da endogenia, teremos que concluir que além da microrregião transformar suas características com a finalidade de se obter vantagens específicas, os atores socioeconômicos deverão estar engajados no processo de desenvolvimento deste território. Neste caso já apresentamos um fato contra este processo, quando a Agência 21 (2006) mencionou que faltava articulação entre o poder público e as associações de moradores.

Pudemos observar que, nas respostas obtidas junto aos secretários de turismo, não havia identificação clara dos objetivos do município, e que a população não se encontrava sensibilizada com esta “oportunidade de negócio”, promissora de geração de emprego e renda, e com possibilidade de findar com a situação de estagnação econômica da microrregião.

Outro aspecto relevante é que a região comete erros na transformação de suas características. Para comprovar isto, o IPES (apud Agência 21, 2006) afirma que, apesar da microrregião possuir edificações de valor histórico, como casarões, fazendas antigas e igrejas, a região não possui nenhum imóvel tombado. E além de toda a expressão cultural existente na região, os grupos estão inativos, existem poucas opções de cultura, esporte e lazer na região, e não há uma preocupação com a preservação do patrimônio artístico e histórico. De acordo com os turistas entrevistados pela SEDETUR (2006), a infra-estrutura e os serviços turísticos encontram-se deficitários, ineficientes, sendo preciso uma reorganização e reformulação neste processo produtivo.

Dejardin e Fripiat (1998) mencionaram as características de um desenvolvimento endógeno, onde, através da estrutura apresentada pela microrregião, podemos avaliar em que nível de desenvolvimento se encontra até o momento presente. Portanto, as características necessárias versus as identificadas foram:

- (1) Eficiente organização da produção industrial em redes de pequenas e médias empresas; (2) Cooperação entre as empresas e (3) alta capacidade de inovação. De acordo com a Agência 21 (2006: 55) “a produtividade industrial na região é muito baixa”. [...] com baixo conteúdo de conhecimento e de tecnologia. A qualidade dos recursos humanos foi identificada como um importante gargalo para o desenvolvimento econômico regional.
- (4) Proximidade geográfica; (5) a cidade como ponto de encontro e (6) intensidade das relações; (7) capital social; (8) instituições; e (9) um sistema de valores compartilhados entre os atores e instituições. Neste

ponto, as cidades estão próximas, interconectadas por uma identidade regional, com características semelhantes. Entretanto, há uma baixa intensidade das relações se considerarmos que entidades sociais por exemplo, não conseguem fazer parcerias com iniciativas privadas. O consórcio intermunicipal de saúde não tem a adesão de todos os municípios para solucionarem em conjunto a dificuldade com a oferta de saúde para a população em nível regional. Organizações sociais não participam dos fóruns ou conselhos municipais. Dentre os 11 conselhos municipais de turismo possíveis, apenas um (o de Ibitirama) está atuante.

Portanto, vimos através de alguns fatos citados no estudo, que não há um processo de endogenia na microrregião. Os atores locais estão desarticulados, não há uma interação entre as partes para buscarem soluções viáveis. O capital social, que de acordo com a Agência 21 (2006: 56), é o conjunto de instituições, organizações, entidades, empresas, ONGs formais e informais que determinam e afetam os níveis de relacionamento, confiança, interação e aprendizado, está em baixa nesta microrregião.

Se analisarmos pela exogenia, de acordo com Dejardin e Fripiat (1998), a microrregião também estaria distante deste processo, conforme as características exigidas e encontradas no estudo:

- (1) Características geográficas. Muita área para poder expandir, se desenvolver.
- (2) Proximidade de infra-estruturas. Estradas ruins, não há aeroporto próximo, sistema de transporte deficiente.
- (3) Dinamismo do tecido socioeconômico. Baixo número de empresas, com baixo conhecimento técnico, e tecnologia defasada, algumas instituições de ensino superior.
- (4) Fatores institucionais e sociais. De acordo com os secretários de turismo, há apenas inventário turístico, não havendo planejamento e ações concretas e apenas dois (Ibitirama e Irupi) dos 11 municípios o plano de desenvolvimento municipal de turismo.

A outra parte da discussão seria a de identificar a formação de *cluster* turístico. Visualizando a microrregião pela proposta de Cunha (2005), de que o *cluster* turístico possui características específicas e ações conjuntas de firmas aglomeradas voltadas para o turismo, veremos que há uma concentração crescente de estabelecimentos ligados diretamente à atividade de turismo, além de instituições públicas e sociais que buscam uma articulação visando o desenvolvimento turístico.

Entretanto, percebemos que através do plano de desenvolvimento sustentável 2006-2026, lançado este ano (2006), esta articulação está em sua fase inicial, onde o próprio programa nomeou o Consórcio Intermunicipal do Caparaó para congregar os atores locais. O processo está se estruturando e buscando novos formatos para, enfim, tornar esta atividade econômica, depois de anos idealizando e discutindo, uma geradora de bons frutos (econômicos e sociais).

Mas, quando perpassamos pelos anéis concêntricos do *cluster* turístico, verificamos que há muitas deficiências que precisam ser corrigidas para que a estrutura e suas condições ideais possam existir e, a partir daí, coexistir uma articulação entre todos os anéis, formando uma identidade comum entre os envolvidos, ou seja, a formação de capital social e identidade regional.

Um dos apontamentos que podemos enfatizar é que, mesmo que o turismo ainda esteja em fase de nascimento, o setor de serviços, por sua vez, tem merecido maior atenção pelo seu destaque na geração de empregos formais e relevante representação na composição do PIB regional. Portanto, caberá aos gestores e demais atores envolvidos com esta causa nos municípios incentivarem o desenvolvimento desta atividade econômica visando o crescimento na oferta de empregos formais, na geração de trabalho e renda e num maior faturamento do PIB municipal e regional.

## 5. CONCLUSÃO FINAL

Vimos que a atividade turismo, almejada como uma oportunidade para a geração de emprego e renda em uma determinada região, no nosso caso, a microrregião Pólo Caparaó, deve ser pensada e bem planejada de modo que atenda aos anseios dos munícipes e empresariado local, cujos atores são os mais interessados em usufruir dos benefícios gerados por esta atividade econômica.

Neste caso, qualquer localidade, e em especial uma microrregião envolvendo 10 municípios, precisa: avaliar adequadamente o tipo de turismo a se explorar, elaborar o planejamento turístico, estar constituído de equipes capacitadas, desenvolver infra-estrutura, “cuidar” bem do município (saneamento básico, estradas, saúde pública e demais infra-estruturas), discutir e desenvolver a atividade em conjunto com seus atores locais (munícipes, empresariado, instituições públicas e privadas). Ou seja, para se desenvolver esta atividade econômica será necessário saber fazer (conhecimento técnico), poder fazer (capacidade infra-estrutural e política), estimulando o capital social e o espírito de comunidade cívica na microrregião Pólo Caparaó. Esclarecendo esta questão de capital social e o espírito de comunidade cívica, recorreremos à Putnam.

Segundo Putnam (2002: 177), “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade”.

Putnam (2002) afirma que em todas as sociedades os dilemas da ação coletiva obstam as tentativas de cooperar em benefício mútuo, seja político ou

economicamente. A cooperação voluntária se torna possível dependendo do capital social. Portanto, Putnam (2002) destaca a importância de acumular os estoques de capital social como confiança, normas e sistemas de participação. Segundo Putnam (2002: 186), “isto redundaria em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, que por sua vez contribuem para a definição de uma comunidade cívica”. Comunidade esta que, de acordo com Putnam (1996: 102)

[...] se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais e não como patronos e cliente ou como governantes e requerentes. [...] A participação numa comunidade cívica pressupõe espírito público do que da atitude mais voltada para vantagens partilhadas. Os cidadãos não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal. [...] são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. [...] são prestativos respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assunto importantes. A comunidade não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus oponentes.

E nas comunidades temos a figura das associações civis, cuja entidade, segundo Putnam (1996: 103) contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, de acordo com Putnam (1996: 103), as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Para ele a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade com os empreendimentos coletivos.

No âmbito externo, Putnam (1996) destaca a “articulação de interesses e a agregação de interesses” intensificadas por uma densa rede de associações secundárias, que segundo Tocqueville (apud PUTNAM, 1996: 104)

Quando uma associação representa alguma corrente de opinião, ela tem que assumir uma forma mais definida e mais precisa. Ela tem seus adeptos e os engaja em sua causa; esses adeptos travam conhecimento entre si, e quanto maior o seu número, maior o entusiasmo. Uma associação congrega as energias de espíritos divergentes e firmemente os orienta para um objetivo claramente definido.



Toda esta discussão a respeito do capital social, comunidade cívica e associações é para visualizarmos e compararmos o cenário atual encontrado na microrregião Pólo Caparaó com o cenário que seria ideal para o desenvolvimento turístico. Podemos identificar que pela discussão apresentada, principalmente no capítulo 3, verificamos que pelo posicionamento das secretarias de turismo e os estudos apontados pela Agência 21 (Caparaó Capixaba), não há sinergia entre os diversos atores sociais da região. Não podemos vislumbrar uma formação de estoque de capital social que se consolide em uma comunidade cívica, onde todos deveriam estar envolvidos diretamente com o desenvolvimento do turismo na microrregião, visando gerar oportunidades e benefícios para todos os 10 municípios envolvidos.

A imagem que se tem é de uma comunidade omissa, pouco engajada nesta causa. E isto se afirma pela dificuldade de consolidação dos conselhos municipais de turismo, que dependem da adesão de alguns poucos cidadãos voluntários, e que de acordo com os depoimentos dos secretários de turismo, este processo está complicado para se consolidar. Acrescento à esta imagem, a minha experiência pessoal de ter vivido (com residência fixa) em um dos municípios durante dois anos, de agosto de 2003 até julho de 2005. Afirmo que o processo tem uma forte tendência a ser lento e que talvez não saia dos planos. Isto por ter convivido e participado de alguns encontros (fóruns e reuniões), e dialogado com pessoas da comunidade, dentre eles artesãos, presidentes de associações, empresários, pessoas ligadas ao poder público. Sendo que neste período também ministrei e participei de cursos voltados para a atividade turística. O retrato é de 'falas' destoadas e falta de adesão da comunidade. Tem quem busca culpados para o emperramento do processo, os que apontam negativismo, outros que estão a espera de dias melhores, porém desenvolvidos por terceiros, tem aqueles que criticam aqueles que buscam desenvolver e aperfeiçoar todo este processo de desenvolvimento, entre outros fatos.

Dentre alguns exemplos posso citar o caso de um artesão que produz licor, conhecido em toda a região, e que terceiros (segundo o produtor) já levaram o produto para a França, havendo boa aceitação e com valor de venda superior ao praticado na região. Quando questionado o porquê de não profissionalizar o

processo de fabricação para exportar diretamente o produto, a resposta foi de que isto daria muito trabalho com vigilância sanitária, documentação, ampliação da produção, necessidade de mão-de-obra, entre outros fatores.

Outro exemplo relevante era quanto às falas das pessoas da comunidade de que o Consórcio era algo bem fechado dominado por poucas pessoas, evitando inclusive de mostrar estatutos e demais documentos, como se ocultasse erros. Muitos não o vêem como articulador e sim como uma associação de benefícios à alguns de seus membros. Ou seja, a possível falta de transparência e convencimento da entidade frente às comunidades impedem a legitimação do processo de desenvolvimento regional. A disputa entre pessoas da comunidade, empresários e instituições, em que cada qual quer ter seu pensamento ouvido e não consensuado é um fator de travamento do processo.

Outro fator que se destacou em minhas constatações foi o contato com pessoas que assumiam os cargos públicos (secretarias). Muitos deles não tinham qualquer formação ou experiência para os cargos que ocupavam (em diversas áreas, incluindo a saúde). Sendo assim, me questionava como poderia haver planejamento, contratação de equipes, acompanhamento de serviços contratados (se fosse o caso) e demais outras atividades de responsabilidade da secretaria, se o quadro de pessoal não tinha qualificação adequada para a função que estavam ocupando. Neste quadro pensamos no turismo. Como poderia desenvolver esta atividade econômica, se o quadro técnico não existia em verdade?

Não bastassem estes problemas identificados, destacamos também a deficiência em infra-estrutura (transporte, saúde, hospedagens, alimentação, entre outros), que foram pontuados no capítulo 3, e a falta do plano de desenvolvimento para a atividade de turismo, apontada na maioria dos municípios. Talvez esta deficiência seja um retrato das equipes que assumem as secretarias, pois se os profissionais com experiência, formação acadêmica e técnica não estão nos cargos relacionados à sua capacitação, e sim, ao contrário disto, encontramos pessoas indicadas que possuem apenas boa vontade ou simplesmente que ocupam cargos por necessidade salarial, o que podemos esperar de desenvolvimento real?

Sabemos que para qualquer atividade, em específico neste estudo, o turismo, ser bem sucedida, desenvolvida sob o modelo de endogenia, se faz necessário que a cidade seja bem cuidada e bem estruturada, que sua população tenha qualidade de vida, para que este bem estar e satisfação pelo local seja divulgado e compartilhado com os visitantes (turistas). A preocupação em atender às necessidades da população, como educação e saúde, seria um processo capaz de, no longo prazo, mobilizar seus munícipes em prol de uma causa econômica que exige, além da capacidade empreendedora e o despertar das pessoas em acreditarem e se engajarem na nova atividade econômica, uma capacidade de voluntariado para discutir e planejar os rumos de uma região através dos conselhos e associações civis.

Finalmente, podemos considerar que a microrregião Pólo Caparaó possui um potencial de atrativos e proximidade entre seus locais para se tornar um *cluster* turístico, capaz de atrair comunidades de suas divisas, como norte do Rio de Janeiro e norte de Minas Gerais, além das comunidades do próprio estado do Espírito Santo. A microrregião tem buscado meios para que se inicie o desenvolvimento turístico, havendo toda uma mobilização promovida pelo governo estadual e municipal, tendo como instituição articuladora o Consórcio intermunicipal do Caparaó, e recebido apoio de alguns empresários e instituições de pesquisa e capacitação, havendo inclusive a contratação de consultorias para auxiliar em todo este processo de desenvolvimento turístico.

Entretanto, fazemos novamente a ressalva, de que em paralelo à todo este processo de tornar o turismo uma realidade para a microrregião, se faz necessário 'cuidar da própria casa' promovendo o bem estar a todos que moram nela. Afirmamos isto, porque o turismo para se desenvolver com bases sólidas e ser aceito como uma atividade econômica local ou regional, deve ser internalizado por aqueles que irão vivenciá-lo e praticá-lo no dia-a-dia, ou seja, seus atores locais.

## 6. REFERÊNCIAS

A GAZETA. Governos federal e estadual definem projetos para retirar cidades da situação de estagnação. **A Gazeta**, Vitória (ES), 1º de fevereiro de 2005.

AGÊNCIA 21. **Plano de desenvolvimento sustentável: Programa Vale Mais – Caparaó Capixaba 2006-2026**. Rio de Janeiro: Agência 21, 2006. 128 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 1987.

**AMARAL FILHO**, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, junho de 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/parte7.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2006.

BARBOSA, Fábila Fonseca. **O turismo como fator de desenvolvimento local e/ou regional**. Caminhos de Geografia, fevereiro/2005. Disponível em: [http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo10\\_vol14.pdf](http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo10_vol14.pdf). Acesso em 05 de março de 2005.

BARBOSA, Maria Alice Cunha; ZAMBONI, Roberto Aricó. **A formação de um 'cluster' em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS**. Texto para discussão nº 772. Brasília, dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td\\_0772.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0772.pdf)>. Acesso em 11 de março de 2007.

BARRA, Cláudio; CROCCO, Marco Aurélio. **Moeda e espaço no Brasil: uma análise pós-keynesiana**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20181.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2006.

BOURDIEU, Pierre. **The Forms of Capital**. Originally published as "Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital." in *Soziale Ungleichheiten (Soziale Welt, Sonderheft 2)*, edited by Reinhard Kreckel. Goettingen: Otto Schartz & Co.. 1983. pp. 183-98. The article appears here for the first time in English. translated by Richard Nice. Disponível em: <[http://www.viet-studies.org/Bourdieu\\_capital.htm](http://www.viet-studies.org/Bourdieu_capital.htm)>. Acesso em 18 de janeiro de 2007.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. EDUSC: Bauru, 2002.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade.**

Disponível em:

<[http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia\\_sociedade/download/revista\\_14/06-Cacciamali.pdf](http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/economia_sociedade/download/revista_14/06-Cacciamali.pdf)>. Acesso em 17 de janeiro de 2007.

CANAL DO TURISMO. **Município de Alegre.** Fotos. Disponível em:

<[http://www.alegre.es.gov.br/conh\\_turismo.php](http://www.alegre.es.gov.br/conh_turismo.php)>. Acesso em 04 de janeiro de 2007.

CANAL DO TURISMO. **Município de Dores do Rio Preto.** Fotos. Disponível em:

<<http://canaldoturismo.com.br/pmdoresdoriopreto/fotos/fotos.html>>. Acesso em 04 de janeiro de 2007.

CANAL DO TURISMO. **Município de Guaçuí.** Fotos. Disponível em:

<http://www.guacui.es.gov.br/default.asp?pagina=6961>. Acesso em 04 de janeiro de 2007.

CANAL DO TURISMO. **Município de Ibitirama.** Fotos. Disponível em:

<http://www.ibitirama.es.gov.br/default.asp>. Acesso em 04 de janeiro de 2007.

CLEMENTE, Ademir. HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional.** São Paulo: Atlas, 2000.

COELHO, Franklin Dias; FONTES, Ângela (org.). **Desenvolvimento econômico local** – Temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM, SERE/FES, 1996.

CONSÓRCIO DO CAPARAÓ. Disponível em:

<<http://www.portaldocaparao.com./consorcio.html>>. Acesso em 31 de janeiro de 2005.

CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE DORES DO RIO PRETO (ES). **Consórcio intermunicipal de desenvolvimento sustentável da região do Caparaó.**

Averbado no livro A-1 em 12 de novembro de 2003.

CUNHA, João Carlos. **Tourism cluster competitiveness and sustainability: proposal for a systemic model to measure the impact of tourism on local development.**

ANPAD, BAR, v.2, n.2, art. 4, p. 47-62, july/dec. 2005. Disponível em:

<[http://www.anpad.org.br/bar/vol\\_02/dwn/bar\\_v2\\_n2\\_skc.pdf](http://www.anpad.org.br/bar/vol_02/dwn/bar_v2_n2_skc.pdf)>. Acesso em 22 de agosto de 2005.

DAMASCENO, Fernando. Consórcios Públicos. **Espaço Urbano – Frente Nacional dos Prefeitos**, Brasília, ano I, n. 3, p. 10-13, abr/maio 2005.

DEJARDIN, Marcus; FRIPIAT, Bernard. **Une description a priori de facteurs de developpement economique local et regional**. Sep./1998. Disponível em: <<http://www.fundp.ac.be/~mdejardi/facdev.pdf>>. Acesso em 08 de janeiro de 2006.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico 2003**. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/Anuario/anuario2003%20.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2004.

FARHI, Rachel. **Lei n.º 11.107 de 06 de abril de 2005**. Nota técnica sobre contratação de consórcios públicos. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publicue/media/NTCons.pdf>>. Acesso em 19 de abril de 2006.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Sociologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Rio, 1978.

FILELLINI, A. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1994.  
FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GUIA ESTRADA. **O melhor do Caparaó Capixaba**. Ed. Viver, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Rede de comunicação. Notícias em 24/07/2006: **Pancas instala conselho de cultura e turismo nesta terça-feira (25)**. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiald=99660295>>. Acesso em 10 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO. **Plano de desenvolvimento sustentável do turismo do Espírito Santo 2025**. Ano 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra – População. **Tabela 202 – População residente por sexo e situação. Análise dos períodos 1991-1996-2000**. Dados disponíveis em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=21&i=P&c=202>>. Acesso em 28 de maio de 2005.

\_\_\_\_\_. **Cidades@ - Estimativa da população.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 11 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia – Produto interno bruto dos municípios.** 1999-2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 11 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Estados@.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em 24 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. **Tabela 202 – População residente por sexo e situação: População urbana e rural no ano 2000.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=21&i=P>>. Acesso em 10 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Tabela 204 – População residente de 5 anos ou mais por alfabetização e grupo de idade no ano 2000.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=21&i=P>>. Acesso em 10 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1973 – Pessoas que freqüentavam creche ou escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade no ano 2000.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=21&i=P>>. Acesso em 10 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Cidades@ - Serviços de saúde 2002.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 10 de setembro de 2006.

IPES. **IMEES - Informações Municipais do Estado do Espírito Santo - 2001-2002.** CD Rom, 2003.

\_\_\_\_\_. **Divisão regional do ES em macrorregiões de planejamento e microrregiões administrativas de gestão.** Disponível em: <<http://www.ipes.es.gov.br/follow.asp?urlframe=es/localizacao2.htm>>. Acesso em 13 de setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Municípios – Alegre, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado.** Disponível em: <<http://www.ipes.es.gov.br/joninho>>. Acesso em 28 de maio de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Alegre.** Mercado de trabalho e renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/04/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/04/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 28 de maio de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Divino de São Lourenço.** Mercado de trabalho e renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/22/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/22/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 1º de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Dores do Rio Preto.** Mercado de trabalho e renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/24/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/24/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 1º de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Guaçuí.** Mercado de Trabalho e Renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/28/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/28/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 1º de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Ibatiba.** Mercado de Trabalho e Renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/30/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/30/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 1º de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Ibitirama.** Mercado de trabalho e renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/32/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/32/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 1º de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Irupi.** Mercado de trabalho e renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/34/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/34/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 1º de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Iúna.** Mercado de trabalho e renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/38/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/38/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 09 de setembro de 2005.



\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – Muniz Freire.** Mercado de trabalho e renda: Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/51/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/51/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 09 de setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal – São José do Calçado.** Mercado de trabalho e renda. Distribuição setorial da população ocupada em 2000. Disponível em: <[http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/67/Mercado\\_de\\_Trabalho\\_e\\_Renda/ab05.pdf](http://www.ipes.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/67/Mercado_de_Trabalho_e_Renda/ab05.pdf)>. Acesso em 09 de setembro de 2005.

HAUKNES, Johan. **Services in innovation** – innovation in services. Paris, 1999. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/26/52/1827114.pdf>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2007.

KON, Anita. **Economia de serviços** – Teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIMA, Jandir Ferrera de. A concepção do espaço econômico polarizado. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 4, n.7, p. 7-14, Set./2003. Disponível em: <[http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/N7\\_Jandir.pdf](http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/N7_Jandir.pdf)>. Acesso em: 08 de janeiro de 2006.

LINS, Hoyêdo Nunes. Clusters industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 233-265, abril/junho de 2000.

LIST, Georg Friedrich; HODGSKIN, Thomas. **Sistema nacional de economia política**. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAMBERTI, Marina M. S.; BRAGA, Roberto. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In: **Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas**. Unesp, Rio Claro, maio de 2004. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igee/planejamento/publicacoes/textospdf/mamberti01.pdf>>. Acesso em 28 de março de 2005.

MERIGUE, Geancarlo de Lima. **A gestão do turismo para o desenvolvimento local**. Artigo disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/geancarlo.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2005.

MILL, Stuart. **Princípios de economia política**. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **PNT - Plano Nacional do Turismo (2003-2007)**.

Documento disponível em: <[http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/Anuario/Plano\\_Nacional\\_do\\_Turismo.pdf](http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/Anuario/Plano_Nacional_do_Turismo.pdf)>. Acesso em 28 de agosto de 2004.

Ministério do Trabalho. **Dados da RAIS e ESTB**. Disponível em: <<http://mte.gov.br>>. Acesso em 7 de abril de 2006.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2002.

ONDE HOSPEDAR. **Guia de hotéis e pousadas do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.ondehospedar.com.br/es/>>. Acesso em 09 de setembro de 2006.

PERROUX, François. **Note on the concept of "Growth Poles"**. Translated by Linda Gates and Anne Marie McDermott. Título Original: "Note sur la notion de pole de croissance. Economie appliquée, 1955, In Regional Economics: Theory and Practice. MCKEE, David L.; DEAN, D. Robert; LEAHY, William H. (Orgs.). The Free Press, New York; Collier-Macmillan Limited, London, 1970.

PORTER, Michael, E. **Competição**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTAL DO CAPARAÓ. **Município de Ibatiba (ES)**. Disponível em: <<http://www.portaldocaparao.com/>>. Acesso em 1º de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Onde se hospedar**. Disponível em: <[http://www.portaldocaparao.com/onde\\_ficar.html](http://www.portaldocaparao.com/onde_ficar.html)>. Acesso em 24 de agosto de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ. **Conheça os encantos da Pérola do Caparaó**. Folheto distribuído aos turistas. Ano 2004.

PUTNAM, Robert. D. The prosperous communit: social capital and public life, In: **American prospects**, volume 4, edição 13, 1993. Disponível em: <[http://www.acturban.org/biennial/doc\\_net\\_streets/prosperous\\_community.htm](http://www.acturban.org/biennial/doc_net_streets/prosperous_community.htm)>. Acesso em 17 de janeiro de 2007.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia** – a experiência da Itália moderna. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Comunidade e Democracia** – a experiência da Itália moderna. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

QUESNAY, François. **François Quesnay: Economia**. KUNTZ, Rolf (Org.). São Paulo: Ática, 1984.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e Desenvolvimento**. Barueri: Manole, 2003.

SAY, Jean Baptiste. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico** – uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **Desenvolvimento Regional e Setorial** – Arranjos produtivos. Disponível em: <[http://www.sebraees.com.br/pag\\_cat.asp?codigo\\_categoria=2271](http://www.sebraees.com.br/pag_cat.asp?codigo_categoria=2271)>. Acesso em 13 de junho de 2006.

SEDETUR. **Plano de Turismo do Espírito Santo (2004)**. Disponível em: <[http://www.es.gov.br/download/catalogo\\_plano\\_de\\_turismo.pdf](http://www.es.gov.br/download/catalogo_plano_de_turismo.pdf)>. Acesso em 21 de agosto de 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Turismo Receptivo nas regiões turísticas do interior do Espírito Santo, no ano de 2005, na baixa temporada**. Base de dados da SEDETUR, em CD-ROM, em 24 de novembro de 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Turismo Receptivo nas regiões turísticas do interior do Espírito Santo, no ano de 2006, na alta temporada**. Base de dados da SEDETUR, em CD-ROM, em 24 de novembro de 2006.

SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. Pólo regional ou cluster: o caso do município de Rio Verde, Goiás – Brasil. **Caminhos de Geografia**, revista on line, outubro/2004. Disponível em: <[http://www.ig.ufu.br/revista/volume13/artigo03\\_vol13.pdf](http://www.ig.ufu.br/revista/volume13/artigo03_vol13.pdf)>. Acesso em 12 de janeiro de 2006.

SILVA, Fábio Arruda. Portal do Caparaó. **Município de Guaçuí (ES)**. Disponível em: <<http://www.portaldocaparao.hpg.ig.com.br/municipios/guacui.html>>. Acesso em 1º de junho de 2005.

SILVA, Jorge Antônio Santos. Nova dinâmica espacial da cultura e do turismo na Bahia – base para o planejamento do desenvolvimento turístico fundamentado nos conceitos de cluster econômico. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano III, n. 5, p. 87-96, Dez. 2001.

TASCHNER, Gisela B. Lazer, cultura e consumo. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n. 4, p. 38-47, Out./Dez. 2000.

TRIGUEIRO, Carlos Meira. **Marketing & Turismo**: Como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

THOMAZI, Silvia Maria. **Cluster de turismo**: Introdução ao estudo de arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006. (Série turismo).

VAZ, Gil Nuno. **Marketing Turístico**. São Paulo: Thomson Learning, 1999.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impacto, tendencias y posibilidades. Madrid: Síntesis, 2000.

WESTERN, David. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Editores). **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 2ª edição. São Paulo: Senac, 1999.

ZIMMERMANN, Adoris. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed. do autor, 1996. 67p.

ANEXO I – VOLUME DE EMPREGOS FORMAIS E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO PÓLO CAPARAÓ (ES), NO PERÍODO 1991-2004

Tabela 49 – Volume total de emprego por setor de atividade econômica no município de Alegre (ES), no período 1991-2004

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	30	14	10	18	7	34	57
Minerais não metais	2	4	3	4	5	2	3
Indústria Metalúrgica	2	2	6	2	2	2	1
Indústria Mecânica	0	1	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	2	0	0	0	0	0
Material de Transportes	2	2	3	2	1	1	0
Madeiras e mobiliários	6	6	14	6	6	15	6
Papel e gráficas	1	0	2	2	3	10	11
Borracha, fumo e couros	0	2	0	0	0	4	1
Indústria química	0	5	2	0	1	0	0
Indústria têxtil	33	14	31	40	36	58	54
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	14	24	16	8	7	8	0
Serviços industriais de utilidade pública	108	72	68	63	59	54	51
Construção civil	182	53	50	32	54	42	23
Comércio varejista	236	313	431	462	433	457	468
Comércio atacadista	33	27	28	483	68	83	32
Instituições financeiras	92	57	45	41	44	41	40
Administração Técnica profissional	35	23	34	31	31	48	82
*Transportes e comunicações	38	65	17	21	19	21	21
*Alojamento e comunicação	301	3.618	108	121	128	129	150
Medicina, odontologia e veterinária	6	122	101	108	106	108	111
Ensino	24	112	138	165	164	158	153
Administração pública	132	605	578	709	986	1.061	1.115
Agricultura	6	165	275	292	299	273	242
Outras/Ignoradas	779	4	0	0	0	0	0
Total	2.059	5.312	1.960	2.610	2.459	2.609	2.621

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 50 – volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Alegre (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	3	2	4	2	5	7
Minerais não metais	1	1	1	2	1	2
Indústria Metalúrgica	2	4	3	1	1	1
Indústria Mecânica	1	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	1	0	0	0	0	0
Material de Transportes	1	1	1	1	1	0
Madeiras e mobiliários	4	4	4	3	2	2
Papel e gráficas	0	1	1	1	2	2
Borracha, fumo e couros	1	1	0	0	1	1
Indústria química	1	1	1	1	1	0
Indústria têxtil	7	6	7	8	9	9
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	6	10	7	4	3	2
Serviços industriais de utilidade pública	4	3	4	3	2	3
Construção civil	22	24	26	25	32	17
Comércio varejista	99	159	158	165	169	171
Comércio atacadista	5	4	3	3	6	6
Instituições financeiras	4	5	4	4	4	4
Administração Técnica profissional	9	14	16	17	20	21
*Transportes e comunicações	12	6	7	6	5	7
*Alojamento e comunicação	26	46	50	48	50	49
Medicina, odontologia e veterinária	21	23	24	25	26	27
Ensino	5	8	8	7	8	6
Administração pública	3	4	4	4	3	2
Agricultura	87	114	112	127	142	138
Outras/Ignoradas	2	0	0	0	0	0
Total	327	441	445	457	494	477

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 51 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Divino de São Lourenço (ES), no período 1991-2004

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	0	1	1	0	0	0
Serviços industriais de utilidade pública	1	4	3	4	4	3	1
Construção civil	0	0	0	0	0	0	5
Comércio varejista	1	3	8	14	14	17	25
Comércio atacadista	0	0	0	0	0	0	0
Instituições financeiras	1	5	3	2	1	1	2
Administração Técnica profissional	1	0	0	0	0	0	0
*Transportes e comunicações	1	1	1	1	3	2	2
*Alojamento e comunicação	1	1	5	5	4	3	6
Medicina, odontologia e veterinária	0	0	0	0	0	0	0
Ensino	0	0	0	0	0	0	0
Administração pública	1	114	149	154	160	162	145
Agricultura	0	26	30	27	25	31	21
Outras/Ignoradas	1	0	0	0	0	0	0
Total	8	154	200	208	211	219	207

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 52 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Divino de São Lourenço (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	0	0	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	0	0	0	0	0	0
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	1	1	1	0	0
Serviços industriais de utilidade pública	2	1	2	2	2	2
Construção civil	0	1	0	0	0	2
Comércio varejista	3	7	8	7	10	11
Comércio atacadista	0	0	0	0	0	0
Instituições financeiras	1	1	1	1	1	1
Administração Técnica profissional	0	0	0	0	0	0
*Transportes e comunicações	1	1	1	1	1	1
*Alojamento e comunicação	1	2	2	2	2	2
Medicina, odontologia e veterinária	0	0	0	0	0	0
Ensino	0	0	0	0	0	0
Administração pública	2	1	2	2	2	2
Agricultura	10	17	14	11	16	14
Outras/Ignoradas	0	0	0	0	0	0
Total	20	32	31	27	34	35

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.



Tabela 53 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Dores do Rio Preto (ES), no período 1991-2004

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	7	7	12	24	39	52	70
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	11	72	56	50	44	49
Serviços industriais de utilidade pública	4	4	3	4	3	2	1
Construção civil	0	0	0	0	1	0	4
Comércio varejista	2	6	37	31	30	58	74
Comércio atacadista	0	0	4	3	3	2	1
Instituições financeiras	8	8	3	3	3	3	4
Administração Técnica profissional	0	0	0	0	0	0	0
*Transportes e comunicações	1	2	3	6	6	4	1
*Alojamento e comunicação	3	2	8	8	10	12	8
Medicina, odontologia e veterinária	0	0	0	1	0	1	1
Ensino	0	0	0	0	0	0	0
Administração pública	97	126	213	162	200	191	190
Agricultura	0	11	20	26	28	28	34
Outras/Ignoradas	7	4	0	0	0	0	0
Total	129	181	375	324	373	397	437

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 54 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Dores do Rio Preto (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	0	0	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	1	2	2	2	2	3
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	2	1	1	2	1	1
Serviços industriais de utilidade pública	2	1	2	2	2	2
Construção civil	0	0	0	4	0	1
Comércio varejista	6	16	18	17	21	25
Comércio atacadista	0	1	1	1	1	1
Instituições financeiras	1	1	1	1	1	1
Administração Técnica profissional	0	0	0	0	0	0
*Transportes e comunicações	1	4	3	3	3	1
*Alojamento e comunicação	2	5	5	6	8	5
Medicina, odontologia e veterinária	0	0	1	1	1	1
Ensino	0	0	0	0	0	0
Administração pública	1	1	1	2	2	2
Agricultura	3	9	13	13	12	19
Outras/Ignoradas	3	0	0	0	0	0
Total	22	41	48	54	54	62

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 55 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Guaçuí (ES), no período 1991-2004

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	1	5	17	12	11	2	3
Indústria Metalúrgica	9	7	9	9	9	8	7
Indústria Mecânica	2	0	0	1	1	0	1
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0	1
Material de Transportes	2	13	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	49	51	65	64	21	32	21
Papel e gráficas	3	2	7	6	6	6	5
Borracha, fumo e couros	3	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	6	4	0	5	5
Indústria têxtil	79	98	105	104	90	93	104
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	19	89	125	114	108	118	122
Serviços industriais de utilidade pública	11	37	45	44	44	50	50
Construção civil	18	33	23	15	24	21	34
Comércio varejista	464	481	647	598	595	736	758
Comércio atacadista	24	69	70	69	131	141	170
Instituições financeiras	84	52	48	44	45	46	65
Administração Técnica profissional	51	20	49	50	45	49	45
*Transportes e comunicações	23	24	52	45	48	42	39
*Alojamento e comunicação	173	72	340	385	386	449	443
Medicina, odontologia e veterinária	7	117	133	136	148	145	149
Ensino	3	13	10	23	15	17	8
Administração pública	406	503	398	462	525	547	466
Agricultura	94	467	407	440	432	390	428
Outras/Ignoradas	150	6	0	0	0	0	0
Total	1.675	2.159	2.556	2.625	2.684	2.897	2.924

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 56 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Guaçuí (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	1	0	0
Minerais não metais	1	4	2	3	3	2
Indústria Metalúrgica	4	4	6	5	4	5
Indústria Mecânica	0	0	1	1	1	1
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	1
Material de Transportes	1	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	7	9	9	7	7	6
Papel e gráficas	1	3	2	2	3	2
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	2	1	0	1	1
Indústria têxtil	7	7	6	6	5	5
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	7	7	8	8	8	9
Serviços industriais de utilidade pública	2	2	2	2	3	3
Construção civil	17	22	12	10	9	9
Comércio varejista	121	178	185	179	196	206
Comércio atacadista	8	9	10	15	15	18
Instituições financeiras	5	5	5	5	5	6
Administração Técnica profissional	12	19	20	15	16	16
*Transportes e comunicações	9	12	11	9	9	14
*Alojamento e comunicação	34	49	50	50	49	52
Medicina, odontologia e veterinária	14	28	33	36	29	28
Ensino	2	5	6	4	3	4
Administração pública	4	3	4	3	3	4
Agricultura	92	123	125	121	125	140
Outras/Ignoradas	5	0	0	0	0	0
Total	353	491	498	482	494	532

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).

(\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 57 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Ibatiba (ES), no período 1991-2004

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	1	1
Minerais não metais	7	10	2	0	1	2	1
Indústria Metalúrgica	0	0	3	3	1	1	1
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	0	2	0	0	0	0	3
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0	2
Indústria têxtil	0	0	3	3	7	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	4	0	0	0	0	0
Serviços industriais de utilidade pública	8	8	3	5	4	2	1
Construção civil	0	0	9	1	0	3	0
Comércio varejista	55	111	257	218	257	251	273
Comércio atacadista	4	13	1	3	17	6	5
Instituições financeiras	21	14	12	6	16	12	13
Administração Técnica profissional	5	8	6	4	6	6	8
*Transportes e comunicações	3	14	13	13	28	17	17
*Alojamento e comunicação	11	17	53	57	52	49	56
Medicina, odontologia e veterinária	19	30	31	34	31	22	21
Ensino	0	0	50	78	7	13	14
Administração pública	0	152	234	239	234	250	238
Agricultura	14	24	86	30	55	44	60
Outras/Ignoradas	13	0	0	0	0	0	0
Total	160	407	763	694	716	679	714

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 58 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Ibatiba (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	1	1
Minerais não metais	2	4	2	1	2	2
Indústria Metalúrgica	0	3	2	2	1	1
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	1	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	2	0	0	0	0	1
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	1
Indústria têxtil	0	2	1	1	1	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	1	0	0	0	0	0
Serviços industriais de utilidade pública	2	1	2	2	2	1
Construção civil	1	6	2	2	1	1
Comércio varejista	41	97	100	96	106	104
Comércio atacadista	3	1	2	6	6	3
Instituições financeiras	2	2	1	3	3	2
Administração Técnica profissional	3	5	4	4	3	4
*Transportes e comunicações	5	7	7	10	13	10
*Alojamento e comunicação	10	20	24	24	25	26
Medicina, odontologia e veterinária	4	7	6	9	8	8
Ensino	0	3	4	3	3	3
Administração pública	2	3	3	2	2	2
Agricultura	3	11	21	18	19	15
Outras/Ignoradas	0	0	0	0	0	0
Total	82	172	181	183	196	185

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo

Tabela 59 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Ibitirama (ES), no período 1991-2004

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	5	2	2	2
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	0	0	1	1	1	1	1
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	0	6	5	4	4	4
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	0	0	8
Construção civil	2	19	0	0	0	0	0
Comércio varejista	0	11	33	30	41	47	37
Comércio atacadista	0	0	6	7	0	0	0
Instituições financeiras	0	6	3	3	2	3	4
Administração Técnica profissional	0	0	3	2	2	3	14
*Transportes e comunicações	0	0	0	2	4	3	3
*Alojamento e comunicação	0	1	10	5	4	6	6
Medicina, odontologia e veterinária	0	2	1	2	8	7	6
Ensino	0	0	0	0	0	0	0
Administração pública	0	141	111	129	285	238	324
Agricultura	0	22	27	36	42	56	42
Outras/Ignoradas	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	202	201	227	395	370	451

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 60 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Ibitirama (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	1	1	1	1
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	0	1	1	1	1	1
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	2	1	1	1	1
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	0	1
Construção civil	1	2	1	0	0	0
Comércio varejista	5	19	20	26	20	18
Comércio atacadista	0	2	2	1	0	0
Instituições financeiras	1	1	1	1	1	1
Administração Técnica profissional	0	2	1	1	1	2
*Transportes e comunicações	0	1	2	2	3	3
*Alojamento e comunicação	1	5	4	3	5	6
Medicina, odontologia e veterinária	1	1	1	2	2	2
Ensino	0	0	0	0	0	0
Administração pública	2	2	3	3	3	2
Agricultura	5	11	12	13	8	13
Outras/Ignoradas	0	0	0	0	0	0
Total	16	49	50	55	46	51

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo



Tabela 61 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Irupi (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	0	0	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	8	0	1	1	7	17
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	24	36
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	0	0	0	0	0
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	5	0
Construção civil	0	3	3	6	8	6
Comércio varejista	17	56	55	62	82	87
Comércio atacadista	0	0	5	9	13	53
Instituições financeiras	0	4	3	2	2	3
Administração Técnica profissional	3	2	3	1	2	2
*Transportes e comunicações	0	14	12	18	13	12
*Alojamento e comunicação	0	12	51	38	56	59
Medicina, odontologia e veterinária	0	0	0	1	3	4
Ensino	0	2	9	3	1	1
Administração pública	94	319	137	287	275	236
Agricultura	1	129	32	22	19	31
Outras/Ignoradas	0	0	0	0	0	0
Total	123	541	311	450	510	547

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 62 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Irupi (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	0	0	0	0	0
Minerais não metais	0	0	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	0	0	0	0	0	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	1	0	1	1	2	2
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	1	1
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	0	0	0	0	0	0
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	0	1	0
Construção civil	0	7	6	3	6	3
Comércio varejista	9	23	23	27	32	35
Comércio atacadista	0	0	1	2	3	4
Instituições financeiras	0	1	1	1	1	1
Administração Técnica profissional	2	1	1	1	1	1
*Transportes e comunicações	0	3	3	6	6	5
*Alojamento e comunicação	0	6	11	12	11	10
Medicina, odontologia e veterinária	0	0	0	1	2	2
Ensino	0	1	3	2	1	1
Administração pública	1	3	3	3	2	2
Agricultura	1	9	11	11	9	15
Outras/Ignoradas	0	0	0	0	0	0
Total	15	54	64	70	78	82

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 63 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Iúna (ES), no período 1991-2004

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	3	15	13	13	15	17	14
Minerais não metais	11	20	11	7	12	8	7
Indústria Metalúrgica	3	1	8	6	0	0	0
Indústria Mecânica	3	5	14	12	31	26	30
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0	2
Madeiras e mobiliários	26	13	34	18	19	42	52
Papel e gráficas	3	2	9	12	9	4	6
Borracha, fumo e couros	0	0	2	1	5	9	13
Indústria química	0	0	0	17	27	2	0
Indústria têxtil	4	12	11	11	6	7	10
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	13	42	24	19	26	29	15
Serviços industriais de utilidade pública	17	17	7	10	15	9	9
Construção civil	173	208	53	48	47	29	32
Comércio varejista	115	172	332	334	371	462	452
Comércio atacadista	27	23	19	25	11	47	18
Instituições financeiras	61	39	24	27	29	28	27
Administração Técnica profissional	35	26	31	36	38	32	30
*Transportes e comunicações	51	75	184	203	160	123	112
*Alojamento e comunicação	81	40	58	81	76	119	119
Medicina, odontologia e veterinária	7	45	41	47	54	57	57
Ensino	0	14	47	48	53	33	47
Administração pública	690	524	539	575	579	555	705
Agricultura	48	113	382	167	202	230	290
Outras/Ignoradas	49	2	0	0	0	0	0
Total	1.420	1.408	1.843	1.717	1.785	1.868	2.047

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 64 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Lúna (ES), no período 1995-2004

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	2	2	3	5	3	4
Minerais não metais	4	3	3	3	3	3
Indústria Metalúrgica	2	2	1	1	0	0
Indústria Mecânica	1	1	1	1	1	1
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	1
Madeiras e mobiliários	2	8	7	6	5	6
Papel e gráficas	2	2	3	3	3	3
Borracha, fumo e couros	0	1	1	1	1	1
Indústria química	0	0	2	1	1	1
Indústria têxtil	1	2	2	1	1	2
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	8	7	5	3	2	4
Serviços industriais de utilidade pública	3	1	3	3	3	2
Construção civil	20	19	22	21	26	16
Comércio varejista	87	149	154	153	151	146
Comércio atacadista	7	8	7	8	6	6
Instituições financeiras	3	3	4	4	4	4
Administração Técnica profissional	9	11	12	8	9	10
*Transportes e comunicações	6	21	23	23	25	17
*Alojamento e comunicação	16	25	30	26	27	31
Medicina, odontologia e veterinária	2	10	9	15	17	16
Ensino	1	5	4	5	4	7
Administração pública	1	3	3	3	3	3
Agricultura	14	64	56	45	46	57
Outras/Ignoradas	2	0	0	0	0	0
Total	193	347	355	339	341	341

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 65 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de Muniz Freire (ES)

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	20	31	11	27	13	12
Minerais não metais	0	5	8	15	18	19	18
Indústria Metalúrgica	0	0	0	1	1	0	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	1	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	1	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	6	12	51	67	67	49	40
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	2	2	2	3
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	2	19	8	7	4	5	7
Serviços industriais de utilidade pública	10	8	8	8	2	2	2
Construção civil	1	83	14	11	25	13	12
Comércio varejista	63	88	150	144	163	163	189
Comércio atacadista	4	8	8	8	0	1	3
Instituições financeiras	38	18	14	15	15	13	13
Administração Técnica profissional	2	10	9	9	8	9	10
*Transportes e comunicações	3	3	25	27	37	39	46
*Alojamento e comunicação	81	22	34	149	139	41	45
Medicina, odontologia e veterinária	0	52	45	6	6	112	119
Ensino	0	0	1	1	0	0	0
Administração pública	299	374	388	409	420	412	382
Agricultura	5	16	63	70	101	115	136
Outras/Ignoradas	26	37	0	0	0	0	0
Total	541	775	858	960	1.035	1.008	1.037

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 66 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de Muniz Freire (ES)

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	1	5	3	6	6	3
Minerais não metais	1	1	2	2	2	1
Indústria Metalúrgica	0	1	1	1	1	0
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	1	1	0	0	0
Madeiras e mobiliários	1	2	2	2	2	2
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	1	1	1	1
Indústria têxtil	0	0	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	0	0	0
* Alimentação e bebidas	5	4	3	3	2	2
Serviços industriais de utilidade pública	3	2	2	2	1	1
Construção civil	3	3	4	14	7	8
Comércio varejista	46	59	63	59	63	61
Comércio atacadista	3	2	2	1	1	1
Instituições financeiras	2	2	2	3	3	2
Administração Técnica profissional	4	5	4	5	5	5
*Transportes e comunicações	3	8	8	7	8	9
*Alojamento e comunicação	11	14	16	16	13	18
Medicina, odontologia e veterinária	1	3	4	4	5	4
Ensino	0	1	1	1	0	0
Administração pública	2	7	3	3	2	2
Agricultura	13	38	39	42	45	48
Outras/Ignoradas	13	0	0	0	0	0
Total	112	158	161	172	167	168

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 67 – Volume total de empregos por setor de atividade econômica no município de São José do Calçado (ES)

Atividades	1991	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	0	8	28	35	33	34	36
Minerais não metais	6	11	1	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	1	1	1	4	7	5	11
Indústria Mecânica	1	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	0	1	1	1	0	0	0
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	0	1	0	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	0	1	2	2	2
* Alimentação e bebidas	22	15	6	7	2	1	1
Serviços industriais de utilidade pública	9	10	3	4	4	3	5
Construção civil	1	7	85	31	43	49	14
Comércio varejista	49	42	106	106	105	110	126
Comércio atacadista	4	5	2	0	0	0	6
Instituições financeiras	30	23	15	13	15	14	16
Administração Técnica profissional	3	4	0	0	0	1	1
*Transportes e comunicações	3	6	3	10	10	4	4
*Alojamento e comunicação	108	9	27	18	24	25	23
Medicina, odontologia e veterinária	2	5	2	2	1	2	3
Ensino	0	31	2	2	2	1	1
Administração pública	342	0	238	242	350	378	347
Agricultura	4	420	163	136	117	121	143
Outras/Ignoradas	10	2	0	0	0	0	0
Total	595	600	684	612	715	750	739

Fonte: MTE/RAIS (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).  
 (\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.

Tabela 68 – Volume total de estabelecimentos por setor de atividade econômica no município de São José do Calçado (ES)

Atividades	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Extração Mineral	3	2	3	3	3	2
Minerais não metais	1	1	0	0	0	0
Indústria Metalúrgica	1	2	1	2	2	2
Indústria Mecânica	0	0	0	0	0	0
Eletrônica e Comunicações	0	0	0	0	0	0
Material de Transportes	0	0	0	0	0	0
Madeiras e mobiliários	1	1	1	1	0	0
Papel e gráficas	0	0	0	0	0	0
Borracha, fumo e couros	0	0	0	0	0	0
Indústria química	0	0	0	0	0	0
Indústria têxtil	0	1	1	0	0	0
Indústria de calçados	0	0	1	1	1	1
* Alimentação e bebidas	3	2	2	1	1	1
Serviços industriais de utilidade pública	2	3	3	2	2	1
Construção civil	2	17	12	13	16	10
Comércio varejista	22	47	53	48	46	47
Comércio atacadista	3	2	0	0	0	1
Instituições financeiras	2	3	2	2	2	3
Administração Técnica profissional	2	0	0	0	1	1
*Transportes e comunicações	4	2	2	2	2	1
*Alojamento e comunicação	6	12	12	9	9	8
Medicina, odontologia e veterinária	5	2	3	2	2	4
Ensino	1	2	1	1	1	1
Administração pública	0	3	3	3	2	2
Agricultura	64	102	104	103	101	107
Outras/Ignoradas	3	0	0	0	0	0
Total	125	204	204	193	191	192

Fonte: MTE/ESTB (2006). Classificação de atividades econômicas segundo o IBGE (26 categorias).

(\*) Setores considerados como atividades ligadas diretamente ao setor de turismo.



## ANEXO II - ENTREVISTA DIRECIONADA AOS SECRETÁRIOS DE TURISMO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ (ES)

1. Qual o posicionamento do município em relação ao desenvolvimento turístico? O turismo tem muito a contribuir para o município?
2. O município já vem colhendo frutos do turismo? O que leva o turista a visitar o município?
3. Há um planejamento turístico? Há inventário turístico? Quais ações foram projetadas para alavancar o turismo? Que tipo de turismo vocês tem priorizado?
4. Em sua opinião como o Consórcio do Caparaó tem contribuído para o desenvolvimento turístico na região? De que forma? Tem alguma crítica a fazer?
5. Quais instituições têm sido parceiras do município no desenvolvimento turístico e de que forma?
6. Como a população e o empresariado têm visto o turismo? Eles têm se interessado, se capacitado e investido neste setor? De que forma a prefeitura tem sensibilizado os possíveis beneficiados?
7. Quais as principais falhas que dificultam um maior interesse dos turistas em visitar a cidade?
8. Os municípios se localizam no Entorno do Caparaó – uma região de 10 municípios. Há um senso comum de que os turistas normalmente visitam apenas o Pico da Bandeira e costumam ir embora. E os demais visitantes que pernoitam nas hospedagens normalmente são viajantes a trabalho. O que o município, tem feito para atrair os turistas para que eles explorem e passem mais tempo na cidade e/ou na região?
9. Que canais da mídia a região do Caparaó e a sua cidade têm utilizado para chamar os turistas? Em que cidades ou regiões do Brasil e/ou no exterior essas propagandas estão circulando?
10. A região para se considerar turística tem que ter bons atrativos turísticos, boa infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, centro de informações turísticas, transportes, localidades sinalizadas, bancos, etc.), além de profissionais especializados neste setor. A região está especializada neste segmento? Como estão se preparando os futuros profissionais do turismo (seja agência de viagem, guias turísticos, camareiras, garçons, entre outros). Todos precisam ser bem treinados, em muitos casos devem possuir graduação na área e preferencialmente falar outros idiomas. Como vocês vêem a realidade atual e o futuro próximo?

## ANEXO III – RESPOSTAS NA ÍNTEGRA DOS SECRETÁRIOS, GERENTES, SUPERINTENDENTES E/OU DIRETORES DAS SECRETARIAS LIGADAS AO TURISMO

1. Qual o posicionamento do município em relação ao desenvolvimento turístico? O turismo tem muito a contribuir para o município?

Dores do Rio Preto: Com grande potencial turístico o município foi contemplado no ano de 1998 com abertura da Portaria Capixaba do Parque Nacional do Caparaó, acesso este que leva ao Pico da Bandeira, o 3º mais alto do Brasil com 2.892 metros de altitude. Esta abertura, trouxe a expectativa de um novo modelo de vida voltado para Eco e Agroturismo. Hoje as comunidades, principalmente, de pequenos produtores “Motivados “ e organizados buscam capacitação e reivindicam condições para que possam participar de forma efetiva deste novo processo de desenvolvimento, criando alternativas de renda familiar. A atividade do Agroturismo é uma forte parceria do Agricultor, concretizando - se como instrumento contra o êxodo rural, valorizando o trabalho da mulher, dos jovens, melhorando os serviços e estruturas oferecidas pelas propriedades rurais e também o incentivo a diversificação da agricultura, o resgate, Cultural e Culinário do município.

Guaçuí: O turismo é uma atividade importante para a geração de emprego e para o crescimento da economia do município, considerando ainda a preservação do meio ambiente.

Ibitirama: O Município de Ibitirama-ES, está considerando o Turismo como a grande vocação econômica em razão das belezas naturais e da localização geográfica. As oportunidades de negócios induzidas pelo desenvolvimento do setor turístico está ganhando especial relevância, pois o Turismo é considerado o segmento econômico de maior evolução e de melhores perspectivas para as próximas décadas. Conscientes disso, mais do que nunca é preciso investir no planejamento do Turismo no Município, considerando-o como fonte de rendas para o meio rural e urbano, e incentivando a atuação da iniciativa privada, pois, é uma das áreas econômica de maior possibilidade de crescimento, fator de elevação da qualidade de vida, o turismo é, ainda, dominador comum do desenvolvimento em nossa região.

Lúna: O posicionamento do município em relação ao turismo é de otimismo. Acreditamos no potencial turístico de nossa região.

2. O município já vem colhendo frutos do turismo? O que leva o turista a visitar o município?

Dores do Rio Preto: Sim. O Município de Dores do Rio Preto é repleto de Belezas Naturais com várias cachoeiras de águas Cristalinas. O Parque Nacional do Caparaó – O Pico da Bandeira, o 3º mais alto do Brasil com 2.892 metros de altitude e o nosso maior atrativo.

Guaçuí: possui uma boa rede hoteleira e um comércio bastante variado e forte, além de grandes empreendimentos na área da saúde. Isso movimenta o fluxo de pessoas na cidade, além dos tradicionais eventos realizados no município. E por estar próxima do Parna Caparaó, recebe alguns turistas em função disso.

Ibitirama: Ainda estamos estruturando o Município, por isso o fluxo ainda é pequeno. Conforme mencionado acima, as belezas naturais, temos registrado, entre cachoeiras e corredeiras mais de 30, inventariadas pelo Município, e como atrativo não natural a Tecnotruta que é a maior criadora de trutas em cativeiro do país, onde encontramos o Restaurante da Toca., temos ainda a Toca de São Jorge e o Pico da Bandeira que fica no Município.

Lúna: Os frutos colhidos com o turismo ainda são tímidos, o nosso destino turístico mais visitado é a Água Santa, local de oração, turismo religioso.

3. Há um planejamento turístico? Há inventário turístico? Quais ações foram projetadas para alavancar o turismo? Que tipo de turismo vocês tem priorizado?

Dores do Rio Preto: Sim. Sim.

Programa de Estruturação de Oferta Turística:

- Implantação, no município de uma operadora de turismo receptivo;

- Expansão do Projeto Cama e Café;
- Articular e apoiar a lançamento de Pacotes turísticos de lazer para os finais de Semana;
- Articular a formatação de Pacotes para prática de Esportes radicais;
- Articular e estrutura pacote denominado “Fim de Semana na Fazenda” com base na vivência com área rural. Realizar eventos e comercializa – los em formato de Pacotes turístico: Carnaval Nas Montanhas, Encontro de Folia de Reis, Festa do Milho Verde, Festa do Pastel, Festas Culturais e religiosas, Feira Artesanal e Agroindustrial;
- Festa e eventos para baixa Temporada;
- Articular e disponibilizar pacotes para interesses específicos, como prática de esportes radicais , observação da fauna e flora etc;
- Pacotes para florada do café, em agosto e setembro;
- Pacotes para colheita do café de março a julho;
- Pacotes para Lua de Mel;
- Eventos Místicos: etnias e lua cheia;
- Articular a criação de ofertas complementares, como apresentação de violeiros e contadores de Causos, além de manifestações Culturais diversas.

#### Programa de Melhoria de Oferta Física e Serviços Públicos:

- Pavimentação da Estrada que vai da Portaria Nacional do Caparaó até o Distrito de Pedra Menina;
- Manutenção de estradas Municipais;
- Colocação de Placa de sinalização (interna);
- Ampliação da telefonia na área rural;
- Planejamento Urbano e Paisagístico;
- Tratamento de Esgoto;
- Criação de área de Lazer;
- Melhoria dos Plantões médico, de enfermagem e farmacêutico;
- Coleta seletiva de lixo, abrangendo todo o município;
- Melhorias do Transporte público;
- Instalação de restaurantes;
- Melhoria na iluminação Pública e na qualidade da Luz;
- Limpeza de rios e córregos;
- Melhoria na qualidade da educação infantil;
- Implementação de caixa 24 horas (Banco Banestes);
- Planejamento estratégico do Município.

#### Programa da Formação Profissional:

- Curso de Formação para o “Projeto Cama & Café”;
- Curso sobre conceitos turísticos;
- Melhoria no design do Artesanato;
- Gastronomia;
- Educação Ambiental;
- Pronto Atendimento;
- Postura Profissional: ética;
- Noções sobre formação de preços;
- Paisagismo;
- Formação de cozinheiros, atendentes, garçons, etc;
- Desenvolvimento de executivos.

#### Programa de Promoção:

- Desenvolvimento de uma logomarca para destino Dolores do Rio Preto;
- Divulgação dos pacotes turísticos;
- Divulgação dos eventos e seus pacotes;
- Folheteria Institucional e de apoio às vendas de pacotes e eventos.
- Assessoria de Imprensa;
- Relações Públicas Junto às operadoras e agências.

#### Programa de marketing Interno:

- Projetos visando a conscientização da Comunidade para o turismo.
- Educação Ambiental na Escola;

- Valorização do Comércio local;
- Projeto “Conhecer o Parque Nacional do Caparaó”;
- Projeto “Conhecendo o Município de Dores do Rio Preto”;
- Projeto “Portal da Cidade”;
- Projeto “Turismo na Escola e na Comunidade”;
- Atividades Culturais;
- Campanha junto à comunidade, usando meios de comunicação, brindes, cartazes, palestras etc.

Guaçuí: Ainda não há planejamento turístico, mas será elaborado tendo em vista o PDM. Existe o inventário da oferta turística. Ações de infra-estruturas estão sendo realizadas para alavancar o turismo. Turismo de Eventos e de Negócios eram os mais priorizados, mas estamos atuando no desenvolvimento do turismo rural (agroturismo, ecoturismo e turismo de aventura).

Ibitirama: Temos um planejamento que está sendo executado aos poucos e inventário. Os Prefeitos passados não tinham uma visão voltada para o Turismo, o Município tem como economia básica o Café, há 5 anos estamos estruturando o Município, pois o mesmo parecia uma vila mal tratada, principalmente a Sede, por isso começamos a construir trabalhando o paisagismo, construindo praças, calçando ruas, não queremos também acabar com o bucolismo, então temos planejado de forma a não agredir o meio ambiente. O agroturismo é o que se adapta ao Município, podendo também explorar os esportes radicais.

Lúna: Há um plano de Ação para o ano de 2006. Existe um inventário turístico elaborado por nós do município e publicado em livro e CD pela Secretaria Estadual de Turismo.

4. Em sua opinião como o Consórcio do Caparaó tem contribuído para o desenvolvimento turístico na região? De que forma? Tem alguma crítica a fazer?

Dores do Rio Preto: O consórcio Caparaó e uns dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento Sustentável da região, e ele que fomenta e orienta as ações desenvolvidas. Com projetos que beneficia toda região gerando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida de toda a população.

Guaçuí: Na obtenção de recursos e planejamento para o desenvolvimento da região, junto à empresas como a Samarco, Vale do Rio Doce e outras.

Ibitirama: O Consórcio está ajudando os Município com a assinatura de Convênio com o Governo do Estado para a elaboração do PDM, que muito nos ajudará.

Lúna: O Consórcio Caparaó tem contribuído em nosso planejamento em todas as áreas, inclusive para engrandecer nosso sentimento de pertencimento a uma Região bela, importante e com um grande potencial turístico.

5. Quais instituições têm sido parceiras do município no desenvolvimento turístico e de que forma?

Dores do Rio Preto: Prefeitura Municipal, Sebrae, Senar, Senac, Empresas Privadas, Faculdades e a comunidade Local. Na realização de Capacitações, Seminários, Feiras, visita técnica etc.

Guaçuí: Embratur, Mtur, Sedetur, Consórcio Caparaó, Sebrae, Bandes, Samarco e outros, através de investimento, planejamento e treinamento.

Ibitirama: SEBRAE-ES e SENAR, através de cursos e sensibilização.

Lúna: O Sebrae com suas capacitações, palestras de sensibilização; A vale do Rio Doce que acaba de fazer um belo estudo, juntamente com nossa população, planejando nossa Região para os próximos anos.

6. Como a população e o empresariado têm visto o turismo? Eles têm se interessado, se capacitado e investido neste setor? De que forma a prefeitura tem sensibilizado os possíveis beneficiados?

Dores do Rio Preto: Sim. Criando um espaço onde produtores e possíveis fornecedores possam interagir, promover trocas de informações e ter acesso a novas tecnologias, com a finalidade de criar parcerias, tornando os mesmos, agentes do desenvolvimento sustentável da região. Oportunizar novos negócios aos produtores rurais e artesanais da região, permitindo a exposição de seus produtos. Apresentar à sociedade em geral, toda a potencialidade da Região de Dores do Rio Preto, nos setores: agropecuário, agroindustrial e turístico.

Guaçuí: Não acreditam muito, mas através do plano municipal iremos incentivá-los. A prefeitura já aplicou cursos de qualidade no atendimento ao turista, preparo de alimentos, custos, etc., no ano passado e está buscando outros até o fim do ano.

Ibitirama: Temos feito muito para conscientizar da importância do Turismo, pois o nosso futuro é o Turismo, uma vez que o Prefeito tem investido na diversificação de outras culturas, como a fruticultura e pecuária, mas trabalhando para a exploração turística, pois o Município é lindo. Acreditamos que conseguiremos formar essa consciência em nossa população. Fazemos palestras, mas com comparecimento ainda é baixo. O Sebrae tem cooperado e vai continuar com a sensibilização, pois temos a Polícia Militar, os taxistas, os comerciantes e outros segmentos que queremos atingir, começaremos agora uma nova etapa, que será feita separadamente. O Governo do Estado está investindo no Município pavimentando a estrada que liga Ibitirama ao Distrito de Santa Marta e temos certeza que após a obra terminada aparecerá investidores.

Lúna: A população e o empresariado ainda não se sensibilizaram para as questões turísticas, a prefeitura, junto com o Sebrae tem organizado palestras e oficinas de um projeto chamado “Cama e Café”.

7. Quais as principais falhas que dificultam um maior interesse dos turistas em visitar a cidade?

Dores do Rio Preto: Falta de infra-estrutura: estrada, comunicação, meios de hospedagem, sinalização.

Guaçuí: Organização interna (dos atrativos).

Ibitirama: Acredito que devido à falta de interesse de empreendedores, temos problemas com hospedagem e restaurante, pois contamos hoje com duas Pousadas e um restaurante na Sede e uma Pousada no Distrito de Santa Marta e o Restaurante da Tecnotruta que atende aos sábados, domingos e feriados.

Lúna: Estradas ruins e falta de sinalização.

8. Os municípios se localizam no Entorno do Caparaó – uma região de 10 municípios. Há um senso comum de que os turistas normalmente visitam apenas o Pico da Bandeira e costumam ir embora. E os demais visitantes que pernoitam nas hospedagens normalmente são viajantes a trabalho. O que o município, tem feito para atrair os turistas para que eles explorem e passem mais tempo na cidade e/ou na região?

Dores do Rio Preto: Valorizando o Projeto Cama e Café uma nova alternativa de hospedagem, com oferta de serviços de cama e café da manhã propondo aos visitantes um volta ao passado, interação no cotidiano Rural, passeios pela propriedade e uma boa prosa ao lado do fogão à lenha. Estamos também enriquecendo as nossas festas Culturais e Religiosas o Ano Inteiro entre elas podemos citar a Festa do Milho Verde com inúmeros Derivados do milho e o riquíssimo artesanato em palha de milho. Resgatando e valorizando a nossa gastronomia local. Resgate de grupos folclóricos: Folia de Reis Dança da Fita, Boi Pintadinho, Quadrilha. Estes Grupos cantam e encantam todos que nos visita.

Guaçuí: Estão se organizando, melhorando os acessos, e a qualidade da mão-de-obra, oferecendo outros atrativos, trabalhando para concluir a Rota Turística do Caparaó.

Ibitirama: Recebemos com muito carinho todos que vêm, porém, o nosso entrave é hospedagem e alimentação, estamos começando pela Educação, a Secretaria de Turismo elaborou uma Cartilha que está sendo trabalhada em todas as escolas do Município, estamos saneando toda a área urbana

e na zona rural o Prefeito mandou um Projeto de Lei para a Câmara Municipal, que foi aprovado, para construção de fossas em todas as propriedades rurais, com isso teremos água limpa em todo Município.

Lúna: Nossa Região do Caparaó é composta de 11 Municípios. Recentemente juntou-se ao nosso grupo o município de Jerônimo Monteiro. O Caparaó Capixaba não tinha acesso ao Pico da Bandeira. Recentemente foi inaugurada uma entrada pelo lado do Espírito Santo. E, para que o turista fique mais tempo em nossas cidades estamos investindo nas pousadas caseiras chamadas “Cama e Café”, pois acreditamos que uma acolhida diferenciada, mais aconchegante e receptiva poderão nos destacar turisticamente.

9. Que canais da mídia a região do Caparaó e a sua cidade têm utilizado para chamar os turistas? Em que cidades ou regiões do Brasil e/ou no exterior essas propagandas estão circulando?

Dores do Rio Preto: Jornal, Rádio e a famosa divulgação boca a boca. Os nossos turistas a maioria e da grande Vitória/ES.

Guaçuí: Estamos divulgando através de sites oficiais de cada município, jornais de grande circulação na Região do Caparaó e ES e através de revistas do gênero. No ano que vem a Rota Turística do Caparaó será lançada no salão do Turismo em São Paulo e comercializadas em agências de viagem, etc.

Ibitirama: Há dois anos fizemos uma matéria na TV Capixaba e no final de setembro estaremos fazendo outra. Uma das falhas do Consórcio é não entrar em contato com uma rede de televisão a nível nacional, como outros Estados que a gente vê para mostrar as belezas naturais que temos, mas, tem que ser a nível nacional, que quem tem acesso a parabólica assista e não regional.

Lúna: Temos convidado as TV Vitória e A Gazeta Sul, neste ano fizemos uma entrevista com cada um destes canais. Está em preparo um material de promoção da Rota do Caparaó, este material será apresentado para todo o Brasil. Esta panfletagem está sendo preparada pela Secretaria Estadual de Turismo.

10. A região para se considerar turística tem que ter bons atrativos turísticos, boa infra-estrutura turística (hotéis, restaurantes, centro de informações turísticas, transportes, localidades sinalizadas, bancos, etc.), além de profissionais especializados neste setor. A região está especializada neste segmento? Como estão se preparando os futuros profissionais do turismo (seja agência de viagem, guias turísticos, camareiras, garçons, entre outros). Todos precisam ser bem treinados, em muitos casos devem possuir graduação na área e preferencialmente falar outros idiomas. Como vocês vêem a realidade atual e o futuro próximo?

Dores do Rio Preto: Com implantação de infra-estrutura básica e estruturas turísticas adequados às potencialidades no município, tornar o município de Dores do Rio Preto próspero. Transformando suas potencialidades em vocações realizáveis, tendo em vista o desenvolvimento nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, respeitando as peculiaridades e características locais. Marcar uma nova era, não só para o nosso município, mas toda região. Alguns projetos estão em fase de implementação, ainda de maneira tímida, uma vez que as carências são muitas, para incremento do turismo e conseqüentemente do lazer do município. Importante ressaltar que é grande expectativa da população local quanto ao desenvolvimento e a exploração do turismo de forma sustentável, tendo em vista a geração de emprego e renda.

Guaçuí: Muita coisa está sendo feita nesta área através da SEDETUR, que trabalha a criação da Rota Turística do Caparaó, e através de parcerias com o Sebrae, Senai, Senac, e outros, vem melhorando a qualificação da mão de obra. Em Guaçuí possui uma faculdade de Administração com Habilitação em Gestão de Empreendimentos Turísticos, que já formou para o mercado, mais ou menos 100 profissionais. Quanto a infra-estrutura, acredito que a medida que as coisas forem acontecendo, os políticos da região sentirão a necessidade e terão a responsabilidade de investir nesse setor.

Ibitirama: Em junho tivemos cursos de garçons e cozinheiras, e temos certeza que trabalhando a população, num futuro bem próximo estaremos explorando o turismo de forma bem organizada, pois

o empenho do Prefeito é muito grande. Temos certeza que estaremos dentro dos padrões para recebermos o Turista, que depois voltarão com mais pessoas, e não apenas vir conhecer e não voltar. Garantimos que quando essa estrutura que a Administração Municipal está fazendo, tudo que foi questionado acima será cumprido. Licitamos há duas semanas as placas de sinalização turística, a infra-estrutura das cachoeiras terá início final de setembro, a cachoeira que fica dentro do Sede terá um empreendimento maravilhoso, portanto, tudo está caminhando.

lúna: A Região ainda não oferece cursos de capacitação, apenas as oficinas de “Cama e Café”. Acreditamos que no futuro próximo, cursos específicos para incrementação do turismo sejam implantados em nossa região.